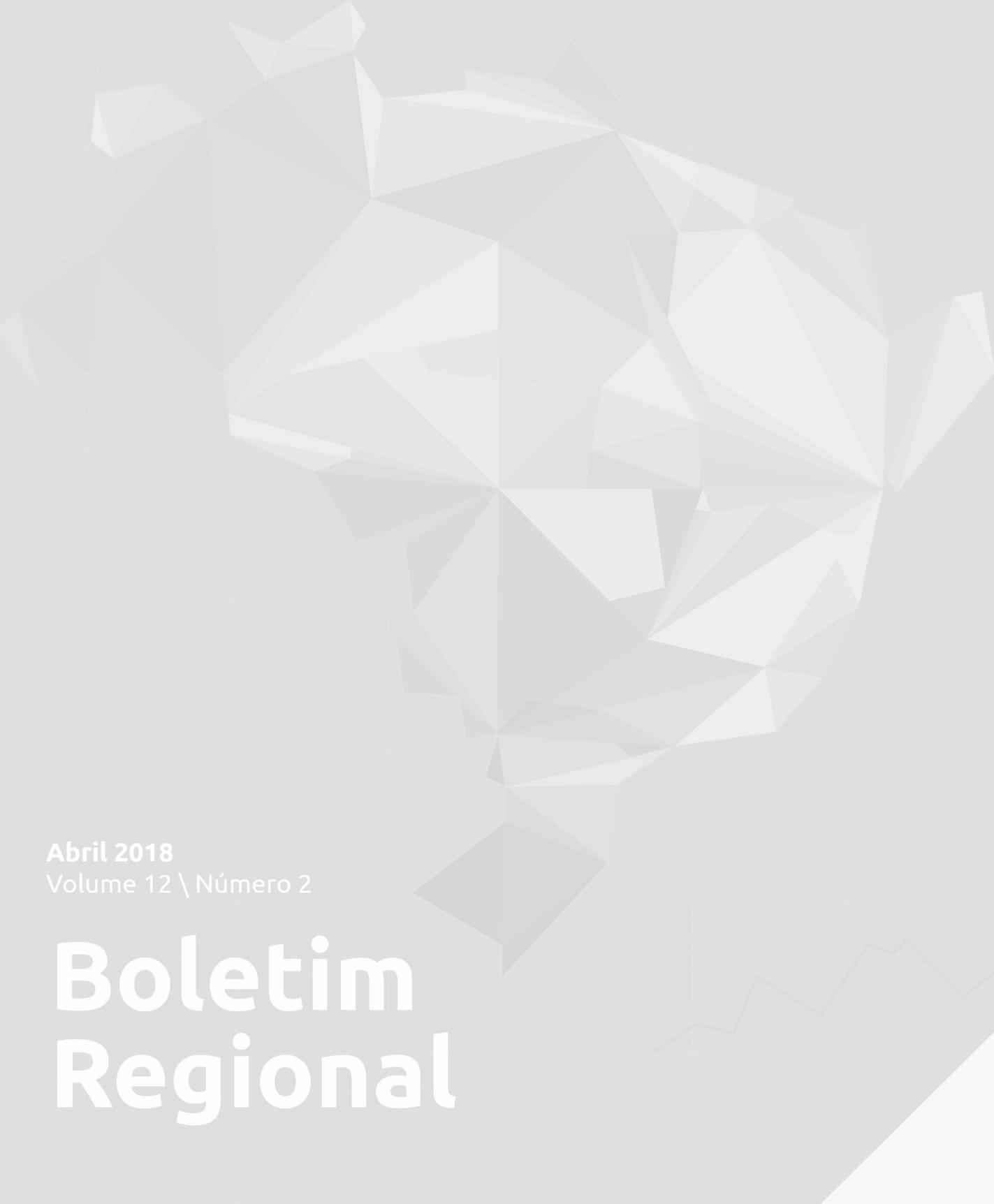


Abril 2018
Volume 12 \ Número 2

Boletim Regional



Abril 2018
Volume 12 \ Número 2

Boletim Regional

ISSN 2175-9278
CNPJ 00.038.166/0001-05

Boletim Regional

Publicação trimestral do Banco Central do Brasil/Departamento Econômico.

Os textos, as tabelas e os gráficos são de responsabilidade dos seguintes componentes do **Departamento Econômico (Depec)** (*e-mail*: depec@bcb.gov.br):

Região Norte – Núcleo da Coordenação Regional do Norte e Nordeste no Pará (*e-mail*: pa.depec@bcb.gov.br);

Região Nordeste – Coordenação Regional do Norte e Nordeste (*e-mail*: ce.depec@bcb.gov.br),
Núcleo da Coordenação Regional do Norte e Nordeste em Pernambuco (*e-mail*: pe.depec@bcb.gov.br),
Núcleo da Coordenação Regional do Norte e Nordeste na Bahia (*e-mail*: ba.depec@bcb.gov.br);

Região Centro-Oeste – Núcleo da Coordenação Regional do Sudeste em Minas Gerais (*e-mail*: mg.depec@bcb.gov.br),

Região Sudeste – Coordenação Regional do Sudeste (*e-mail*: sp.depec@bcb.gov.br),
Núcleo da Coordenação Regional do Sudeste em Minas Gerais (*e-mail*: mg.depec@bcb.gov.br),
Núcleo da Coordenação Regional do Sudeste no Rio de Janeiro (*e-mail*: rj.depec@bcb.gov.br);

Região Sul – Coordenação Regional do Sul (*e-mail*: rs.depec@bcb.gov.br);
Núcleo da Coordenação Regional do Sul no Paraná (*e-mail*: pr.depec@bcb.gov.br).

Informações sobre o Boletim

Telefone: (61) 3414-1061

Fax: (61) 3414-2036

É permitida a reprodução das matérias, desde que mencionada a fonte: Boletim Regional do Banco Central do Brasil, v. 12, n. 2.

Convenções estatísticas

- ... dados desconhecidos.
- dados nulos ou indicação de que a rubrica assinalada é inexistente.
- 0** ou **0,0** menor que a metade do último algarismo, à direita, assinalado.
- * dados preliminares.

O hífen (-) entre anos (2004-2006) indica o total de anos, incluindo o primeiro e o último.

A barra (/) utilizada entre anos (2004/2006) indica a média anual dos anos assinalados, incluindo o primeiro e o último, ou, se especificado no texto, ano-safra ou ano-convênio.

Eventuais divergências entre dados e totais ou variações percentuais são provenientes de arredondamentos.

Não são citadas as fontes dos quadros e gráficos de autoria exclusiva do Banco Central do Brasil.

Atendimento ao Cidadão

Banco Central do Brasil
SBS – Quadra 3 – Bloco B – Edifício-Sede – 2º subsolo
70074-900 Brasília – DF
Telefone: 145 (custo de ligação local)
Internet: <<http://www.bcb.gov.br/?ATENDIMENTO>>

Sumário

Apresentação	5
Sumário executivo	7
Região Norte	11
Região Nordeste	17
Bahia _____	21
Ceará _____	25
Pernambuco _____	28
Região Centro-Oeste	31
Região Sudeste	35
Minas Gerais _____	38
Rio de Janeiro _____	42
São Paulo _____	45
Região Sul	49
Paraná _____	53
Rio Grande do Sul _____	56
Inferências nacionais a partir dos indicadores regionais	59
Boxes	
Conjuntura econômica pernambucana _____	63
Evolução do Índice de Atividade Econômica Regional em 2017 _____	69
Rendimentos e mudanças qualitativas no mercado de trabalho _____	73
Índice de difusão industrial por região _____	77
Apêndice	81

Apresentação

O “Boletim Regional do Banco Central do Brasil” é uma publicação trimestral do Banco Central do Brasil que apresenta as condições da economia por regiões e por alguns estados do país. Sob o enfoque regional, enfatiza-se a evolução de indicadores que repercutem as decisões de política monetária – produção, vendas, emprego, preços, comércio exterior, entre outros. Nesse contexto, a publicação contribui para a avaliação do impacto das políticas da Autoridade Monetária sobre os diferentes entes da Federação, à luz das características econômicas locais e das gestões políticas regionais.

As análises e informações do “Boletim Regional” buscam oferecer à sociedade – em particular, a gestores de política econômica nas esferas subnacionais, pesquisadores e integrantes do meio acadêmico, empresários, investidores, e profissionais de imprensa – elementos que contribuam para identificar a forma e, especialmente, a magnitude de repercussão, no âmbito regional, das políticas implementadas. Ao mesmo tempo, a publicação contribui para dar à sociedade conhecimento dos critérios analíticos da Instituição.

O “Boletim Regional” analisa as economias das regiões Norte, Nordeste, Centro-Oeste, Sudeste e Sul e dos estados da Bahia, Ceará, Pernambuco, Minas Gerais, Rio de Janeiro, São Paulo, Paraná e Rio Grande do Sul. A disponibilidade de estatísticas econômicas, bem como a distribuição geográfica das representações do Banco Central, influenciou a escolha dos estados. Assim, para as regiões que possuem apenas uma representação institucional – Norte e Centro-Oeste –, optou-se pela análise agregada regionalmente. Para as regiões em que existem mais de uma representação, são apresentadas, além da análise regional, as análises para os estados nos quais se encontram as representações.

Homogeneidade, abrangência e regularidade foram os principais critérios de escolha das estatísticas e das fontes. Dessa forma, em sua maior parte, os dados têm como origem os órgãos e os institutos

de âmbito nacional, destacadamente o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e os entes da administração direta. Em alguns casos, foram utilizadas, complementarmente, informações de entidades regionais. Dados sem tratamento das fontes foram dessazonalizados pelo Departamento Econômico do Banco Central do Brasil (Depec).

Sumário executivo

A evolução do conjunto de indicadores econômicos no início de 2018 mostrou a continuidade do crescimento da atividade. Os resultados reforçam a expectativa de expansão mais equilibrada da economia no corrente ano, considerados os comportamentos dos componentes de oferta e demanda, e evidencia maior consistência do processo de recuperação da economia brasileira. Em termos regionais, o quadro de retomada apresenta desempenhos distintos, refletindo particularidades da estrutura das economias locais.

No Norte, os desempenhos setoriais corroboraram as perspectivas de retomada consistente da economia na região. No trimestre encerrado em fevereiro de 2018, relativamente ao finalizado em novembro, houve aumentos das vendas do comércio ampliado e da produção industrial – sobretudo da indústria de transformação –, com efeitos positivos sobre o emprego formal e a confiança dos agentes econômicos. A agricultura e o comércio externo – com dados até dezembro de 2017 – impulsionaram a economia da região ao longo do ano. Em linha com a maior parte dos indicadores, o Índice de Atividade Econômica Regional – Norte (IBCR-N) cresceu 2,1%, em relação ao trimestre finalizado em novembro, quando expandira 0,9%, segundo dados dessazonalizados. Para os próximos meses, o ambiente de inflação em patamares baixos e a redução nas taxas de juros seguirão contribuindo para o crescimento da demanda doméstica e a trajetória de retomada da atividade regional.

A economia do Nordeste sinaliza recuperação moderada, com oscilações nos principais indicadores, evidenciando menor consistência do crescimento regional *vis-à-vis* o observado em âmbito nacional. Indicadores setoriais têm alternado resultados positivos com movimentos de contração, conforme o período e o ramo de atividade. Nesse ambiente, o crescimento de 0,3% do IBCR-NE no trimestre encerrado em fevereiro mostrou acomodação em relação ao aumento observado no trimestre encerrado em novembro, 0,5%, considerados dados

dessazonalizados. A elevação da confiança dos empresários e o crescimento da produção agrícola regional contribuem para a continuidade da expansão da atividade econômica nos próximos trimestres.

A atividade econômica no Centro-Oeste manteve arrefecimento no início deste ano. O comportamento refletiu, principalmente, resultados adversos na indústria de transformação e na construção civil, que se sobrepuseram ao desempenho positivo da agricultura – sobretudo, pela safra de soja. A região apresentou contração dos principais indicadores de demanda (comércio e serviços). Em sentido contrário, o mercado de trabalho apresenta indicadores alinhados com a tendência de recuperação, expressos nos aumentos da população ocupada e do rendimento real. No primeiro trimestre do ano, o maior dinamismo do comércio exterior (alta interanual de 7,5% nas exportações) contribuiu para atenuar o arrefecimento assinalado por outros indicadores. Nesse contexto, o IBCR-CO recuou 0,5% no trimestre encerrado em fevereiro (com ajuste sazonal), em comparação ao trimestre anterior, quando recuara 1,1%.

No Sudeste, a despeito do avanço dos indicadores do comércio, do setor de serviços e da produção industrial no trimestre encerrado em fevereiro, comparativamente ao finalizado em novembro, o crescimento econômico mostrou acomodação frente ao ritmo observado ao longo de 2017. Houve, na margem, heterogeneidade nos desempenhos econômicos estaduais, principalmente, pela evolução mais frágil da economia fluminense. Assim, o IBCR-SE registrou relativa estabilidade no período, após crescer 0,8% no trimestre anterior, segundo dados dessazonalizados. O consumo das famílias segue liderando o processo de retomada, em parte impactado pelo incremento nas operações de crédito às pessoas físicas e ao crescimento da massa salarial.

Após dois trimestres com acentuada oscilação dos indicadores econômicos setoriais, a região Sul registrou, no trimestre encerrado em fevereiro, quadro de recuperação consistente da atividade, evidenciado pelos desempenhos positivos do comércio, da indústria e do setor de serviços e, em menor grau, da agricultura, em meio ao início do período de colheita das safras de verão. Esses resultados impactaram favoravelmente a evolução do mercado de trabalho formal, que criou 11,8 mil postos, ante extinção de 25,7 mil no mesmo período de 2017. Nesse contexto, o Índice de Atividade

Econômica Regional – Sul (IBCR-S) avançou 0,5% no trimestre finalizado em fevereiro, ante 0,2% no trimestre encerrado em novembro, dados dessazonalizados. A recuperação do mercado de trabalho, aliada à manutenção da inflação baixa e aos efeitos defasados do atual ciclo de política monetária, deverão seguir repercutindo positivamente sobre a atividade econômica na região.

Região Norte

1

Gráfico 1.1 – Índice de Atividade Econômica do Banco Central – Brasil e Região Norte

Dados dessazonalizados – Média móvel trimestral
2002 = 100

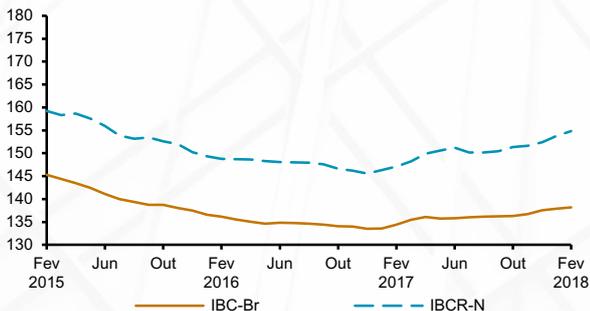
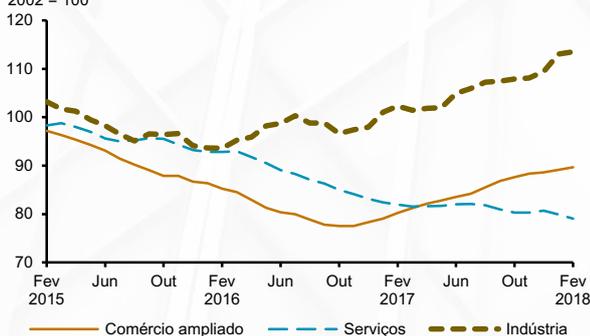


Gráfico 1.2 – Comércio, serviços e indústria – Norte

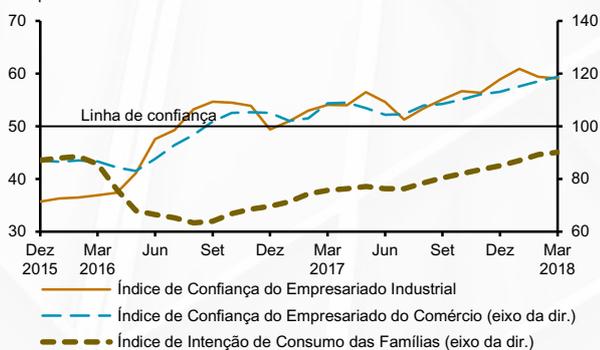
Dados dessazonalizados – Média móvel trimestral
2002 = 100



Fonte: IBGE

Gráfico 1.3 – Confiança dos agentes – Norte

Em pontos



Fontes: CNI e CNC

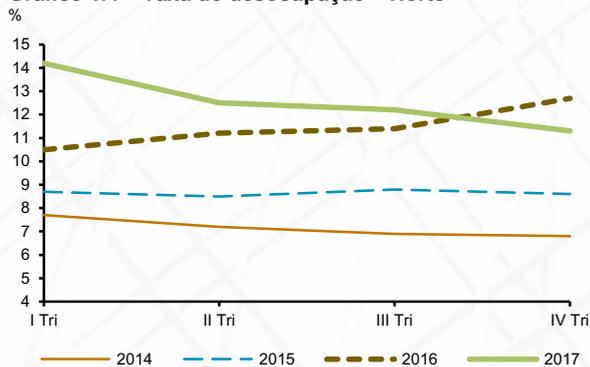
A evolução dos principais indicadores econômicos no Norte, no trimestre encerrado em fevereiro, corrobora as perspectivas de retomada consistente da economia na região. O IBCR-N elevou-se 2,1% no trimestre finalizado em fevereiro, em relação ao trimestre encerrado em novembro, quando crescera 0,9%, de acordo com dados dessazonalizados. Considerados intervalos de doze meses, o indicador cresceu 3,1% em fevereiro, com destaque para os segmentos de comércio, transportes, construção civil (sobretudo no Pará) e indústria de transformação (em especial no Amazonas).

Em relação aos indicadores de demanda, ressalte-se a continuidade do crescimento das vendas no comércio ampliado, em ambiente de melhora das condições no mercado de trabalho e de crédito, favorecidas, em parte, pelo ciclo da taxa de juros e pelo comportamento benigno da inflação. No trimestre finalizado em fevereiro, as vendas do comércio ampliado cresceram 1,5% em relação ao terminado em novembro, quando aumentaram 3,3%, segundo dados dessazonalizados da Pesquisa Mensal do Comércio (PMC).

Dados mais recentes para as vendas de automóveis e o comportamento das expectativas de consumidores e empresários mostram sinais divergentes em relação a trajetória de curto prazo da atividade do comércio. Os emplacamentos de automóveis e comerciais leves, antecedentes das vendas de veículos, diminuíram 2,5% no primeiro trimestre do ano, segundo dados dessazonalizados da Fenabrave. Em oposição, o índice de Intenção de Consumo das Famílias da região, divulgado pela Confederação Nacional do Comércio (CNC), aumentou 5,3 pontos, alcançando 88,8 pontos no primeiro trimestre, enquanto o Índice de Confiança do Empresário do Comércio (Icec), calculado pela CNC, atingiu 117 pontos no período, mantendo-se na área de otimismo por dezenove meses consecutivos.

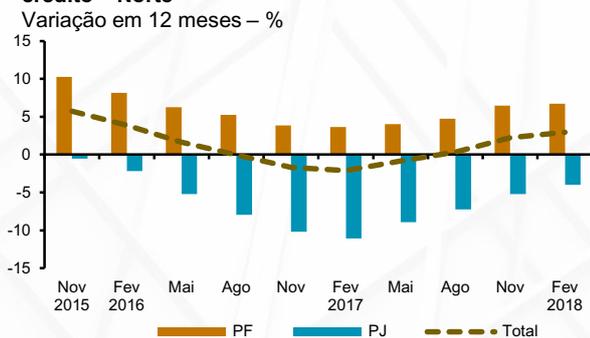
O setor terciário permanece sem mostrar trajetória de retomada mais definida. De fato, considerados

Gráfico 1.4 – Taxa de desocupação – Norte



Fonte: IBGE (PNAD Contínua)

Gráfico 1.5 – Evolução do saldo das operações de crédito – Norte^{1/}



1/ Operações com saldo superior a R\$1 mil.

dados dessazonalizados da Pesquisa Mensal de Serviços (PMS) do IBGE, o volume de serviços declinou 1,6% no trimestre finalizado em fevereiro, ante -1,9% naquele encerrado em novembro. Entretanto, observando-se pela ótica dos empregos formais, o setor vem apresentando recuperação, com criação de 4.537 postos de trabalho no período de 12 meses encerrado em fevereiro deste ano (-12.532 em fevereiro de 2017).

O mercado de trabalho tem evoluído em linha com o ciclo de recuperação da atividade. Pelo terceiro trimestre seguido a taxa de desocupação recuou, alcançando 11,3% no último trimestre de 2017, ante 12,2% no terceiro trimestre, segundo a PNAD Contínua do IBGE¹. A redução no desemprego refletiu o aumento de 1,9% na população ocupada, sobrepondo-se ao efeito da alta de 0,9% na força de trabalho.

O aumento do emprego também é observado nas informações do Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (Caged) do Ministério do Trabalho (MTb), com a alta de 0,6% no nível de emprego formal no trimestre encerrado em fevereiro (0,2% no trimestre encerrado em novembro), considerados dados dessazonalizados.

A evolução no mercado de crédito mostra-se consistente com o processo de recuperação da atividade, embora persistam, na margem, dinâmismos distintos para os segmentos de crédito às famílias e às empresas. No trimestre encerrado em fevereiro, a carteira de pessoas físicas cresceu 1,1% enquanto a de pessoas jurídicas, recuou 1,6%. A inadimplência das operações permanece estável, atingindo 4,3% em fevereiro (4,6% no segmento de pessoas jurídicas e 4,1% no de pessoas físicas). O indicador Serasa Experian de Demanda do Consumidor por Crédito (IDC Consumidor), aponta crescimento desde junho de 2017, com expansão, em doze meses, de 9,9% até fevereiro (5,1% em novembro), resultado compatível com o ciclo recente de redução das taxas de juros.

Estatísticas relacionadas à ótica da oferta, especialmente no setor industrial, confirmam quadro de retomada da economia da região.

A produção de grãos, após ano anterior de safra recorde, deverá recuar 6,3% em 2018, segundo o Levantamento Sistemático da Produção Agrícola

1/ A PNAD Contínua, em nível regional, apresenta dados apenas para os “trimestres fechados”, eventualmente implicando defasagens em relação a outras estatísticas regionais.

Tabela 1.1 – Produção agrícola – Norte

Itens selecionados

Discriminação	Pesos ^{1/}	Em mil toneladas		
		Produção ^{2/}		Variação % 2018/2017
		2017	2018	
Grãos ^{3/}	40,3	8 904	8 342	-6,3
Soja	26,6	5 122	5 090	-0,6
Milho	7,3	2 623	2 192	-16,4
Arroz (em casca)	5,0	1040	943	-9,4
Outras lavouras				
Mandioca	22,7	7 435	7 296	-1,9
Banana	7,1	1 003	1 024	2,1
Cacau	5,1	123	122	-1,1
Arroz	5,0	1040	943	-9,4
Café	2,8	154	95	-38,5
Cana-de-açúcar	2,3	4 443	4 782	7,6

Fonte: IBGE

1/ Por valor da produção – PAM 2016.

2/ Estimativa segundo o LSPA de março de 2018.

3/ Produtos: algodão herbáceo, amendoim, arroz, feijão, milho, soja e sorgo.

Tabela 1.2 – Produção industrial – Norte

Geral e setores selecionados

Setores	Pesos ^{1/}	Variação % no período		
		2017		12 meses
		Nov ^{2/}	Fev ^{2/}	
Indústria geral	100,0	0,8	5,0	8,7
Indústrias extrativas	38,3	0,6	0,7	11,5
Indústrias de transformação	61,7	1,8	11,8	5,4
Informát., eletrôn. e ópticos	12,9	1,5	28,9	26,7
Bebidas	10,4	5,3	18,7	6,2
Outros equip. transporte	8,4	9,5	26,4	2,1
Produtos de metal	2,1	-7,3	3,6	0,9
Metalurgia	3,4	-1,0	-0,6	0,9
Produtos alimentícios	2,6	-2,7	-0,1	-7,1
Prod. miner. não-metálicos	2,1	-1,5	-7,2	-25,3
Produtos de madeira	1,2	7,2	9,4	6,7

Fonte: IBGE

1/ Ponderação de atividades no VTI, conforme a PIA 2010/IBGE.

2/ Variação relativa aos trimestres encerrados nos períodos t e t-3. Dados dessazonalizados.

(LSPA) de março, do IBGE, impactada em especial por recuos nas produções de milho e soja. Em termos de variações reais no valor bruto de produção (VBP), há previsão de retração de 19,5% para a safra de milho e aumento de 2,9% para a de soja, segundo estimativa de março do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (Mapa).

A produção industrial cresceu, na margem, 5% no trimestre finalizado em fevereiro, após alta de 0,8% no período encerrado em novembro, considerados dados dessazonalizados da Pesquisa Industrial Mensal (PIM) do IBGE. A produção da indústria de transformação cresceu 11,8% no período, com destaque para os aumentos nas atividades de fabricação de equipamento de informática, produtos eletrônicos e ópticos, no Polo Industrial de Manaus, e fabricação de produtos de madeira, no Pará. A atividade na indústria extrativa expandiu 0,7% no período, impulsionada pelo desempenho da produção de minério de ferro, concentrada no Pará. Considerados dados acumulados em doze meses, a indústria de transformação da região atingiu alta de 8,7%. Ressalte-se que a recuperação observada no consumo das famílias em âmbito nacional, tende a favorecer o desempenho da indústria de transformação no Norte, em especial no Polo Industrial de Manaus, voltado para a produção de bens de consumo para o mercado interno.

A evolução recente do Índice de Confiança do Empresário Industrial (Icei) do Norte, divulgado pela Confederação Nacional da Indústria (CNI), sugere continuidade da recuperação industrial na região. O indicador atingiu 59,1 pontos em março, ante 58,9 pontos em dezembro e 54,1 pontos em março de 2017². Assinale-se que a elevada ociosidade registrada no Polo Industrial de Manaus – o Nível de Utilização da Capacidade Instalada (Nuci) atingiu 75,5% em fevereiro, de acordo com a Federação das Indústrias do Estado do Amazonas (Fieam) – evidencia a inexistência de restrições de oferta para a continuidade da retomada da atividade local.

O desempenho do comércio externo do Norte repercutiu incrementos no volume transacionado dos principais produtos da pauta regional, alcançando *superavit* de U\$677,4 milhões no primeiro trimestre de 2018. Nesse sentido, as exportações expandiram 1,9% nos três primeiros meses do ano em relação ao mesmo período de 2017, destacando-se o aumento nas vendas de produtos básicos, em especial de soja

2/ Valores acima de 50 pontos na área de otimismo.

Tabela 1.3 – Exportação por fator agregado – FOB

Janeiro-março

Discriminação	US\$ milhões		
	Norte		
	2017	2018	Var. %
Total	4 070	4 145	1,9
Básicos	3 243	3 153	-2,8
Industrializados	826	993	20,2
Semimanufaturados	297	348	17,2
Manufaturados ^{1/}	530	645	21,8

Fonte: MDIC/Secex

1/ Inclui operações especiais.

Tabela 1.4 – Importação por grandes categorias econômicas – FOB

Janeiro-março

Discriminação	US\$ milhões		
	Norte		
	2017	2018	Var. %
Total	2 426	3 468	43,0
Bens de capital	156	287	83,8
Bens intermediários	2 006	2 770	38,1
Bens de consumo	119	153	29,3
Combustíveis e lubrificantes	145	258	77,9

Fonte: MDIC/Secex

Tabela 1.5 – Dívida líquida e necessidades de financiamento – Norte^{1/}

UF	R\$ milhões					
	Dezembro de 2017			Fevereiro de 2018		
	Dívida	Fluxos 12 meses		Dívida ^{2/}	Fluxos 12 meses	
		Primário	Nominal ^{3/}		Primário	Nominal ^{3/}
AC	3 380	35	209	3 187	17	185
AM	4 754	-516	-248	3 898	-909	-653
AP	1 110	103	186	967	92	173
PA	841	17	144	-203	83	201
RO	2 580	-177	-90	2 551	-107	-38
RR	-53	-368	-354	-244	-315	-301
TO	2 440	703	832	2 224	458	589
Total (A)	15 052	-202	679	12 380	-681	157
Brasil^{4/} (B)	800 969	-11 707	38 679	796 488	-5 004	42 550
(A/B) (%)	1,9	1,7	1,8	1,6	13,6	0,4

1/ Por UF, totalizando gov. estadual, capital e principais municípios. Dados preliminares.

2/ A dívida líquida no momento t+1 é a dívida no momento t, mais o resultado nominal e o resultado de outros fluxos.

3/ O resultado nominal é a soma dos juros com o resultado primário.

4/ Refere-se à soma de todas as regiões.

e minérios de ferro. As importações, sensibilizadas pelas altas tanto nas quantidades quanto nos preços transacionados, cresceram 43%, na mesma base de comparação, com ênfase nos aumentos nas aquisições de combustíveis e lubrificantes e de matérias primas no Amazonas.

No âmbito fiscal, as contas consolidadas dos entes públicos do Norte apresentaram, até fevereiro de 2018, resultado primário favorável e redução da dívida líquida. O *superavit* primário atingiu R\$0,7 bilhão em doze meses acumulados, ante R\$0,2 bilhão registrado até dezembro de 2017. A dívida líquida recuou R\$12,4 bilhões em fevereiro (R\$15,1 bilhões em dezembro de 2017).

A arrecadação do Imposto sobre a Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) atingiu, R\$4,5 bilhões no primeiro bimestre de 2018, representando expansão real³ de 7,3% em relação a igual período de 2017, segundo a Comissão Técnica Permanente do ICMS (Cotepe); e as transferências da União, excluindo os valores destinados ao Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (Fundeb), totalizaram R\$6,3 bilhões no mesmo período, de acordo com a Secretaria do Tesouro Nacional (STN), aumento real de 8,3%, em relação a igual intervalo do ano anterior.

A evolução dos preços, considerada a variação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) da Região Metropolitana de Belém (RMB), permanece refletindo nível reduzido de pressões inflacionárias. A inflação no primeiro trimestre (0,68%) esteve associada, em especial, a aumentos nos preços dos grupos educação, alimentação e bebidas e transportes, com destaques para ônibus urbano e ensino fundamental. O índice de difusão permaneceu praticamente estável em 43,5% no primeiro trimestre de 2018 (43,1% no anterior).

A consolidação do processo de desinflação mostra-se mais evidente quando são consideradas as variações em doze meses. O IPCA da RMB desacelerou de 1,14% em dezembro para 0,95% em março. O desempenho é, em parte, explicado pela redução dos preços de alimentos, grupo com maior representatividade na cesta de consumo da região *vis-à-vis* outras capitais do país. A diminuição do ritmo de aumento dos preços monitorados, com destaque para a tarifa de energia elétrica residencial, também contribuiu

3/ Considerado o IGP-DI como deflator.

Tabela 1.6 – IPCA – Belém

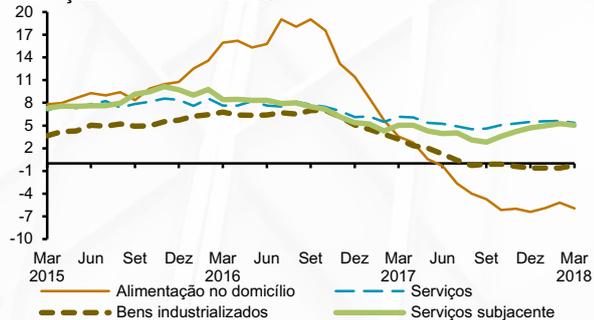
Discriminação	Pesos ^{1/}	Variação %				
		2017		2018		
		Ano	IV Tri	I Tri	Ano	
IPCA	100,0	1,14	0,18	0,68	0,68	
Livres	77,3	-0,66	-0,10	0,70	0,70	
Alimentação no domicílio	25,8	-6,43	-2,28	0,40	0,40	
Serviços	27,0	5,51	2,12	1,19	1,19	
Serviços subjacente	16,2	4,69	2,52	1,01	1,01	
Bens Industrializados	24,5	-0,59	-0,16	0,48	0,48	
Monitorados	22,7	7,69	1,15	0,61	0,61	
Principais itens						
Alimentação	33,9	-4,30	-1,09	0,65	0,65	
Habitação	13,2	6,34	0,94	-1,07	-1,07	
Artigos de residência	4,8	-1,35	-0,83	0,23	0,23	
Vestuário	8,1	0,86	1,68	1,11	1,11	
Transportes	12,6	5,48	1,33	1,58	1,58	
Saúde	10,9	4,62	0,34	0,36	0,36	
Despesas pessoais	8,4	3,56	1,10	0,40	0,40	
Educação	4,9	6,31	0,70	4,96	4,96	
Comunicação	3,1	4,10	0,50	-0,10	-0,10	

Fonte: IBGE

1/ Referentes a março de 2018.

Gráfico 1.6 – Evolução dos preços livres

Variação em 12 meses – %



Fontes: IBGE e BCB

para a manutenção da inflação em patamar baixo. Assinale-se que, apesar de o comportamento recente dos indicadores associados ao consumo das famílias indicar retomada do consumo, a alta ociosidade dos fatores de produção contribui para a evolução favorável dos preços na região.

Em síntese, a atividade econômica no Norte segue em cenário de recuperação. Observou-se comportamento benigno no mercado de trabalho, com redução do desemprego e geração de mais postos de trabalho em comparação aos anos anteriores. Prospectivamente, o ambiente de inflação em patamares baixos e a redução nas taxas de juros seguirão contribuindo para o crescimento da demanda doméstica e a trajetória de retomada da atividade econômica na região.

Gráfico 2.1 – Índice de Atividade Econômica do Banco Central – Brasil e Região Nordeste

Dados dessazonalizados – média móvel trimestral
2012 = 100

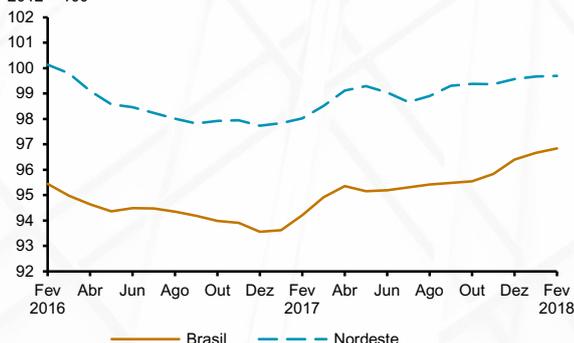


Tabela 2.1 – Comércio varejista – Nordeste

Geral e setores selecionados

Setores	Variação % no período		
	2017		2018
	Nov ^{1/}	Fev ^{1/}	12 meses
Comércio varejista	0,3	0,3	1,5
Combustíveis e lubrificantes	-4,5	-0,1	-7,5
Hiper e supermercados	1,1	-0,3	-4,7
Tecidos, vestuário e calçados	-2,5	-3,5	4,6
Móveis e eletrodomésticos	-2,5	-2,3	19,2
Comércio ampliado	0,6	-0,6	3,7
Automóveis e motocicletas	0,7	1,3	9,1
Material de construção	1,8	-1,1	1,7

Fonte: IBGE

1/ Variação relativa aos trimestres encerrados nos períodos t e t-3. Dados dessazonalizados.

Tabela 2.2 – Evolução do emprego formal – Nordeste

Novos postos de trabalho

Discriminação	Acumulado no trimestre (em mil) ^{1/}				
	2017		2018		
	Fev	Mai	Ago	Nov	Fev
Total	-134,2	-30,2	31,6	71,2	-66,3
Indústria de transformação	-52,9	-15,8	10,8	37,8	-32,9
Serviços industriais de util. pública	0,1	1,6	0,3	-0,2	0,2
Construção civil	-23,3	-7,3	2,6	-2,2	-8,2
Comércio	-16,7	-11,8	-1,4	23,2	-10,8
Serviços	-17,5	-2,5	5,6	7,0	4,0
Agropecuária	-24,2	4,9	13,2	6,9	-18,6
Outros ^{2/}	0,3	0,7	0,5	-1,3	0,0

Fonte: MTb

1/ Refere-se ao trimestre encerrado no mês assinalado.

2/ Inclui extrativa mineral, administração pública e outros.

O comportamento recente do nível de atividade econômica do Nordeste mostrou oscilações, evidenciando menor consistência do crescimento da economia regional *vis-à-vis* a observada em âmbito nacional. Indicadores setoriais têm alternado resultados positivos com movimentos de contração, conforme o período e o ramo de atividade. Nesse ambiente, o crescimento do IBCR-NE no trimestre encerrado em fevereiro, 0,3%, mostrou acomodação em relação ao aumento observado no trimestre encerrado em novembro, 0,5%, considerados dados dessazonalizados.

Pelo lado da demanda, as vendas do comércio ampliado, após crescerem 2,3% em 2017, diminuíram 0,6% no trimestre encerrado em fevereiro relativamente ao trimestre anterior, conforme dados dessazonalizados da PMC. Na mesma base de comparação, o volume de prestação de serviços não financeiros recuou 1,6%, segundo informações da PMS.

Dados mais recentes indicam relativa recuperação do comércio. Os emplacamentos de veículos – antecedente das vendas de automóveis – cresceram 3,4% no primeiro trimestre de 2018, em relação ao trimestre anterior, segundo dados dessazonalizados da Fenabreve. A evolução ocorre em ambiente de melhora das expectativas de consumidores e empresários, e de aumento da massa salarial real, em contexto de inflação baixa. O índice Intenção de Consumo das Famílias (ICF), divulgado pela CNC, atingiu 84,3 pontos no primeiro trimestre de 2018 (78,8 pontos no último trimestre de 2017). No mesmo sentido, o Índice de Confiança do Empresário do Comércio (Icec) aumentou 4 pontos, para 113 pontos, no mesmo período.

O mercado formal de trabalho, refletindo sazonalidade adversa no trimestre terminado em fevereiro, mostrou redução de 66,3 mil postos de trabalho, ante corte de 134,2 mil vagas em igual período de 2017, de acordo com dados do Caged/MTb. Destacaram-se as demissões na indústria de

Gráfico 2.2 – Taxa de desocupação – Nordeste

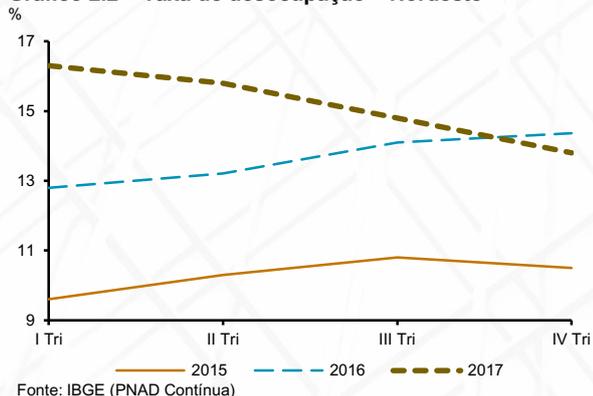
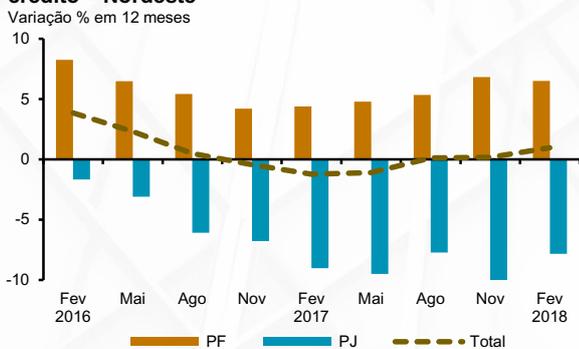


Gráfico 2.3 – Evolução do saldo das operações de crédito – Nordeste^{1/}



1/ Operações com saldo superior a R\$1 mil.

Tabela 2.3 – Produção industrial – Nordeste

Geral e setores selecionados

Setores	Pesos ^{1/}	Variação % no período		
		2017		2018
		Nov ^{2/}	Fev ^{2/}	12 meses
Indústria geral	100,0	-0,3	-0,1	0,0
Indústrias extrativas	9,0	-0,7	-2,6	-3,9
Indústrias de transformação	91,0	-0,6	0,3	0,4
Produtos alimentícios	16,2	-5,7	-0,8	-2,6
Deriv. petróleo e biocombustíveis	15,8	-3,0	0,0	-10,2
Outros produtos químicos	9,9	-2,6	1,3	-0,9
Artefatos couro e calçados	6,9	-6,0	1,5	0,6

Fonte: IBGE

1/ Ponderação de atividades no VTI, conforme a PIA 2010/IBGE.

2/ Variação relativa aos trimestres encerrados nos períodos t e t-3. Dados dessazonalizados.

transformação, no comércio e na agropecuária. A análise na margem indica expansão de 0,3% no nível de emprego formal no trimestre encerrado em fevereiro (-0,2% no trimestre encerrado em novembro) considerados dados dessazonalizados.

A taxa de desemprego da região recuou para 13,8% no último trimestre de 2017, comparativamente a 14,8% no trimestre anterior e a 14,4% ao final de 2016, de acordo com a PNAD Contínua do IBGE. Na comparação com o final 2016, registraram-se variações de 1,3% na população ocupada e de 0,7% na População Economicamente Ativa (PEA). O rendimento real médio habitual e a massa salarial cresceram 3,6% e 5,7%, na ordem, favorecidos pela inflação em patamar baixo.

O mercado de crédito na região permanece em recuperação, refletindo a evolução positiva da carteira para pessoas físicas. O saldo total das operações⁴ totalizou R\$400,9 bilhões em novembro, com expansão de 0,7% no trimestre e de 1,0% em doze meses. A carteira de pessoas físicas somou R\$259,5 bilhões, com aumentos, na ordem, de 1,0% e 6,5% nas mesmas bases de comparação, destacando-se as modalidades crédito consignado e financiamento de veículos. A carteira de pessoas jurídicas, concentrada nas modalidades créditos à construção e ao comércio, atingiu R\$141,4 bilhões, com variações de 0,1% e -7,8%, respectivamente, no mesmo período.

A produção industrial nordestina decresceu 0,1% no trimestre finalizado em fevereiro, em relação ao encerrado em novembro quando recuou 0,3%, no mesmo tipo de comparação, considerados dados dessazonalizados da PIM-PF do IBGE. Destacaram-se as quedas de 10,3% na fabricação de veículos automotores, reboques e carrocerias e de 5,1% na confecção de artigos do vestuário e acessórios. Em sentido oposto, alta de 6,5% na fabricação de produtos têxteis.

A análise em doze meses revela que a produção industrial da região apresentou estabilidade até fevereiro de 2017, contratando com a recuperação do setor em nível nacional. A discrepância decorre, principalmente, do desempenho na indústria extrativa, com retração de 3,9% no período – alta de 0,4% na transformação, refletindo, sobretudo, a queda de 10,2% na fabricação de coque, de produtos derivados do petróleo e de biocombustíveis. Em

4/ Consideram-se, para avaliações do crédito em nível regional, apenas as operações com saldos superiores a R\$ 1 mil.

Tabela 2.4 – Produção agrícola – Nordeste

Itens selecionados

Discriminação	Pesos ^{1/} (%)	Em mil toneladas		
		Produção ^{2/}		2018/2017
		2017	2018	
Produção de grãos		17 869	19 531	9,3
Soja	17,8	9 491	10 358	9,1
Caroço de algodão (herbáceo)	4,4	574	677	17,9
Milho	7,5	6 432	6 764	5,2
Feijão	3,9	630	778	23,5
Outras lavouras selecionadas				
Cana-de-açúcar	15,0	48 367	50 360	4,1
Mandioca	6,6	5 172	5 491	6,2
Banana	8,8	2 381	2 442	2,6

Fonte: IBGE

1/ Por valor da produção – PAM 2016.

2/ Estimativa segundo o LSPA de março de 2018.

Tabela 2.5 – Dívida líquida e necessidades de financiamento – Nordeste^{1/}

UF	R\$ milhões					
	Dezembro de 2017			Fevereiro de 2018		
	Dívida	Fluxos 12 meses		Dívida ^{2/}	Fluxos 12 meses	
		Primário	Nominal ^{3/}		Primário	Nominal ^{3/}
AL	7 581	-288	319	7 201	-476	90
BA	17 493	1 327	1 971	18 034	1 956	2 563
CE	7 096	-1 203	-783	7 210	-237	186
MA	5 953	122	429	5 207	323	625
PB	3 112	-128	-10	2 453	-133	-23
PE	11 683	-830	-279	10 352	-630	-111
PI	3 019	259	413	2 691	447	609
RN	1 109	195	245	795	84	134
SE	4 774	-432	-255	4 890	-305	-136
Total (A)	61 820	-980	2 050	58 834	1 029	3936
Brasil^{4/} (B)	800 969	-11 707	38 679	796 488	-5 004	42 550
(A/B) (%)	7,7	8,4	5,3	7,4	-20,6	9,3

1/ Por UF, totalizando gov. estadual, capital e principais municípios. Dados preliminares.

2/ A dívida líquida no momento t+1 é a dívida no momento t, mais o resultado nominal e o resultado de outros fluxos.

3/ O resultado nominal é a soma dos juros com o resultado primário.

4/ Refere-se à soma de todas as regiões.

sentido inverso, observe-se o aumento de 38,9% na fabricação de veículos automotores, reboques e carrocerias e de 11,9% na confecção de artigos do vestuário e acessórios.

O Índice de Confiança do Empresário Industrial (Icei) do Nordeste, divulgado pela CNI, demonstra recuperação na confiança do empresariado. O indicador atingiu 59,0 pontos em março de 2018, ante 57,4 pontos em dezembro de 2017 e 55,8 pontos em setembro do mesmo ano. O índice de expectativas da Sondagem Industrial da CNI para o Nordeste atingiu 62,3 pontos em março, mantendo-se na zona de otimismo desde maio de 2016.

A produção de grãos do Nordeste, beneficiada por estação chuvosa mais propícia, deverá atingir 19,5 milhões de toneladas na atual safra, de acordo com o LSPA de março, divulgado pelo IBGE. O volume representa expansão anual de 9,3%, refletindo, dentre os principais produtos, estimativas de crescimentos de 23,5%, 9,1% e 5,2% nas colheitas de feijão, soja e milho, na ordem.

No âmbito fiscal, os governos dos estados, das capitais e dos principais municípios do Nordeste apresentaram piora no resultado primário registrando *deficit* de R\$1,0 bilhão no desempenho acumulado de doze meses até fevereiro de 2018, ante *superavit* de R\$980 milhões em dezembro de 2017 e de R\$3 bilhões em fevereiro de 2017. A dívida líquida dos principais municípios do Nordeste totalizou R\$58,8 bilhões em fevereiro (7,4% da dívida dessas entidades no país), recuando 4,8% em relação a registrada em dezembro de 2017.

O *deficit* no comércio externo da região no primeiro trimestre do ano, US\$1,2 bilhões, recuou em relação ao de igual período de 2017 (US\$1,4 bilhões), de acordo com estatísticas do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior (MDIC). A retração repercutiu variações de 3,9% nas exportações e -0,8% nas importações. Nos embarques, sobressaíram-se os aumentos de 27% nas vendas de produtos básicos (em especial, derivados de soja, e algodão em bruto) e de 10,0% nas relativas a bens semimanufaturados (pastas químicas de madeira, catodos de cobre e ferro-ligas). O resultado das importações foi influenciado, especialmente, pelo decréscimo de 15,1% nas aquisições de bens intermediários (naftas para petroquímica e sulfetos de minérios de cobre).

Tabela 2.6 – IPCA – Nordeste

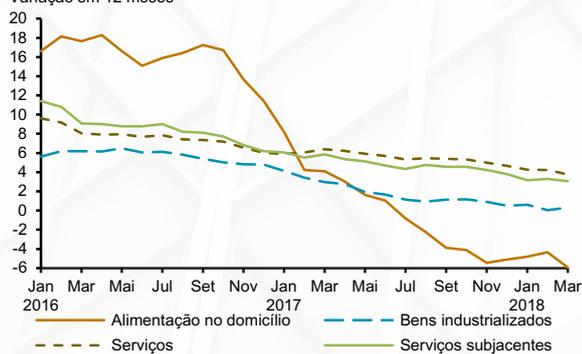
Discriminação	Pesos ^{1/}	Variação %		
		2017	2018	
		Ano	I Tri	12 meses
IPCA	100,0	2,56	0,42	1,66
Livres	76,7	0,65	0,34	0,01
Alimentação no domicílio	20,0	-5,12	-0,57	-5,94
Bens industrializados	24,3	0,52	0,12	0,32
Serviços	32,4	4,65	1,04	3,76
Monitorados	23,3	9,36	0,70	7,45
Principais itens				
Alimentação	28,5	-2,60	-0,20	-3,42
Habitação	14,5	6,97	-0,96	4,75
Artigos de residência	4,3	-3,28	-0,01	-2,65
Vestuário	6,7	3,31	-1,04	3,42
Transportes	17,2	5,30	1,68	4,15
Saúde	11,5	5,62	1,35	5,57
Despesas pessoais	9,2	3,87	0,08	3,00
Educação	4,8	7,96	5,14	5,78
Comunicação	3,4	1,66	-0,02	0,90

Fonte: IBGE

1/ Pesos relativos ao trimestre encerrado no período t-3.

Gráfico 2.4 – Inflação dos preços livres – Nordeste

Variação em 12 meses



Fonte: IBGE e BCB

Em relação à inflação, o IPCA na região variou 0,42% no primeiro trimestre de 2018 ante 0,57% no trimestre anterior. A redução refletiu, principalmente, o comportamento dos preços monitorados que variaram 0,70% no período ante 1,96% ao final do ano passado, impactados pela deflação em energia elétrica residencial (-5,27%), gás de botijão (-4,37%) e ônibus interestadual (-2,19%). A trajetória dos preços livres, 0,34% (0,15% no último trimestre de 2017), seguiu influenciada pela desaceleração dos preços de alimentos e de bens industrializados.

Em doze meses, a variação do IPCA da região atingiu 1,66% (5,57% no mesmo período do ano anterior), evolução decorrente, sobretudo, da desaceleração dos preços livres, de 4,66% para 0,01%. A variação dos preços monitorados recuou de 8,94% para 7,45%. O comportamento dos preços livres, influenciado, sobremaneira, pela deflação em alimentos, repercutiu nas desacelerações dos preços dos bens comercializáveis, de 4,10% para -1,68%, e dos não comercializáveis, de 5,20% para 1,68% no mesmo período.

Em síntese, economia nordestina apresenta recuperação, com melhora do mercado de trabalho, retomada das operações de crédito às famílias, aumento na confiança dos consumidores, recuperação dos salários e da massa salarial, em ambiente de inflação baixa. A robustez e o ritmo de crescimento regional mostram-se um pouco abaixo do observado para média nacional, em parte, refletindo o desempenho da indústria – particularmente do setor extrativo mineral (petróleo e derivados) – e a recuperação lenta do emprego. Prospectivamente, a elevação da confiança dos empresários e a recuperação da produção agrícola regional contribuem para continuidade de expansão da atividade econômica nos próximos trimestres.

2.1 Bahia

Gráfico 2.1.1 – Índice de Atividade Econômica do Banco Central – Brasil e Bahia

Dados dessazonalizados – Média móvel trimestral
2012 = 100

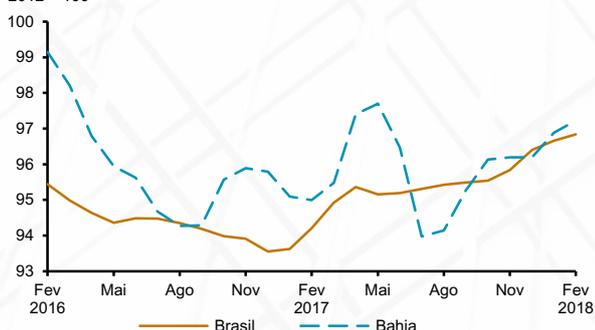
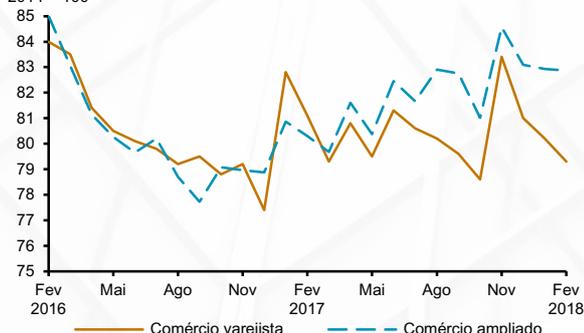


Gráfico 2.1.2 – Comércio varejista – Bahia

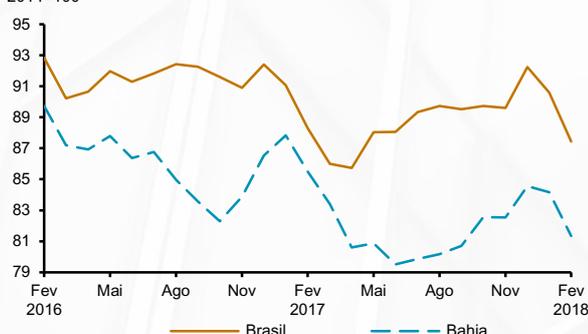
Dados dessazonalizados
2014 = 100



Fonte: IBGE

Gráfico 2.1.3 – Volume de serviços – Bahia

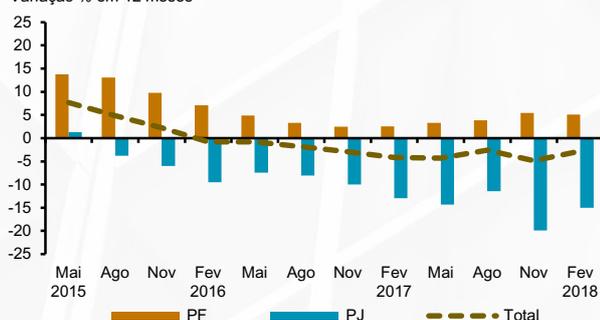
Dados observados – Média móvel trimestral
2014=100



Fonte: IBGE

Gráfico 2.1.4 – Evolução do saldo das operações de crédito – Bahia^{1/}

Variação % em 12 meses



1/ Operações com saldo superior a R\$1 mil.

O PIB da Bahia cresceu 0,4% em 2017, refletindo expansões do produto na agropecuária, 15,1% e no setor de serviços, 0,7%; e retração na atividade da indústria, -3,3%, de acordo com dados da Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia (SEI). No quarto trimestre de 2017, o PIB do estado cresceu 0,4% em comparação ao terceiro trimestre, considerados dados dessazonalizados.

Indicadores mais recentes sugerem continuidade da gradual reação econômica na Bahia, impulsionada, sobretudo, pelo consumo das famílias. Os resultados negativos da atividade industrial seguem limitando a recuperação da economia estadual. Nesse contexto, o IBCR-BA cresceu 1,1% no trimestre finalizado em fevereiro, em comparação ao encerrado em novembro de 2017. Considerados períodos de doze meses, o IBCR-BA variou 1,1% em fevereiro (-0,7% em novembro).

No âmbito da demanda, o consumo das famílias segue como principal vetor de crescimento da atividade econômica, em ambiente de melhora gradual do emprego e da confiança, de aumento da massa salarial e de recuperação do mercado de crédito.

As vendas do comércio ampliado da Bahia avançaram 0,2% no trimestre encerrado em fevereiro, em relação ao trimestre terminado em novembro, quando cresceram 0,5%, no mesmo tipo de comparação, segundo dados dessazonalizados da PMC, do IBGE. Destaque-se a elevação das vendas de veículos, motocicletas, partes e peças e de material de construção, respectivamente, 3,3% e 1,3%. Considerados períodos de doze meses, ao comércio varejista ampliado avançou 2,9% em fevereiro (0,2% em novembro). Corroborando o dinamismo das vendas de veículos no estado, os emplacamentos de automóveis e comerciais leves na Bahia, segundo dados da Federação Nacional da Distribuição de Veículos Automotores (Fenabrave), aumentaram 5,8% no primeiro trimestre de 2018, na série com ajuste sazonal.

O volume dos serviços não financeiros prestados na Bahia recuou 2,7% no trimestre encerrado em fevereiro, em relação ao finalizado em novembro, quando havia avançado 2,3%, nesse tipo de comparação, segundo dados dessazonalizados da PMS, do IBGE. Ressalte-se o aumento do volume das atividades turísticas no estado no trimestre, 3,7%.

Tabela 2.1.1 – Evolução do emprego formal – Bahia

Novos postos de trabalho

Discriminação	Acumulado no trimestre (em mil) ^{1/}				
	2017		2018		
	Fev	Mai	Ago	Nov	Fev
Total	-18,1	7,2	2,0	1,1	-6,9
Indústria de transformação	-0,8	1,8	1,2	-1,4	-2,3
Comércio	-2,8	-3,3	-1,7	4,8	-1,3
Serviços	-4,4	1,6	1,6	2,4	0,7
Construção civil	-9,3	-1,7	2,7	-1,6	-2,0
Agropecuária	-2,0	7,2	-2,0	-1,5	-2,6
SIUP	0,4	0,9	-0,2	-0,4	0,3
Outros ^{2/}	0,8	0,8	0,5	-1,3	0,2

Fonte: MTb

1/ Refere-se ao trimestre encerrado no mês assinalado.

2/ Inclui extrativa mineral, administração pública e outros.

Tabela 2.1.2 – Produção industrial – Bahia

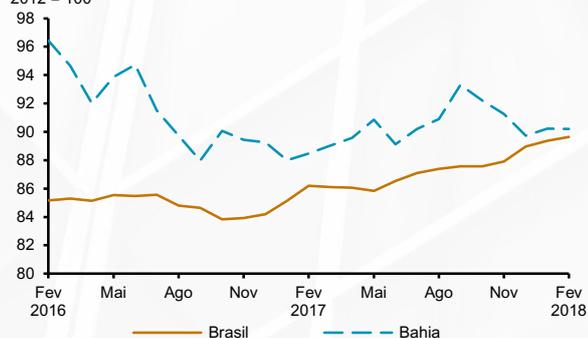
Geral e setores selecionados

Setores	Pesos ^{1/}	Variação % no período		
		2017	2018	Acumulado
		Nov ^{2/}	Fev ^{2/}	em 12 meses
Indústria geral	100,0	0,4	-1,2	0,5
Indústrias extrativas	5,9	1,9	-3,0	5,9
Indústrias de transformação	94,1	0,6	-0,7	0,2
Deriv. petróleo e biocomb.	28,5	-8,0	2,6	-8,0
Outros produtos químicos	16,1	-1,1	1,3	-0,5
Veículos, reb. e carrocerias	10,7	24,4	-6,7	33,0
Metalurgia	8,2	1,7	-2,5	-20,7
Produtos alimentícios	8,1	1,1	-0,3	4,8
Celulose e prod. papel	7,4	-8,1	9,4	0,9

Fonte: IBGE

1/ Ponderação de atividades no VTI, conforme a PIA 2010/IBGE.

2/ Variação relativa aos trimestres encerrados em t e t-3. Dados dessazonalizados.

Gráfico 2.1.5 – Produção industrial – BahiaDados dessazonalizados – Média móvel trimestral
2012 = 100

Fonte: IBGE

O mercado de crédito, estimulado pela redução nas taxas de juros, tem favorecido a expansão do consumo. Os empréstimos às pessoas físicas aumentaram 1,0% no trimestre finalizado em fevereiro e 5,3% em doze meses, destacando-se as modalidades financiamento imobiliário e crédito consignado. Ressalte-se o aumento do crédito na carteira de pessoas jurídicas, 2,2% no trimestre, após recuo de 16% em 2017. Destacaram-se, na margem, as operações com recursos do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES). Importante mencionar que a expansão do crédito no estado ocorre em ambiente de recuo da inadimplência. No trimestre encerrado em fevereiro houve recuo de 0,07 p.p. na inadimplência relativa ao segmento de crédito para pessoas físicas e de -0,88 p.p. relativo às pessoas jurídicas.

A evolução do mercado de trabalho baiano favoreceu a expansão da demanda, contribuindo para a recuperação da atividade econômica do estado. A taxa de desocupação recuou para 15% no quarto trimestre de 2017, ante 16,6% no mesmo período do ano anterior, de acordo com a PNAD Contínua do IBGE, com aumento da ocupação, 1,0%, e retração da força de trabalho. Os rendimentos cresceram 8,8% no trimestre, principalmente entre os empregados no setor público e os empregadores. A massa de rendimentos cresceu 9,8% no quarto trimestre, em relação ao mesmo período do ano anterior. No mercado formal, refletindo o período sazonal adverso, foram encerrados 6,9 mil postos de trabalho, no trimestre encerrado em fevereiro, ante extinção de 18,1 mil postos no mesmo período de 2017, de acordo com o Caged/MTb. A agricultura, a indústria de transformação e a construção civil foram responsáveis pela maior parte dos cortes.

No âmbito da oferta, a indústria baiana ainda limita a recuperação mais consistente da atividade econômica do estado, ressentindo-se dos impactos negativos do segmento de refino de petróleo e biocombustíveis, setor que representa 29,0% da indústria de transformação. Ressalte-se, contudo, o desempenho positivo dos segmentos de veículos automotores, alimentos, bebidas, borracha e plástico, que contribuíram para o aumento de 0,5% da produção industrial, considerados intervalos de doze meses, primeiro resultado positivo nessa base de comparação, desde maio de 2014.

A produção industrial da Bahia variou -1,2% no trimestre encerrado em fevereiro, em relação ao

finalizado em novembro, quando avançou 0,4%, na mesma base de comparação, de acordo com dados dessazonalizados da PIM-PF do IBGE. A produção recuou 3,0% na indústria extrativa e 0,7% na indústria de transformação, resultado influenciado pelas retrações nos segmentos veículos; metalurgia; minerais não metálicos; e borracha e plástico.

A safra baiana de grãos deverá diminuir 0,8% em 2018 relativamente a safra anterior, totalizando 8,0 milhões de tonelada, de acordo com o LSPA divulgado pelo IBGE em março, com estimativa de expansões nas lavouras de algodão, 18,8%, feijão, 5,5% e recuos na produção de soja 0,9% e milho 6,0%.

A balança comercial da Bahia registrou *superavit* de US\$399,6 milhões no primeiro trimestre de 2018, revertendo *deficit* de US\$288,8 milhões no mesmo período de 2017. A evolução refletiu o aumento de 10,3% nas exportações e o recuo de 26,1% nas importações, que somaram US\$1,9 bilhão e US\$1,5 bilhão, respectivamente.

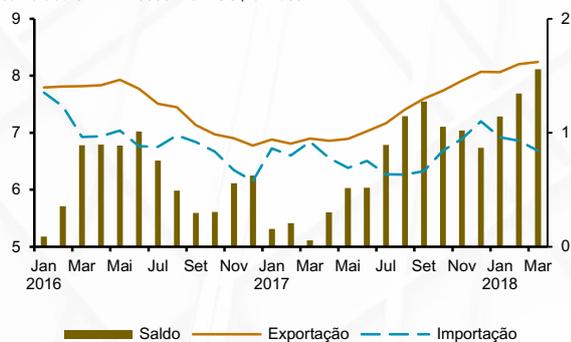
O comportamento das vendas externas repercutiu fundamentalmente o aumento de 12,1% nos preços, vez que houve recuo de 1,6% no *quantum*. Nesse contexto, destaque-se o avanço das vendas de produtos básicos, 39,9%, e de produtos semimanufaturados, 30,1%, destacando-se o aumento nas exportações de celulose, item que representou 61,9% da pauta do segmento. Por outro lado, as exportações de produtos manufaturados diminuíram 9,6%, devido principalmente aos recuos nos embarques de produtos petroquímicos e derivados de petróleo e de óleos combustíveis.

O comportamento das importações no estado segue trajetória distinta em relação à do país, refletindo o ambiente da economia local, ainda em recuperação lenta. O recuo das importações resultou de aumento de 15,5% nos preços e diminuição de 36,0% no *quantum*. As compras de bens intermediários, que representaram 79,2% da pauta, diminuíram 30,6%, devido principalmente às quedas nas aquisições de naftas para petroquímica, e de minérios de cobre. Destaque-se, contudo, o aumento de 10,8% das importações de bens de capital, impulsionadas pelas compras de automóveis para transporte industrial.

As estatísticas fiscais evidenciam o ambiente de recuperação lenta da atividade econômica do Estado. As transferências da União recuaram 1,3%, em termos

Gráfico 2.1.6 – Balança comercial – Bahia

Acumulado em 12 meses – em US\$ bilhões



Fonte: MDIC/Secex

Tabela 2.1.3 – IPCA – Salvador

Discriminação	Pesos ^{1/} 2017	Variação %				
		2017			2018	
		II Tri	III Tri	IV Tri	I Tri	Ano
IPCA	100,00	0,02	0,53	0,30	0,63	1,47
Livres	76,46	-0,08	-0,28	0,04	0,35	0,03
Alimentação no domicílio	19,27	-0,57	-2,63	-1,85	-0,79	-5,73
Bens industrializados	24,65	-0,58	-0,41	0,70	0,22	-0,08
Serviços	32,54	0,62	1,34	0,72	1,14	3,88
Monitorados	23,54	0,37	3,24	1,12	1,52	6,37
Principais itens						
Alimentação	28,19	-0,59	-0,94	-1,27	-0,18	-2,96
Habitação	15,05	2,84	0,83	0,78	-1,00	3,46
Artigos de residência	4,20	-0,80	-1,17	-0,96	-0,40	-3,29
Vestuário	6,58	1,29	0,75	1,79	-1,62	2,19
Transportes	18,16	-3,00	2,27	1,35	3,22	3,79
Saúde	10,88	1,88	1,13	0,89	1,20	5,20
Despesas pessoais	8,57	0,90	1,28	1,15	0,01	3,38
Educação	4,70	-0,12	0,57	0,28	4,73	5,49
Comunicação	3,68	0,46	0,45	0,41	0,13	1,45

Fonte: IBGE

1/ Referentes a dezembro de 2017.

reais, no período de doze meses terminado em fevereiro, enquanto a arrecadação do ICMS aumentou 10,5%, na mesma base comparação segundo dados do Ministério da Fazenda.

A inflação na Região Metropolitana de Salvador (RMS) aumentou no primeiro trimestre do ano, repercutindo aspectos sazonais que influenciam os preços dos alimentos e de educação. O IPCA variou 0,63% no período, ante 0,30% no quarto trimestre do ano anterior, com aceleração tanto dos preços livres, de 0,04% para 0,35%, quanto dos monitorados, de 1,12% para 1,52%. Os preços livres foram impactados, principalmente, pela elevação dos custos de alimentos *in natura*, etanol e educação. Os preços dos serviços evoluíram de 0,73% para 1,13%, refletindo, em especial, os reajustes na área de educação. A trajetória dos preços monitorados repercutiu, em grande parte, as elevações nos preços de gasolina, plano de saúde e produtos farmacêuticos, que neutralizaram os efeitos das reduções nos custos de energia elétrica e gás de botijão. Considerados períodos de doze meses, o IPCA na RMS acumulou 1,47% em março (4,96% em 2017) refletindo desaceleração dos preços monitorados e dos preços livres, favorecidos principalmente pelo comportamento dos preços dos alimentos.

2.2 Ceará

Gráfico 2.2.1 – Índice de Atividade Econômica do Banco Central – Brasil e Ceará

Dados dessazonalizados – média móvel trimestral

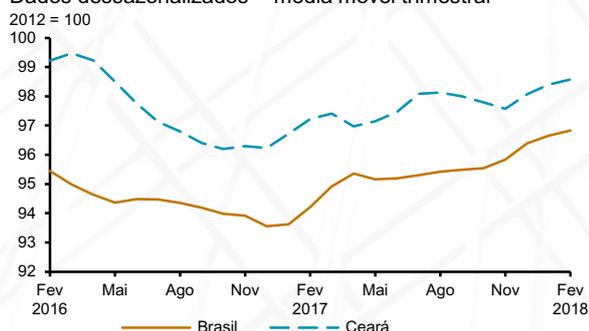


Tabela 2.2.1 – Comércio varejista – Ceará

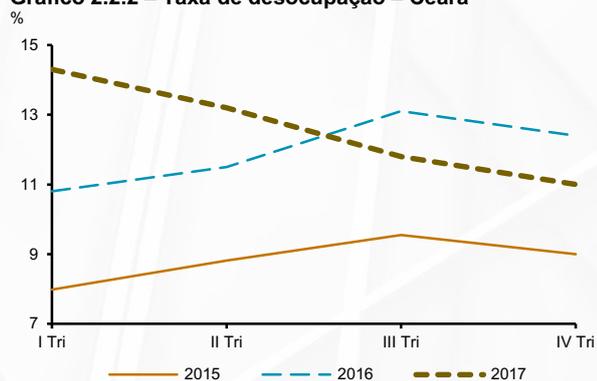
Geral e setores selecionados

Setores	Variação % no período		
	2017		2018
	Nov ^{1/}	Fev ^{1/}	12 meses
Comércio varejista	0,5	-0,9	-0,6
Combustíveis e lubrificantes	0,1	2,1	-24,9
Hiper e supermercados	0,9	-0,9	1,1
Tecidos, vestuário e calçados	-1,0	0,6	-2,9
Móveis e eletrodomésticos	-1,7	-4,2	-6,9
Comércio ampliado	1,0	-1,2	2,9
Automóveis e motocicletas	-0,7	1,9	9,6
Material de construção	4,3	-5,2	11,8

Fonte: IBGE

1/ Variação relativa aos trimestres encerrados nos períodos t e t-3. Dados dessazonalizados.

Gráfico 2.2.2 – Taxa de desocupação – Ceará



Fonte: IBGE (PNAD Contínua)

De acordo com o Instituto de Pesquisa e Estratégia Econômica do Ceará (Ipece), o PIB do estado cresceu 1,9% em 2017, reflexo das expansões nos produtos da agropecuária (28,9%) e dos serviços (1,1%) e retração de 0,6% na atividade da indústria. A trajetória dos indicadores econômicos do Ceará mostra continuidade da recuperação, neste início de ano, com crescimento de 1,0% do IBCR-CE no trimestre finalizado em fevereiro, em relação ao trimestre anterior, dados dessazonalizados. Nos últimos doze meses encerrados em fevereiro, o IBCR-CE acumula alta de 0,7%.

Pelo lado da demanda, as vendas do comércio ampliado diminuíram 1,2% no trimestre encerrado em fevereiro em relação ao trimestre anterior, de acordo com dados dessazonalizados da PMC, do IBGE. No mesmo período, o volume dos serviços não financeiros prestados no estado aumentou 2,6%, segundo a PMS do IBGE.

As demissões líquidas no mercado de trabalho foram influenciadas, principalmente, pelas saídas de trabalhadores no ramo do comércio, seguindo influência sazonal. Nesse sentido, no trimestre encerrado em fevereiro houve perda de 3,3 mil postos de trabalho formais (2 mil no comércio), ante corte de 14,1 mil vagas em igual período do ano anterior, de acordo com estatísticas do Caged/MTb.

A taxa de desemprego no Ceará atingiu 11%, no último trimestre de 2017 (11,8% no terceiro trimestre e 12,4% em igual trimestre de 2017), segundo a PNAD Contínua, do IBGE, com variações de 6,3% da população ocupada e de 4,7% da força de trabalho, comparativamente ao mesmo trimestre do ano anterior. O rendimento médio real habitualmente recebido pelos ocupados cresceu 5,9% e a massa salarial 12,4%, na mesma base de comparação.

O mercado de crédito mostra sinais de recuperação. Nesse sentido, a carteira de pessoas físicas cresceu 0,9% no trimestre encerrado em fevereiro e 6,3% em doze meses. Destacaram-se no trimestre, as modalidades de financiamentos de veículos e de crédito consignado. A carteira de pessoas jurídicas cresceu 2,5% no trimestre e 3,6% em doze meses, ressaltando-se, no período mais recente, as contratações da indústria de transformação e do setor de serviços industriais de utilidade pública.

Tabela 2.2.2 – Produção industrial – Ceará

Geral e setores selecionados

Setores	Pesos ^{1/}	Variação % no período		
		2017	2018	
		Nov ^{1/}	Fev ^{1/}	12 meses
Indústria geral	100,0	-1,1	1,7	3,0
Artefatos de couro e calçados	26,7	-4,7	-0,2	3,7
Produtos alimentícios	16,9	-1,8	-4,8	1,0
Artigos de vestuário e acessórios	11,8	9,0	-1,9	8,7
Bebidas	11,0	1,1	6,6	8,1
Produtos têxteis	7,6	6,0	0,9	7,1
Metalurgia	4,0	-3,1	2,0	35,1

Fonte: IBGE

1/ Ponderação de atividades no VT1, conforme a PIA 2010/IBGE.

2/ Variação relativa aos trimestres encerrados nos períodos t e t-3. Dados dessazonalizados.

No âmbito da oferta, a produção industrial do Ceará cresceu 1,7% no trimestre encerrado em fevereiro, em relação ao finalizado em novembro, quando decrescera 1,1%, no mesmo tipo de comparação, de acordo com dados dessazonalizados da Pesquisa Industrial Mensal – Produção Física (PIM-PF) do IBGE. Destacaram-se os crescimentos na produção de bebidas e na fabricação de máquinas, aparelhos e materiais elétricos. Nos últimos doze meses até fevereiro de 2018, a produção industrial do estado cresceu 3%, ressaltando-se as expansões assinaladas nos segmentos de metalurgia e de artigos de vestuário.

Apesar da alta na produção apontada pela pesquisa do IBGE, o faturamento real da indústria de transformação cearense diminuiu 0,6% no período de doze meses encerrado em fevereiro deste ano, de acordo com o Núcleo de Economia e Estratégia da Federação das Indústrias do Estado do Ceará (Fiec). No mesmo período, houve redução na remuneração real, 3,0%, nas horas trabalhadas, 4,0% e aumento no pessoal empregado, 0,3%. A utilização da capacidade instalada média atingiu 82,3% em fevereiro de 2018 (82,9% em novembro de 2017 e 80,2% em fevereiro de 2017).

A arrecadação do estado repercutiu o desempenho favorável da atividade econômica. Nos dois primeiros meses deste ano, a receita com ICMS cresceu 12,8% em termos reais, em relação ao mesmo período de 2017 de acordo com os dados do Ministério da Fazenda. As transferências da União para estado e municípios, por outro lado, diminuíram 3,4% em termos reais, na mesma base comparação.

Apesar da melhora na atividade econômica estadual, os governos do estado, da capital e dos principais municípios do Ceará registraram recuo do *superavit* primário – R\$237 milhões em doze meses encerrados em fevereiro, ante R\$1,2 bilhão ao final de 2017. A dívida líquida do estado aumentou 1,6% em relação a dezembro de 2017, atingindo R\$7,2 bilhões no final de fevereiro de 2018.

O *deficit* da balança comercial do Ceará aumentou para US\$123,4 milhões no primeiro trimestre deste ano, ante US\$57,7 milhões em igual período de 2017, de acordo com do MDIC. O acréscimo refletiu aumento de 5,2% nas importações (4,4% nos preços e 0,8% no *quantum*) e queda de 6,8% nas exportações (16,9% nos preços e -20,3% no *quantum*). Destacaram-se o crescimento nas compras de combustíveis e

Tabela 2.2.3 – IPCA – Fortaleza

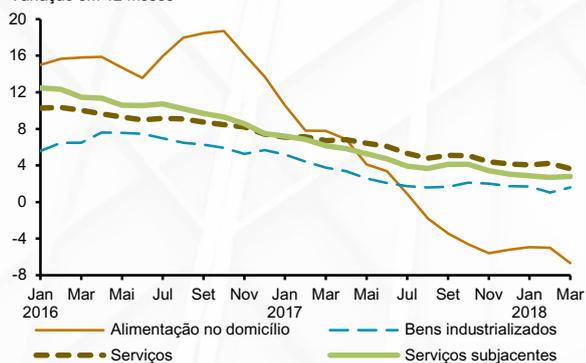
Discriminação	Pesos ^{1/}	Variação %		
		2017	2018	
		Ano	I Tri	12 meses
IPCA	100,0	2,27	0,57	1,25
Livres	77,7	0,46	0,36	-0,26
Alimentação no domicílio	23,4	-5,22	-0,62	-6,68
Bens industrializados	23,9	1,75	0,05	1,58
Serviços	30,4	4,17	1,38	3,62
Monitorados	22,3	9,25	1,28	6,92
Principais itens				
Alimentação	31,8	-3,34	-0,29	-4,57
Habitação	14,5	6,58	0,13	4,96
Artigos de residência	4,0	-1,28	-0,07	-1,12
Vestuário	6,5	3,62	-0,99	4,30
Transportes	16,1	7,47	1,52	4,74
Saúde	10,2	6,23	1,61	6,47
Despesas pessoais	9,4	2,04	0,38	1,79
Educação	4,7	7,60	6,06	7,12
Comunicação	2,8	0,64	-0,07	0,05

Fonte: IBGE

1/ Pesos relativos ao trimestre encerrado no período t-3.

Gráfico 2.2.3 – Inflação dos preços livres – Fortaleza

Variação em 12 meses



Fontes: IBGE e BCB

lubrificantes (gás natural liquefeito, combustíveis e lubrificantes elaborados) e a redução de nas vendas de produtos semimanufaturados (couros e peles e produtos semimanufaturados de ferro e aços).

A inflação na Região Metropolitana de Fortaleza (RMF) desacelerou para 0,57% no primeiro trimestre do ano, ante os 0,79% o último trimestre de 2017, resultado de estabilidade dos preços livres e de desaceleração dos monitorados. No primeiro segmento, a evolução dos preços esteve associada, em especial, à desinflação dos alimentos e de bens industrializados. Dentre os monitorados, as maiores contribuições para a variação trimestral decorreram das quedas nos custos de energia elétrica residencial, -6,42%, e telefonia fixa, -1,44%.

A variação do IPCA da RMF atingiu 1,25% em doze meses ante 6,85% no mesmo período do ano anterior. A variação dos preços livres recuou de 6,14% para -0,26%, refletindo em especial a retração de preços da alimentação, e o ritmo de aumento dos preços monitorados diminuiu, de 9,56% para 6,92%.

2.3 Pernambuco

Gráfico 2.3.1 – Índice de Atividade Econômica do Banco Central – Brasil e Pernambuco

Dados dessazonalizados

2012 = 100

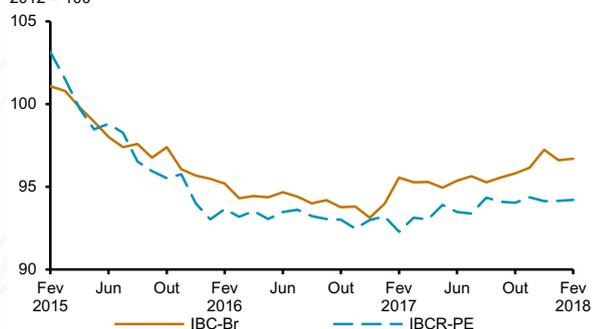


Tabela 2.3.1 – Comércio – Pernambuco

Geral e setores selecionados

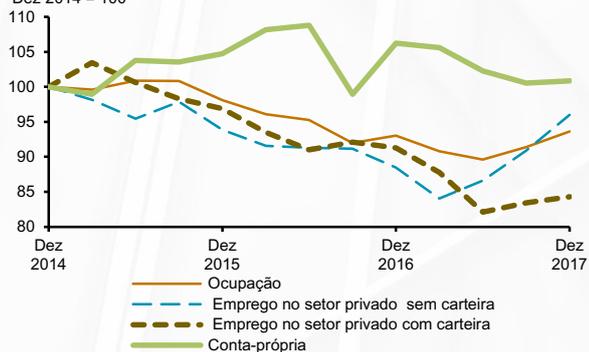
Setores	Variação % no período			
	2017	2018		
		Ano	Nov ^{1/}	Fev ^{1/}
Comércio varejista restrito	4,7	0,5	-4,2	5,1
Combustíveis e lubrificantes	1,9	-3,6	2,0	1,6
Hiper e supermercados	-9,6	2,0	-0,3	-6,5
Tecidos, vestuário e calçados	13,8	-2,3	-8,6	10,7
Móveis e eletrodomésticos	20,2	-4,3	-3,5	23,5
Comércio ampliado	3,4	0,4	-2,7	4,4
Automóveis e motocicletas	6,4	0,3	0,3	9,1
Material de construção	-17,5	1,4	-2,8	-16,2

Fonte: IBGE

1/ Variação relativa aos trimestres encerrados nos períodos t e t-3. Dados dessazonalizados.

Gráfico 2.3.2 – População ocupada

Dez 2014 = 100



Fontes: IBGE e BCB

O crescimento da atividade na economia pernambucana mostrou acomodação no início deste ano. O IBCR-PE manteve-se estável no trimestre encerrado em fevereiro em relação ao trimestre anterior, quando expandira 0,5% na mesma base de comparação, considerados dados com ajuste sazonal. O impacto dos desempenhos positivos na indústria e no setor de serviços foi neutralizado pelo efeito das quedas nas vendas no varejo, na atividade da construção e na intermediação financeira, em ambiente de retração do crédito às empresas. No período de doze meses até fevereiro de 2018, o IBCR-PE cresceu 0,9%.

Pelo lado da demanda, as vendas do comércio varejista, que mostraram crescimento ao longo de 2017, recuaram no trimestre findo em fevereiro, relativamente ao trimestre anterior, movimento consistente com a queda verificada nos rendimentos do trabalho nessa mesma comparação. O resultado também está, em parte, influenciado pelo efeito da *Black Friday*, que aumentou a base de comparação (novembro), com reflexo em segmentos como tecidos, vestuário e calçados. De acordo com a PMC do IBGE, o comércio restrito diminuiu 4,2% no trimestre considerado, após ajuste sazonal dos dados. Incorporando a variação das vendas de automóveis (0,3%) e de material de construção (-2,8%) no período, a intensidade da queda das vendas varejistas diminuiu, para 2,7%.

A despeito do resultado negativo do comércio na margem, há melhora na percepção dos consumidores, indicando evolução favorável para o comércio nos próximos meses. O ICF da Federação do Comércio de Bens, Serviços e Turismo do Estado de Pernambuco (Fecomércio/PE) atingiu, em março, o maior nível desde março de 2016, em especial devido à avaliação favorável acerca das perspectivas de consumo.

No setor terciário, o volume de serviços prestados cresceu 0,4% no trimestre encerrado em fevereiro deste ano, em relação ao trimestre anterior, segundo dados da PMS do IBGE, dessazonalizados. O segmento esboça reação, após encerrar 2017 com queda de 5,3%. Destacaram-se, na evolução recente, os desempenhos das atividades de transporte e outros serviços, ambos com crescimentos próximos a 3% no período.

Refletindo a melhora da economia, o nível de emprego segue em recuperação, após atingir

Tabela 2.3.2 – Emprego formal – Pernambuco

Novos postos de trabalho

Discriminação	Acumulado no trimestre (em mil)				
	2017		2018		
	Fev	Mai	Ago	Nov	Fev
Total	-44,9	-5,2	7,7	23,0	-20,5
Ind. de transformação	-21,3	-1,4	4,4	14,1	-10,5
Comércio	-5,2	-0,7	-0,1	4,7	-3,3
Serviços	-6,7	-2,5	0,2	0,3	-1,2
Construção civil	-2,4	-2,2	-0,9	0,3	-0,6
Agropecuária	-8,8	1,2	4,2	3,8	-4,9
Serv. ind. de util. pública	-0,4	0,4	0,0	-0,1	0,0
Outros ^{1/}	-0,1	-0,1	-0,1	-0,1	0,0

Fonte: MTb

1/ Inclui extrativa mineral, administração pública e outras.

Gráfico 2.3.3 – Evolução do saldo das operações de crédito – Pernambuco^{1/}

Variação em 12 meses – %



1/ Operações com saldo superior a R\$1 mil.

Tabela 2.3.3 – Produção industrial – Pernambuco

Geral e setores selecionados

Setores	Pesos ^{1/}	Variação % no período		
		2017		2018
		Nov ^{2/}	Acum. 12 meses	Fev ^{2/}
Indústria geral ^{1/}	100,0	-0,9	2,1	0,9
Produtos alimentícios	27,7	-0,9	-10,8	0,9
Outros produtos químicos	11,0	-2,9	-3,2	1,3
Produtos minerais não-metálicos	10,3	-7,1	-9,3	-1,8
Bebidas	9,6	-0,7	0,1	-0,9
Produtos de metal	7,0	5,0	40,9	2,4
Metalurgia	6,9	-6,7	1,8	6,7
Veículos	4,2	6,0	42,1	1,9

Fonte: IBGE

1/ Inclusive veículos e refino de petróleo, ponderados pelo VTI da PIA 2015 (IBGE).

2/ Variação relativa aos trimestres encerrados nos períodos t e t-3. Dados dessazonalizados.

5/ A PIM-PF do estado foi ajustada para incorporar os segmentos refino de petróleo e fabricação de automóveis, que ainda não fazem parte da pesquisa do IBGE em Pernambuco, que se baseia na estrutura produtiva de 2010, quando tais atividades ainda não existiam. Considerando que, atualmente, as atividades mencionadas são pesquisadas na PIM-PF do Nordeste e concentram-se em grande parte na Bahia, o procedimento utilizado foi atribuir a Pernambuco o diferencial entre a produção nordestina destes segmentos e a produção daquele estado, com base nos pesos do Valor da Transformação Industrial (VTI) relativos a 2015, extraídos da Pesquisa Industrial Anual (PIA) do IBGE.

patamar mínimo em junho de 2017. A desocupação atingiu 16,8% no último trimestre de 2017, ante 17,9% o trimestre anterior e 15,6% em igual período de 2016, segundo a PNAD Contínua do IBGE. A variação em termos interanuais refletiu a elevação de 0,6% da População Ocupada (PO) e 2,1% da força de trabalho. A ocupação tem sido impulsionada principalmente pelo emprego sem carteira (gráfico 2.3.2), destacando-se os serviços domésticos. Considerando o mercado de trabalho formal, as demissões líquidas totalizaram 20,5 mil no trimestre encerrado em fevereiro, segundo dados do Caged/MTb, em decorrência do período sazonalmente desfavorável. Houve redução significativa em relação à eliminação de postos observada em igual período do ano anterior (44,9 mil), com decréscimo em todos os segmentos analisados.

No mercado de crédito, persistem dinâmicas distintas para os empréstimos a pessoas jurídicas e físicas. Em fevereiro deste ano registraram-se retrações no saldo de crédito às empresas de 2%, ante o trimestre anterior, e de 7,9%, nos últimos doze meses, movimento semelhante ao observado em nível nacional. Acentuaram-se as reduções dos volumes de financiamento às indústrias de transformação e corporações comerciais, especialmente junto ao BNDES. Em relação ao crédito para pessoas físicas, observaram-se crescimentos de 1% e 8,1% dos saldos para os mesmos períodos de comparação, com ênfase na evolução positiva do crédito consignado. Somadas as variações nos dois segmentos, o volume de total operações de crédito manteve-se estável em doze meses.

Pela ótica da oferta, a indústria pernambucana cresceu 0,9% no trimestre encerrado em fevereiro, com dados dessazonalizados e ajustados⁵ da PIM-PF do IBGE. Sobrelevaram-se no período os setores de alimentos e metalurgia. Em doze meses, a indústria local expandiu 2,1%, sobressaindo a produção de veículos – em parte destinada às exportações –, produtos de metal (exceto máquinas e equipamentos) e outros materiais de transporte (indústria naval).

A evolução da indústria teve influência na manutenção do Índice de Confiança do Empresário Industrial do (Icei) – medido pela Federação das Indústrias

Gráfico 2.3.4 – Índice de Confiança do Empresário Industrial (Icei)



Fontes: CNI e Fiepe

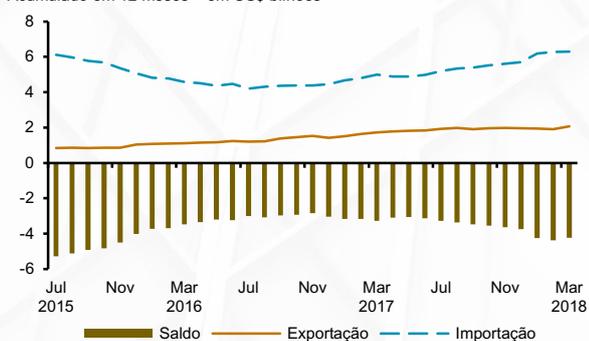
do Estado de Pernambuco (Fiepe) – em patamar otimista, acima de 50 pontos, desde agosto de 2016; em março o indicador encontrava-se em 55,7 pontos, influenciado pelas expectativas positivas do empresariado industrial em relação à economia.

Na agricultura, os prognósticos da produção de 2018, segundo o LSPA do IBGE de março, apontam reduções nas quantidades anuais produzidas de cana-de-açúcar (6,1%) e uva (39,7%) principais culturas do estado.

No âmbito fiscal, a arrecadação do ICMS em Pernambuco alinha-se à recuperação da economia local. Dados do Ministério da Fazenda apontam crescimento real de 5,1% na arrecadação acumulada em doze meses até fevereiro de 2018. Por outro lado, as transferências da União (Fundo de Participação dos Estados – FPE e Fundo de Participação dos Municípios – FPM), medidas pela STN, experimentaram recuo de 2,4% no mesmo período.

Gráfico 2.3.5 – Balança comercial – Pernambuco

Acumulado em 12 meses – em US\$ bilhões

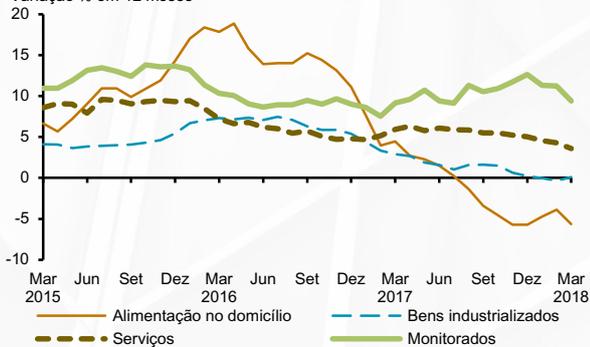


Fonte: MDIC/Secex

A evolução da balança comercial do estado tem refletido progressivamente a maior presença das atividades de refino de petróleo e de produção de veículos, seja pelo fluxo de exportações ou importações. A corrente de comércio somou US\$89,3 bilhões nos doze meses encerrados em março de 2018, representando crescimento de 26,6% em relação aos doze meses anteriores. O *deficit* comercial no primeiro trimestre de 2018 aumentou para US\$1,4 bilhão, ante US\$0,9 bilhão no mesmo período de 2017, refletindo acréscimos de 20% e 40,5%, respectivamente, no valor das exportações e das importações. Na mesma base de comparação, o *quantum* exportado cresceu 7,8%, com ênfase nos embarques de automóveis e diesel, tendo a Argentina e os Estados Unidos como principais mercados de destino. Consideradas as importações, o *quantum* expandiu 22,3% no mesmo período, com ênfase nas entradas de combustíveis e bens intermediários.

Gráfico 2.3.6 – IPCA – Segmentos

Variação % em 12 meses



Fontes: IBGE e BCB

O IPCA da Região Metropolitana de Recife (RMR) manteve-se praticamente estável nos três meses iniciais de 2018 (taxa de -0,01%), ante alta de 0,82% apurada no último trimestre de 2017. Os preços livres variaram 0,25% e os monitorados 0,85%, refletindo quedas da energia elétrica residencial e gás de botijão. Em doze meses, a inflação na RMR atingiu 2,16%, contra 5,56% apurados em março de 2017, situando-se abaixo da variação do IPCA em nível nacional no mesmo intervalo, 2,68%.

Gráfico 3.1 – Índice de Atividade Econômica do Banco Central – Brasil e Centro-Oeste

Dados desazonalizados – Média móvel trimestral
2002 = 100

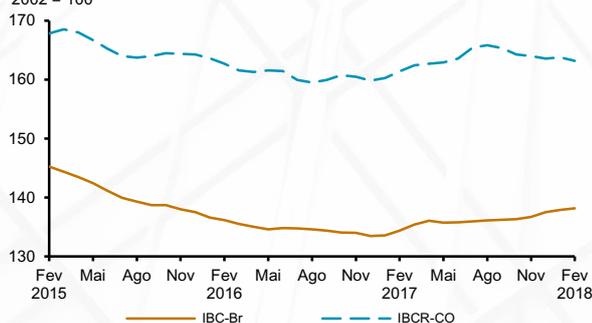
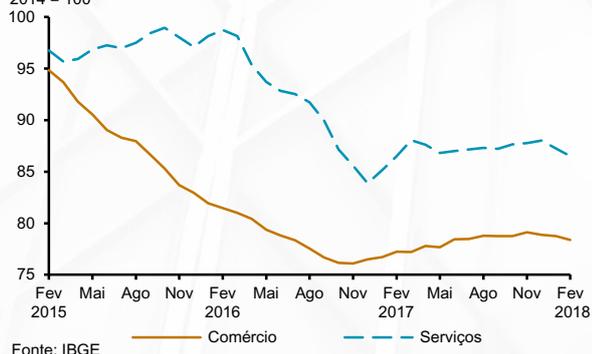


Gráfico 3.2 – Comércio e serviços – Centro-Oeste

Dados desazonalizados – Média móvel trimestral
2014 = 100



Fonte: IBGE

A atividade econômica no Centro-Oeste manteve arrefecimento no início deste ano. O comportamento refletiu, principalmente, resultados adversos na indústria de transformação e na construção civil, que se sobrepuseram ao desempenho positivo da agricultura em função, sobretudo, do aumento na safra de soja. Nesse contexto, o IBCR-CO recuou 0,5% no trimestre encerrado em fevereiro (com ajuste sazonal), na comparação com o trimestre anterior, quando recuara 1,1%.

Os indicadores de demanda relacionados ao comércio e ao setor de serviços mostraram resultados negativos no início de 2018. O volume de vendas do comércio ampliado diminuiu 1% no trimestre finalizado em fevereiro, segundo dados dessazonalizados da PMC, do IBGE. Em Goiás e no Mato Grosso as vendas ficaram estáveis ante o trimestre anterior, enquanto as apuradas no Distrito Federal apresentaram retração (2,6%), com destaque para o recuo no ramo de hipermercados, supermercados, produtos alimentícios, bebidas e fumo.

No setor terciário, observou-se contração de 1,4% no volume de serviços, no trimestre encerrado em fevereiro, segundo dados com ajuste sazonal da PMS, do IBGE. Os desempenhos do setor, entretanto, divergiram entre os estados, com aumento no volume de serviços em Mato Grosso do Sul e Goiás e recuo no Distrito Federal e no Mato Grosso.

Em linha com o observado no País, o mercado de trabalho na região apresenta indicadores consistentes de recuperação, expressos pela queda na taxa de desemprego e pelo aumento na população ocupada e no rendimento real. A taxa de desemprego recuou 1,5 p.p. na comparação interanual, situando-se em 9,4% no último trimestre de 2017, conforme a PNAD Contínua, do IBGE. O número de ocupados aumentou 3,2% no período, com acréscimos mais significativos em empregadores, trabalhadores por conta própria e empregados sem carteira assinada. A expansão da quantidade de trabalhadores, aliada ao incremento real de 3,2% no rendimento médio no

Tabela 3.1 – Evolução do emprego formal – Centro-Oeste

Discriminação	Novos postos de trabalho (em mil)			
	2017		2018	
	Trim ^{2/}	Ano ^{3/}	Trim ^{2/}	Ano ^{3/}
Total	-12,7	28,5	0,0	34,8
Ind. de transformação	-1,6	4,2	-1,7	4,2
Comércio	-6,5	-1,6	-3,4	-1,4
Serviços	-0,3	11,7	3,5	14,2
Construção civil	-11,5	-0,7	-4,0	3,2
Agropecuária	7,3	14,4	6,3	14,7
Serviços ind. de util. pública	0,3	0,5	-0,3	0,0
Outros ^{1/}	-0,3	0,1	-0,3	-0,1

Fonte: Ministério do Trabalho

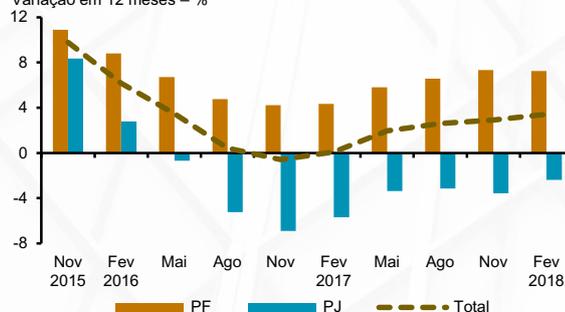
1/ Inclui extrativa mineral, administração pública e outras.

2/ Trimestre encerrado em fevereiro.

3/ Acumulado no ano até fevereiro

Gráfico 3.3 – Evolução do saldo das operações de crédito – Centro-Oeste^{1/}

Varição em 12 meses – %



1/ Operações com saldo superior a R\$1 mil.

Tabela 3.2 – Balança comercial – Centro-Oeste

Janeiro-março

Discriminação	US\$ milhões			
	Centro-Oeste		Brasil	
	2017	2018	Var. %	Var. %
Exportações	6 061	6 513	7,5	7,7
Básicos	5 097	5 426	6,5	0,4
Industrializados	964	1 087	12,7	14,5
Importações	1 995	1 966	-1,5	12,3
Bens de capital	120	108	-10,0	10,9
Bens Intermediários	1 007	937	-7,0	8,6
Bens de consumo	675	574	-15,0	8,9
Combustíveis e lubrificantes	193	348	80,1	23,6
Saldo comercial	4 066	4 547	11,8	-3,6

Fonte: MDIC/Secex

1/ Inclui operações especiais.

último trimestre, elevou a massa de rendimento real do trabalho em 6,5% no ano.

No mercado de trabalho formal, observou-se estabilidade no trimestre finalizado em fevereiro, segundo dados do Caged/MTb, contrastando com a eliminação de 12,7 mil postos de trabalho no mesmo período do ano anterior. Merece destaque o aumento de postos no setor de serviços e a redução na quantidade de demissões líquidas na construção civil e no comércio.

O mercado de crédito no Centro-Oeste manteve a trajetória de aceleração moderada, com crescimento nos saldos de financiamentos às famílias e arrefecimento na retração nos empréstimos às empresas. O crescimento interanual do saldo total das operações de crédito passou de 2,9%, em novembro de 2017, para 3,4% em fevereiro de 2018. A expansão da carteira de pessoas físicas manteve-se estável em 7,3%, com destaque para crédito rural, consignado e financiamentos de veículos. A variação no saldo dos empréstimos para pessoas jurídicas passou de -3,6% para -2,4% nos períodos assinalados, ressaltando-se a expansão de financiamentos a exportações.

A inadimplência no crédito às pessoas jurídicas recuou de 3,9%, em novembro de 2017, para 2,5% em fevereiro de 2018, refletindo maior renegociação de saldos em atraso em financiamentos. Nas operações com pessoas físicas, a inadimplência subiu 0,1 p.p. no período, situando-se em 3,1%.

O comércio exterior do Centro-Oeste apresentou saldo comercial de US\$4,5 bilhões, no primeiro trimestre de 2018, 11,8% superior ao do mesmo período de 2017. As exportações cresceram 7,5%, ressaltando-se a expansão nos embarques de milho, celulose, algodão e carne de bovinos e as importações diminuíram 1,5%, com quedas mais acentuadas nas compras de bens de consumo (medicamentos) e de produtos intermediários (ureia e adubos ou fertilizantes).

Em relação às contas públicas, observa-se relativa estabilidade na dívida consolidada dos estados e municípios do Centro-Oeste desde dezembro de 2016. O valor totalizou R\$34,5 bilhões em fevereiro deste ano. O *superavit* primário acumulado em doze meses evoluiu de R\$372 milhões, em dezembro de 2017, para R\$1,1 bilhão, enquanto o *deficit* nominal recuou de R\$1,9 bilhão para R\$1,1 bilhão. A recuperação da atividade econômica no período

Tabela 3.3 – Dívida líquida e necessidades de financiamento – Centro-Oeste^{1/}

UF	R\$ milhões					
	Dezembro de 2017			Fevereiro de 2018		
	Dívida	Fluxos 12 meses		Dívida ^{2/}	Fluxos 12 meses	
		Primário	Nominal ^{3/}		Primário	Nominal ^{3/}
DF	6 435	744	934	6 299	537	722
GO	18 208	-348	1 065	17 977	-1 356	27
MS	7 216	-290	114	6 751	-279	65
MT	3 462	-478	-217	3 499	-3	237
Total (A)	35 321	-372	1 896	34 525	-1 101	1 051
Brasil^{4/} (B)	800 969	-11 707	38 679	796 488	-5 004	42 550
(A/B) (%)	4,4	3,2	4,9	4,3	22,0	2,5

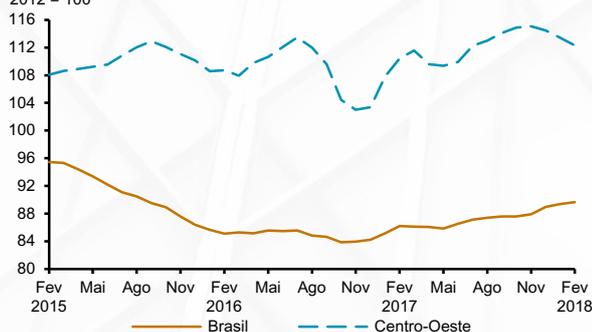
1/ Por UF, totalizando gov. estadual, capital e principais municípios. Dados preliminares.

2/ A dívida líquida no momento t+1 é a dívida no momento t, mais o resultado nominal e o resultado de outros fluxos.

3/ O resultado nominal é a soma dos juros com o resultado primário.

4/ Refere-se à soma de todas as regiões.

Gráfico 3.4 – Produção industrial – Centro-Oeste
Dados dessazonalizados – Média móvel trimestral
2012 = 100



Fontes: IBGE e BCB.

Tabela 3.4 – Produção agrícola – Centro-Oeste
Itens selecionados

Discriminação	Pesos ^{1/}	Em mil toneladas		
		Produção ^{2/}		Varição %
		2017	2018	2018/2017
Grãos	83,2	105 931	100 515	-5,1
Algodão (caroço)	6,5	1 715	1 960	14,3
Arroz (em casca)	0,6	872	715	-18,0
Feijão	2,9	801	741	-7,5
Milho	17,8	50 119	43 795	-12,6
Soja	54,9	51 157	51 826	1,3
Outras lavouras				
Cana-de-açúcar	13,0	142 927	146 267	2,3
Mandioca	0,9	1 188	1 193	0,4
Tomate	0,6	1 297	1 454	12,1

Fonte: IBGE

1/ Por valor da produção – PAM 2016.

2/ Estimativa segundo o LSPA de março de 2018.

refletiu-se na arrecadação do ICMS, que cresceu em termos reais 6,7% no período de doze meses encerrado em fevereiro de 2018; por outro lado, as transferências da União recuaram 2,9% no mesmo período em termos reais.

A atividade industrial na Região oscilou no início deste ano após crescimento robusto em 2017. Nesse contexto, a produção da indústria retraiu 2,4% no trimestre encerrado em fevereiro, em comparação ao trimestre encerrado em novembro, quando havia expandido 1,8%, considerando dados dessazonalizados agregados dos estados de Goiás e Mato Grosso, da PIM-PF, do IBGE. A indústria de transformação recuou 2,5%, influenciada pelos desempenhos negativos das indústrias automobilística, de biocombustíveis, farmacêutica, alimentícia e de produtos de madeira.

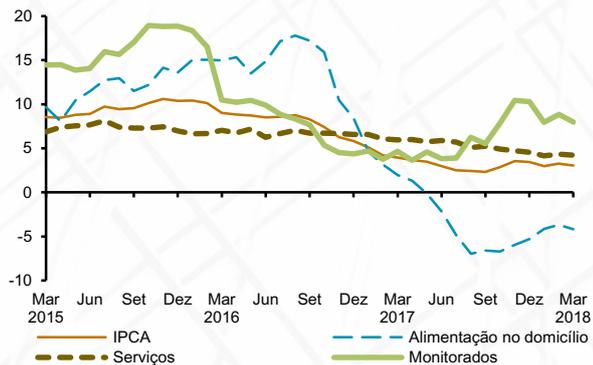
Apesar do desempenho negativo no trimestre, a confiança dos empresários industriais na Região continua aumentando, tendo o Icei do Centro-Oeste, divulgado pela CNI, atingido 61,4 pontos em março, ante 59,1 pontos em dezembro. A evolução positiva refletiu avanços tanto no componente de expectativa quanto no de condições atuais.

Depois da safra recorde em 2017, a produção de grãos no Centro-Oeste deverá diminuir 5,1% em 2018, com recuos mais acentuados nas lavouras de milho, feijão e arroz, segundo dados do LSPA de março. Em contrapartida, a produção de soja deverá expandir 1,3%, e a de cana-de-açúcar, 2,3%. O segmento pecuário apresentou expressiva recuperação. Os abates de bovinos cresceram 6,8% no primeiro bimestre deste ano em relação a igual período de 2017, segundo o Sistema de Inspeção Federal (SIF), do Mapa, refletindo a expansão de 25,7% nas exportações.

O IPCA da região – agregação dos indicadores de Brasília, Goiânia e Campo Grande – variou 0,07% no primeiro trimestre de 2018, menor taxa para o período desde 1991. No último trimestre de 2017 o indicador havia atingido 2,09%, e no primeiro trimestre de 2017, 0,45%. O comportamento neste início de ano foi influenciado predominantemente pelos preços monitorados, que apresentaram queda de 0,55% no trimestre, refletindo os impactos da mudança da bandeira tarifária sobre os preços da energia elétrica residencial, e a diminuição das tarifas, por reajuste ordinário, em Goiânia e Campo Grande. O índice de difusão se elevou ligeiramente para 51,3%

Gráfico 3.5 – IPCA Centro-Oeste

Varição % acumulada em 12 meses



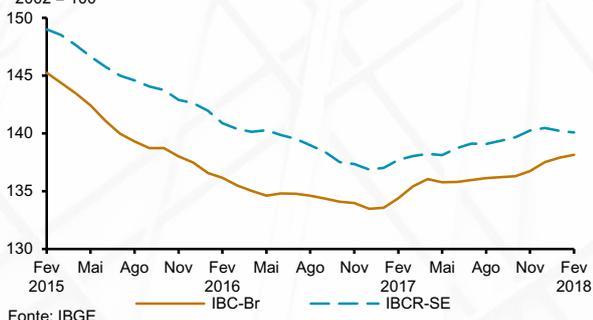
no primeiro trimestre deste ano (51,0% no trimestre anterior).

Considerando períodos de doze meses, o IPCA variou 3,05% em março no Centro-Oeste, abaixo da taxa registrada em dezembro, 3,45%. A queda nos preços da alimentação no domicílio continua sendo o principal vetor de desaceleração da inflação, concomitante com a evolução benigna dos preços de bens industriais e de serviços.

A moderação na atividade econômica na região mostra-se compatível com retomada gradual do crescimento. Os dados do mercado de trabalho indicam continuidade na melhora do nível de atividade, com destaque para o setor de construção civil, que mostra resultados positivos e crescentes nas comparações interanuais. A agricultura, importante segmento na atividade local, deverá apresentar contribuições marginais negativas nos próximos dois trimestres, refletindo a redução na safra de milho, após a expressiva safra de 2017.

Gráfico 4.1 – Índice de Atividade Econômica do Banco Central – Brasil e Região Sudeste

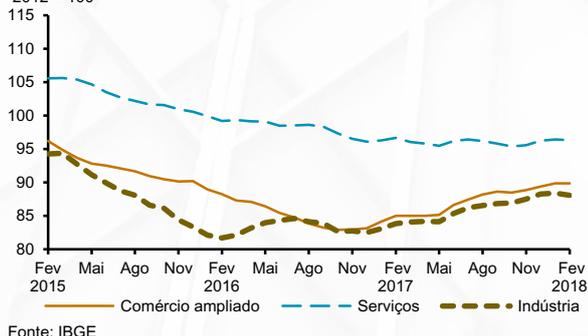
Dados dessazonalizados – Média móvel trimestral
2002 = 100



O crescimento econômico no Sudeste mostrou acomodação neste início de ano. O IBCR-SE registrou relativa estabilidade no trimestre encerrado em fevereiro, após crescer 0,8% no trimestre anterior, segundo dados dessazonalizados. A evolução na margem refletiu, sobretudo, o arrefecimento da expansão da atividade industrial.

Gráfico 4.2 – Comércio, serviços e indústria - Sudeste

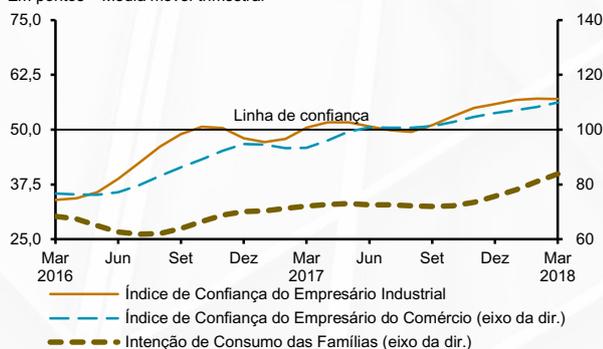
Dados dessazonalizados – Média móvel trimestral
2012 = 100



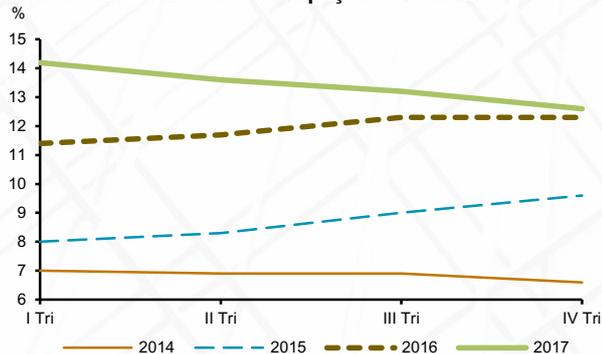
O consumo das famílias mantém-se em processo de recuperação, condicionado pela expansão de crédito e pela melhoria paulatina da renda real – retorno gradual de postos de trabalho em ambiente de manutenção da inflação em níveis baixos. As vendas do comércio ampliado na região cresceram 1,1% no trimestre encerrado em fevereiro, em relação ao terminado em novembro, quando aumentaram 0,8%, de acordo com dados dessazonalizados da PMC/IBGE. No mesmo sentido, o indicador de volume de serviços não financeiros cresceu 0,8% ante queda de 0,7% no mesmo tipo de comparação, de acordo com dados dessazonalizados da PMS/IBGE. Reforçando o desempenho positivo do consumo, os indicadores de confiança do setor se mantêm em trajetória favorável. A média trimestral encerrada em março relativamente à finalizada em dezembro cresceu 10,8% para o ICF e 3,6% para o Icec, sugerindo evolução favorável e consistente do ambiente econômico.

Gráfico 4.3 – Confiança dos agentes – Sudeste

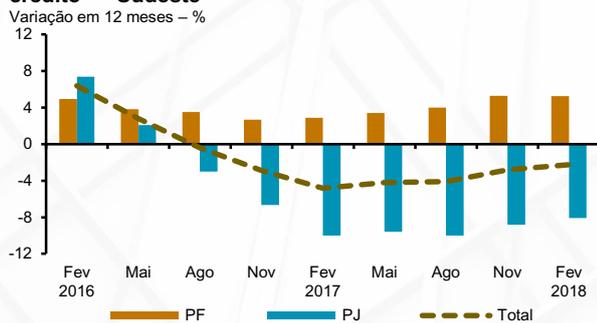
Em pontos – Média móvel trimestral



O mercado de trabalho segue evoluindo favoravelmente, refletindo melhores condições da economia. A ocupação no Sudeste cresceu 2,1% no último trimestre de 2017 em relação igual período do ano anterior, mantendo estabilidade do rendimento real na mesma base de comparação, segundo dados da PNAD Contínua do IBGE. O crescimento do emprego não se traduziu em redução da taxa de desocupação – 12,6% no quarto trimestre de 2017, ante 12,3% no mesmo período de 2016 – em função da redução do desalento no mercado de trabalho, fenômeno característico de períodos de retomada econômica. Consideradas informações mais recentes, o emprego formal da região, influenciado pelo período sazonalmente adverso, eliminou 117,4 mil postos de trabalho no trimestre encerrado em

Gráfico 4.4 – Taxa de desocupação – Sudeste

Fonte: IBGE (PNAD Contínua)

Gráfico 4.5 – Evolução do saldo das operações de crédito^{1/} – Sudeste

1/ Operações com saldo superior a R\$1 mil.

Tabela 4.1 – Dívida líquida e necessidades de financiamento – Sudeste^{1/}

UF	R\$ milhões					
	Dezembro de 2017			Fevereiro de 2018		
	Dívida	Fluxos 12 meses		Dívida ^{2/}	Fluxos 12 meses	
	Primário	Nominal ^{3/}		Primário	Nominal ^{3/}	
ES	1 451	-369	-176	1 189	-543	-361
MG	110 170	-2142	6 099	112 664	133	7 380
RJ	153 480	3 345	12 921	156 222	4 742	14 625
SP	316 138	-12 260	8 512	311 580	-11 545	8 021
Total (A)	581 240	-11 426	27 356	581 655	-7 212	29 665
Brasil^{4/} (B)	800 969	-11 707	38 679	796 488	-5 004	42 550
(A/B) (%)	72,6	97,6	70,7	73,0	144,1	69,7

1/ Por UF, totalizando gov. estadual, capital e principais municípios. Dados preliminares.

2/ A dívida líquida no momento t+1 é a dívida no momento t, mais o resultado nominal e o resultado de outros fluxos.

3/ O resultado nominal é a soma dos juros com o resultado primário.

4/ Refere-se à soma de todas as regiões.

fevereiro, número significativamente inferior ao observado no mesmo trimestre de 2017, -264,6 mil, conforme dados do Caged/MTb,

O crédito para pessoas físicas na região segue como elemento de suporte à retomada gradual do consumo das famílias. O saldo de empréstimos no segmento cresceu 0,6% no trimestre encerrado em fevereiro e 5,2% em doze meses^{6/}, impulsionado pelas modalidades de crédito pessoal, financiamento de veículos e financiamento imobiliário. Por sua vez, a carteira de pessoas jurídicas apresentou contração de 2,8% no trimestre e 8,1% em doze meses, condicionada pelo desempenho dos empréstimos com recursos do BNDES e do capital de giro. Como resultado das trajetórias distintas do crédito às famílias e às empresas, o saldo total das operações de crédito recuou 1,2% e 2,3%, respectivamente, nas comparações trimestral e em doze meses.

No contexto fiscal, o resultado primário consolidado para a região foi superavitário em R\$7,2 bilhões no acumulado de doze meses até fevereiro, desempenho inferior aos R\$11,4 bilhões em doze meses até dezembro de 2017. A evolução, repercutiu, especialmente, o resultado de Minas Gerais, que passou de *superavit* de R\$2,1 bi para *deficit* de R\$133 milhões. A despeito do menor *superavit*, a arrecadação regional segue se recuperando, com crescimento real de 7,7% nas receitas de ICMS, no acumulado de doze meses até fevereiro de 2018 ante o mesmo período de 2017. Na mesma base de comparação, houve queda de 2,4% nas transferências da União para estados e municípios. O movimento mostra-se em linha com a recuperação consistente da economia do Sudeste.

Do lado da oferta, a produção agrícola da região deverá recuar em 2018, de acordo com o LSPA/IBGE de março. Estima-se redução de 7,9% na colheita de grãos em relação a 2017, quando o clima favorável e investimentos proporcionaram safra recorde. Por outro lado, a produção de café aumentará 20,3%, em ano de bialidade positiva.

No setor industrial, a produção cresceu 0,6% no trimestre encerrado em fevereiro ante o finalizado em novembro, quando crescera 1,1%, segundo estatísticas dessazonalizadas da PIM-PF Regional do IBGE, reafirmando cenário de expansão consistente e gradual desde o início de 2017. Metade dos vinte e dois setores pesquisados apresentaram expansão

6/ Os dados de crédito regional apresentados neste Boletim consideram apenas as operações com saldos superiores à mil reais.

Tabela 4.2 – Produção industrial – Sudeste

Geral e setores selecionados

Setores	Pesos ^{1/}	Variação % no período			
		2017		2018	
		Nov ^{2/}	Fev ^{2/}	Nov ^{2/}	Fev ^{2/}
Indústria geral	100,0	1,1	0,6	3,5	
Indústrias extrativas	13,6	0,1	-2,0	-0,1	
Indústrias de transformação	86,4	1,3	1,0	4,0	
Veículos, reb. e carrocerias	12,8	0,6	6,1	19,0	
Produtos alimentícios	12,7	-2,8	-2,0	3,2	
Deriv. petróleo e biocombustíveis	12,0	15,6	-7,3	-0,1	
Metalurgia	7,1	4,1	4,0	6,5	
Outros produtos químicos	5,8	4,2	1,4	0,7	

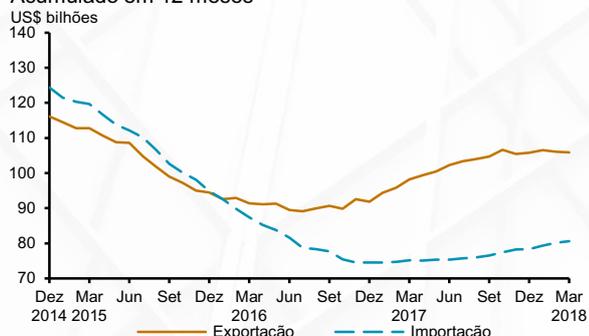
Fonte: IBGE

1/ Ponderação de atividades no VTI, conforme a PIA 2010/IBGE.

2/ Variação relativa aos trimestres encerrados nos períodos t e t-3. Dados dessazonalizados.

Gráfico 4.6 – Balança comercial – Sudeste

Acumulado em 12 meses



Fonte: MDIC/Secex

Tabela 4.3 – IPCA – Sudeste

Discriminação	Pesos ^{1/}	Variação % no período			
		2017		2018	
		Ano	IV Tri	I Tri	12 meses
IPCA	100,0	3,16	1,27	0,77	2,95
Livres	73,8	1,86	0,88	0,57	1,73
Alimentação no domicílio	13,7	-4,34	-0,16	0,17	-3,80
Bens industrializados	22,1	1,47	1,08	0,19	1,64
Serviços	38,1	4,55	1,13	0,95	3,93
Monitorados	26,2	7,04	2,39	1,33	6,52
Principais itens					
Alimentação	22,8	-1,29	0,39	0,28	-1,10
Habitação	15,9	6,02	2,18	-0,24	3,79
Artigos de residência	3,7	-0,84	-0,84	0,22	-0,61
Vestuário	5,3	3,49	1,52	-1,13	2,54
Transportes	19,0	3,05	2,27	2,15	5,61
Saúde	12,5	7,09	1,56	1,07	6,17
Despesas pessoais	11,7	4,63	1,21	0,44	3,63
Educação	5,3	7,00	0,12	4,18	4,71
Comunicação	3,8	1,34	0,35	-0,18	0,54

Fonte: IBGE

1/ Referentes a março de 2018.

de atividade, destacando-se a fabricação de fumo, de veículos e de máquinas e equipamentos e metalurgia. Em linha com essa evolução, o Ipei cresceu para 57,0 pontos, na média do trimestre finalizado em março (55,8 pontos em dezembro).

O *superavit* da balança comercial recuou de US\$7,3 bilhões, no primeiro trimestre de 2017, para US\$5,2 bilhões, em igual período de 2018. O desempenho foi condicionado, sobretudo, pela elevação de 12,2% das importações, em contexto de crescimento da atividade industrial, com ênfase nas compras de bens intermediários e combustíveis e lubrificantes. O aumento de 0,6% das exportações, resultante de variações de 2,4% nos preços e -1,8% no *quantum*, foi influenciado, sobretudo, pelo crescimento nas vendas de produtos manufaturados.

A inflação regional segue mostrando evolução benigna. O IPCA desacelerou de 1,27% no quarto trimestre de 2017 para 0,77% no primeiro trimestre deste ano, em consonância com o recuo dos preços livres – em especial bens industriais e serviços –, e dos monitorados, com destaque para gás de botijão e energia elétrica. Ressalte-se, ainda, a relativa estabilidade na variação dos preços da alimentação no domicílio (de -0,16% para 0,17%). Em intervalos de doze meses, o índice segue trajetória de desaceleração, passando de 4,57% em março de 2017 para 2,95% em março deste ano, condicionado principalmente pela evolução dos preços livres, de 4,19% para 1,73%. O índice de difusão, corroborando o movimento de desinflação, atingiu 50,4% em março de 2018 ante 55,8% em igual período de 2017.

Em síntese, a atividade econômica da região Sudeste registrou relativa acomodação no trimestre encerrado em fevereiro, refletindo principalmente o desempenho da economia fluminense, que ainda exhibe indicadores oscilantes, revelando incerteza sobre a sua recuperação. Prospectivamente, os indicadores econômicos da região, – em particular os indicadores de confiança dos agentes, a evolução da massa salarial e o dinamismo das importações – sinalizam para a continuidade de crescimento da atividade econômica, perspectiva compatível com os efeitos advindos da política monetária em curso e com a melhora gradual dos indicadores do mercado de trabalho.

4.1 Minas Gerais

Gráfico 4.1.1 – Índice de Atividade Econômica do Banco Central – Brasil e Minas Gerais

Dados desazonalizados – Média móvel trimestral
2002 = 100

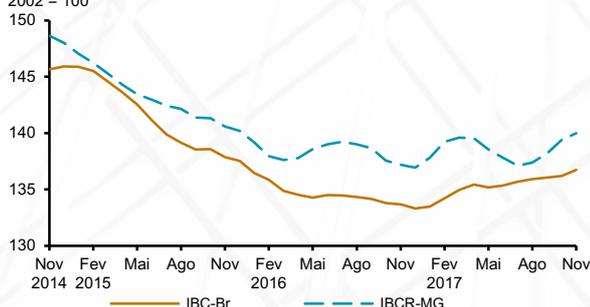
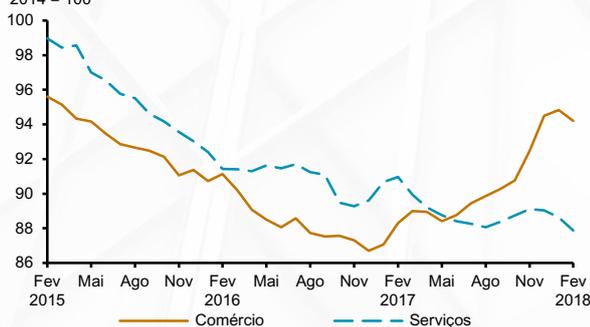


Gráfico 4.1.2 – Comércio e serviços – Minas Gerais

Dados desazonalizados – Média móvel trimestral
2014 = 100



Fonte: IBGE

Após três anos de resultados negativos, o PIB de Minas Gerais cresceu 0,6% em 2017, impulsionado pelas atividades do comércio, das indústrias extrativas e de transformação, e dos setores de transportes e outros serviços, segundo dados da Fundação João Pinheiro (FJP). O quarto trimestre de 2017 registrou expansão do produto, na margem, de 0,9%, a maior desde o último trimestre de 2014. A atividade, nesse período, foi marcada pelo resultado da indústria de transformação, que completou quatro trimestres de crescimento, e pelo desempenho da construção que voltou a registrar aumento, após onze trimestres. Estatísticas mais recentes mostram arrefecimento da expansão, com destaque para a evolução positiva do comércio e da indústria de transformação e para a queda da indústria extrativa. Nesse contexto, o IBCR-MG cresceu 0,5% no trimestre encerrado em fevereiro, comparado ao trimestre anterior, quando aumentara 1,9% na mesma base de comparação.

Indicadores de demanda continuam mostrando melhora, ainda que com oscilações. O volume de vendas do comércio ampliado cresceu 1,9% no trimestre até fevereiro, conforme dados dessazonalizados da PMC, do IBGE, destacando-se os aumentos nos ramos de hipermercados, supermercados, produtos alimentícios, bebidas e fumo e de veículos. A prestação de serviços não financeiros, por sua vez, recuou 1,4%, segundo a PMS, do IBGE, influenciado pela demanda ainda contraída das empresas, com reflexos sobre serviços profissionais e transportes, entre outros. Em sentido oposto, os serviços prestados às famílias, cresceram 4,1% no período.

A evolução do Índice de Confiança do Consumidor (ICC) de Belo Horizonte, divulgado pela Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas, Administrativas e Contábeis de Minas Gerais (Ipead) da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), segue em trajetória ascendente, completando o terceiro trimestre de melhora. O indicador aumentou 0,9 p.p. no primeiro trimestre de 2018, em relação ao último trimestre de 2017, impulsionado principalmente pelas expectativas favoráveis relacionadas à inflação e à situação financeira da família.

O mercado de trabalho no estado mostra-se mais dinâmico, com aumentos da população ocupada e do rendimento real e queda na taxa de desocupação. Os dados da PNAD Contínua, do IBGE, indicam que a

Tabela 4.1.1 – Evolução do emprego formal – Minas Gerais

Discriminação	Novos postos de trabalho (em mil)			
	2017		2018	
	Tr II ^{2/}	Ano ^{3/}	Tr II ^{2/}	Ano ^{3/}
Total	-43,0	8,8	-20,8	15,6
Ind. de transformação	-8,0	7,9	-2,2	9,7
Comércio	-9,0	-9,2	-7,4	-8,5
Serviços	-11,3	5,1	-1,7	9,1
Construção civil	-11,0	-0,1	-3,7	3,5
Agropecuária	-3,8	1,9	-4,0	1,0
Serviços ind. de util. pública	0,4	0,7	0,3	0,4
Outros ^{1/}	-0,2	2,5	-2,2	0,3

Fonte: Ministério do Trabalho

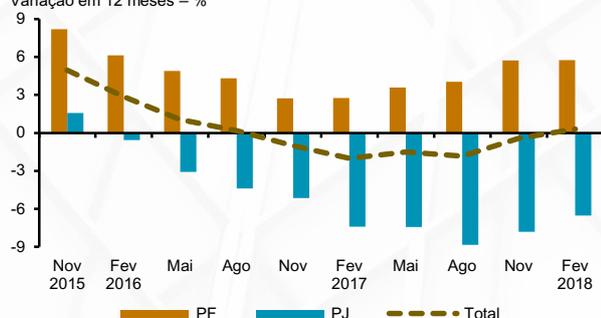
1/ Inclui extrativa mineral, administração pública e outras.

2/ Trimestre encerrado em fevereiro.

3/ Acumulado no ano até fevereiro.

Gráfico 4.1.3 – Evolução do saldo das operações de crédito – Minas Gerais^{1/}

Varição em 12 meses – %



1/ Operações com saldo superior a R\$1 mil.

Tabela 4.1.2 – Comércio exterior – Minas Gerais

Janeiro-março

Discriminação	US\$ milhões			
	Minas Gerais		Brasil	
	2017	2018	Var. %	Var. %
Exportações	6 700	5 710	-14,8	7,7
Básicos	4 194	3 009	-28,3	0,4
Industrializados	2 506	2 702	7,8	14,5
Importações	1 864	2 106	13,0	12,3
Bens de capital	375	257	-31,5	10,9
Bens Intermediários	1 081	1 277	18,2	8,6
Bens de consumo	199	369	85,5	8,9
Combustíveis e lubrificantes	209	203	-2,8	21,1
Saldo comercial	4 836	3 604	-25,5	5,2

Fonte: MDIC/Secex

elevação de ocupados, em relação a igual período do ano anterior, evoluiu de 0,4%, no terceiro trimestre de 2017, para 2,5% no quarto trimestre, alavancada pelos indivíduos que passaram a trabalhar por conta própria e por trabalhadores sem carteira de trabalho assinada. Como consequência, a taxa de desocupação recuou para 10,6% no quarto trimestre, 0,5 p.p. inferior à do mesmo período de 2016. A massa de rendimento real cresceu 5,9%, refletindo o aumento da população ocupada e o acréscimo de 3,3% no rendimento médio real habitual. Os dados sobre emprego formal do Caged/MTb corroboram as condições mais favoráveis do mercado de trabalho. No trimestre encerrado em fevereiro, que tradicionalmente apresenta demissões líquidas, ocorreu a eliminação de 20,8 mil postos de trabalhos, número significativamente inferior ao do mesmo período de 2017, com melhores desempenhos nos segmentos de serviços e de construção civil.

O mercado de crédito segue apresentando evolução positiva, com recuperação no volume de operações com pessoas físicas e diminuição no ritmo de contração dos empréstimos com pessoas jurídicas. A variação interanual no saldo dos empréstimos passou de -0,4%, em novembro de 2017, para 0,3% em fevereiro de 2018. A taxa de crescimento no segmento de crédito às pessoas físicas manteve-se relativamente estável (5,8%), com destaque para aumentos em cheque especial e financiamentos de veículos e arrefecimento na expansão dos financiamentos imobiliários. No segmento de pessoas jurídicas, o ritmo de contração diminuiu, de 7,8% para 6,5%, com destaque para o aumento nos financiamentos às exportações. As operações com recursos direcionados continuam apresentando retração acentuada, especialmente aquelas com recursos do BNDES.

O saldo da balança comercial em Minas diminuiu 25,5% no primeiro trimestre de 2018, em relação a igual período do ano anterior, influenciado pela queda nas exportações de minério de ferro (37,3%) e de café (15,8%). As importações cresceram 13,0%, ressaltando-se o aumento na categoria de bens de consumo, especialmente automóveis de passageiros.

Na esfera fiscal, observou-se aumento de 11,7% da receita de ICMS, em termos reais, no período de doze meses até fevereiro de 2018, em relação a igual intervalo de 2017; por outro lado, as transferências da União apresentaram retração real de 2,9%. As receitas conjuntas de estados e municípios, tem aumentado em resposta a melhoria da atividade econômica,

Tabela 4.1.3 – Produção industrial – Minas Gerais
 Geral e setores selecionados

Setores	Pesos ^{1/} 2017	Variação % trimestral		
		Nov ^{2/}	Fev ^{2/}	Ac. 12 meses
Indústria geral	100,0	-1,7	0,3	0,7
Indústrias extrativas	24,6	-2,2	-3,7	-2,1
Indústrias de transformação	75,4	-1,3	1,3	1,7
Metalurgia	14,1	0,8	6,6	2,1
Veículos, reb. e carrocerias	11,8	-0,9	5,6	4,9
Deriv. petróleo e biocomb.	5,8	-8,9	0,6	-4,2
Metais, ex maq. e eq.	3,9	-14,0	1,0	-3,8
Prod. miner. não-metálicos	3,7	2,2	2,4	-1,1

Fonte: IBGE

1/ Ponderação de atividades no VTI, conforme a PIA 2010/IBGE.

2/ Variação relativa aos trimestres encerrados em t e t-3. Dados dessazonalizados.

Tabela 4.1.4 – Produção agrícola – Minas Gerais
 Itens selecionados

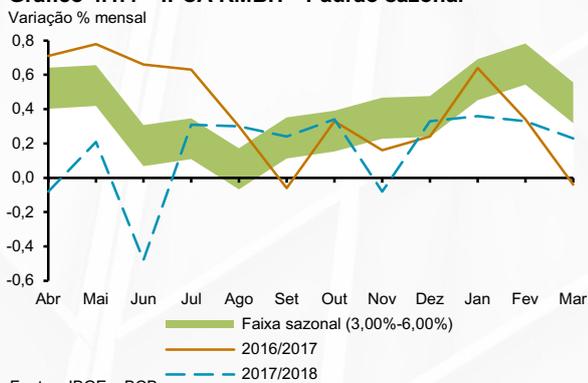
Discriminação	Pesos ^{1/}	Em mil toneladas		
		Produção ^{2/} 2017	2018	Variação % 2018/2017
Grãos	32,1	14 152	13 275	-6,2
Feijão	5,7	554	572	3,2
Milho	11,0	7 524	6 884	-8,5
Soja	14,0	5 048	4 897	-3,0
Outras lavouras				
Cana-de-açúcar	12,4	70 965	69 771	-1,7
Café	36,8	1 506	1 770	17,5

Fonte: IBGE

1/ Por valor da produção – PAM 2016.

2/ Estimativa segundo o LSPA de março de 2018.

Gráfico 4.1.4 – IPCA RMBH – Padrão sazonal



Fontes: IBGE e BCB

7/ Padrão sazonal obtido a partir das medianas mensais do IPCA RMBH para o período de 2012 a 2017, ajustadas para que o acumulado do ano se situe em 4,5%. A faixa sazonal foi calculada considerando padrão sazonal do período, ajustadas para que o acumulado no ano se situe no intervalo entre 3,0% e 6,0% no ano.

mas em ritmo insuficiente para assegurar resultado positivo. Nos últimos doze meses encerrados em fevereiro, o resultado primário desses entes foi deficitário em R\$133 milhões.

Em relação aos indicadores de oferta, observa-se arrefecimento da produção industrial no estado, refletindo principalmente a queda na produção de minério de ferro. A variação acumulada em doze meses da produção industrial passou de 1,8%, em novembro, para 0,7% em fevereiro, segundo a PIM-PF, do IBGE, sendo que a variação da indústria extrativa passou 5,6% para -2,1%. No trimestre encerrado em fevereiro, a produção da indústria aumentou 0,3% na margem, com ajuste sazonal, impulsionada pela indústria de transformação, que cresceu 1,3%, com destaque para os segmentos de metalurgia, veículos, e máquinas e equipamentos; a indústria extrativa, por sua vez, recuou 3,7% no período.

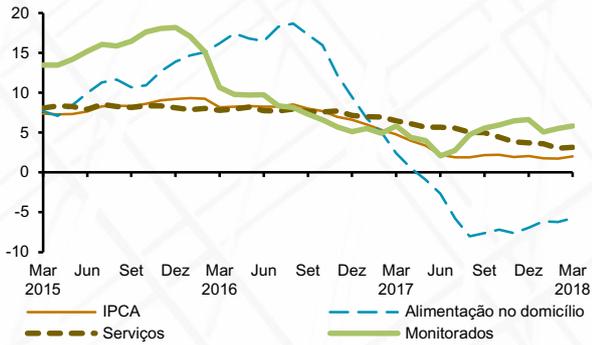
O aumento na produção da indústria de transformação tem contribuído para elevar a confiança dos industriais mineiros. O Ipei/MG, divulgado pela Federação das Indústrias do Estado de Minas Gerais (Fiemg), atingiu média de 56,9 pontos no primeiro trimestre, 0,9 pontos acima do indicador de dezembro, mantendo-se na zona de otimismo.

Após o recorde na produção de grãos registrado no ano passado, a safra mineira deverá apresentar retração de 6,2% em 2018, de acordo com o LSPA de março, do IBGE. As estimativas indicam redução na produção de milho e soja, e aumento na de feijão e algodão. A produção de café deverá expandir 17,5%, em ano de bons resultados devido à bionalidade da cultura; enquanto a produção de cana-de-açúcar deverá recuar 1,7%.

A inflação na capital mineira, medida pelo IPCA, variou 0,92% no primeiro trimestre de 2018, situando-se abaixo da faixa sazonal compatível com o intervalo para a meta de inflação⁷. Esse resultado decorreu da evolução benigna nos preços de alimentação no domicílio, de serviços (a inflação do grupo educação foi a menor desde 2007) e de bens industriais. Os preços de monitorados apresentaram crescimento acima da mediana do período considerado, alavancados pelo aumento na gasolina e no etanol; a manutenção da passagem de ônibus urbano em Belo Horizonte, por outro lado,

Gráfico 4.1.5 – IPCA RMBH

Varição % acumulada em 12 meses



Fontes: IBGE e BCB

suavizou a alta nesse grupo. O índice de difusão se elevou para 52,5% no período, ante 46,4% no trimestre anterior.

A variação acumulada em doze meses do IPCA na RMBH manteve-se relativamente estável nos últimos três meses, atingindo 2,03% em março. Houve arrefecimento na alta dos preços de serviços e de monitorados, diminuição na queda dos preços de alimentação no domicílio e elevação nos dos bens industriais.

4.2 Rio de Janeiro

Gráfico 4.2.1 – Índice de Atividade Econômica do Banco Central – Brasil e Rio de Janeiro
Dados dessazonalizados

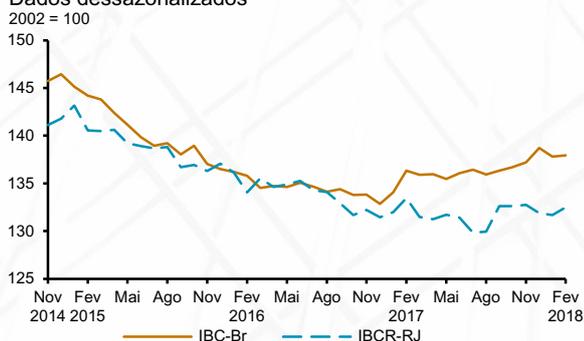
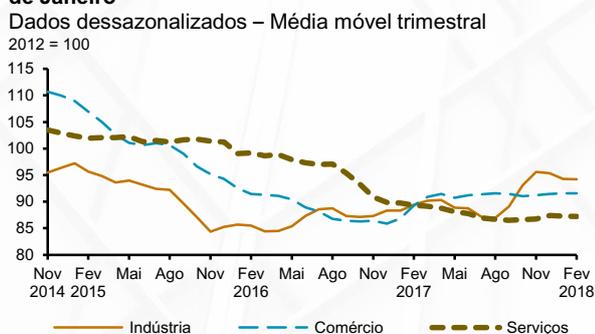
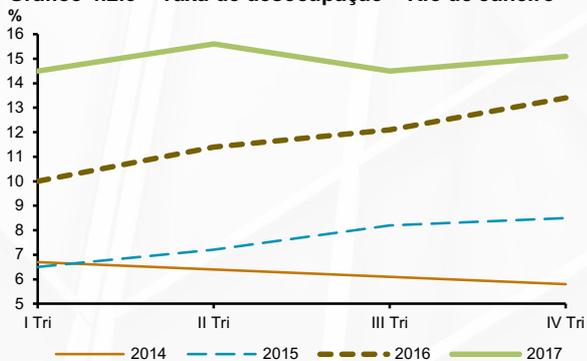


Gráfico 4.2.2 – Comércio, serviços e indústria – Rio de Janeiro



Fonte: IBGE

Gráfico 4.2.3 – Taxa de desocupação – Rio de Janeiro



Fonte: IBGE (PNAD Contínua)

A atividade econômica fluminense, após esboçar reação no ao final de 2017, voltou a recuar neste início de ano, desempenho caracterizado pela variação de -0,5% do IBCR-RJ no trimestre finalizado em fevereiro. A oscilação observada no comportamento de diversos indicadores setoriais, no período mais recente, aponta que a retomada da atividade econômica no estado tende a ser mais lenta do que a observada em nível nacional. A indústria e vários segmentos relevantes do comércio registraram variações negativas no trimestre encerrado em fevereiro, em ambiente de contração do mercado de crédito e permanência da fragilidade do mercado de trabalho.

No âmbito da demanda, de acordo com dados dessazonalizados da PMC/IBGE, o comércio varejista ampliado apresentou desempenho positivo no trimestre finalizado em fevereiro, 0,4% (-0,4% no trimestre anterior), apesar da desaceleração do crédito a pessoas físicas, que registrou estabilidade no trimestre, após aumento de 1,3% no trimestre anterior. O resultado do trimestre repercutiu, em grande parte, o aumento das vendas de veículos e motos, partes e peças, 4,2%.

Em linha com o comércio ampliado, o setor de serviços apresentou desempenho positivo no trimestre, amortecendo o recuo da economia fluminense no período. De acordo com dados dessazonalizados da PMS/IBGE, o volume de serviços não financeiros no estado cresceu 0,6% no trimestre terminado em fevereiro, após ter registrado estabilidade no trimestre anterior, com destaque para a expansão dos serviços profissionais, administrativos e complementares, + 5,4%.

A incerteza com relação à recuperação do consumo das famílias fluminenses decorre principalmente da permanência da fragilidade do mercado de trabalho. A taxa de desemprego no estado cresceu no quarto trimestre de 2017, alcançando 15,1% (14,5% no terceiro trimestre), em sentido oposto ao movimento observado no indicador nacional. Dados do Caged/MTb mostram que foram eliminados 28,2 mil postos formais no trimestre encerrado em fevereiro (-74,5 mil em igual período de 2017), concentrados nos segmentos de comércio e serviços. Considerando-se os últimos doze meses, foram eliminados 78,2 mil empregos formais. Ressalte-se que desde o último trimestre de 2014 não há geração líquida de postos

Tabela 4.2.1 – Produção industrial – Rio de Janeiro

Geral e setores selecionados

Setores	Pesos ^{1/}	Variação % no período		
		2017		2018
		Nov ^{2/}	Fev ^{2/}	Ac. 12 meses
Indústria geral	100,0	9,9	-1,5	4,1
Indústrias extrativas	28,1	1,3	-3,4	1,2
Indústrias de transformação	71,9	15,2	-2,8	5,7
Deriv. petróleo e biocomb.	25,9	30,6	-5,5	1,9
Metalurgia	10,4	14,3	2,7	15,3
Veículos, reb. e carrocerias	5,8	20,3	-1,4	47,2
Bebidas	3,9	10,9	-5,1	6,5

Fonte: IBGE

1/ Ponderação de atividades no VTI, conforme a PIA 2010/IBGE.

2/ Variação relativa aos trimestres encerrados em t e t-3. Dados dessazonalizados.

Tabela 4.2.2 – Evolução do emprego formal –**Rio de Janeiro**

Novos postos

Discriminação	Acumulado no trimestre (em mil) ^{1/}				
	2017			2018	
	Fev	Mai	Ago	Nov	Fev
Total	-74,5	-26,0	-18,4	-5,6	-28,2
Indústria de transformação	-9,0	-3,3	-0,6	-2,0	-3,7
Comércio	-19,6	-4,6	-1,3	12,8	-11,1
Serviços	-31,3	-16,9	-8,6	-8,7	-8,4
Construção civil	-11,5	-2,7	-7,1	-3,1	-6,1
Agropecuária	-0,5	2,0	0,3	-3,1	-0,1
Serviços ind. utilidade pública	-0,1	-0,2	-0,3	-0,7	0,2
Outros ^{2/}	-2,4	-0,5	-0,9	-0,8	1,0

Fonte: Ministério do Trabalho

1/ Refere-se ao trimestre encerrado no mês assinalado.

2/ Inclui extrativa mineral, administração pública e outros.

Tabela 4.2.3 – IPCA – Rio de Janeiro

Discriminação	Pesos ^{1/}	Variação % trimestral			
		2017		2018	
		II Tri	III Tri	IV Tri	I Tri
IPCA	100,0	0,51	0,12	0,90	1,26
Livres	71,0	0,44	-0,31	0,78	0,76
Alimentação no domicílio	13,4	-0,61	-3,60	0,32	0,27
Bens industrializados	17,3	0,16	-0,25	0,37	-0,19
Serviços	40,3	0,94	0,83	1,11	1,33
Monitorados	29,0	0,69	1,20	1,21	2,51

Fonte: IBGE

1/ Referente a março de 2018.

de trabalho formais no estado. De acordo com dados da PNAD Contínua, do IBGE, o rendimento médio habitual real e a massa salarial real variaram -2,3% e -0,6%, respectivamente, no quarto trimestre de 2017, comparativamente ao mesmo período de 2016

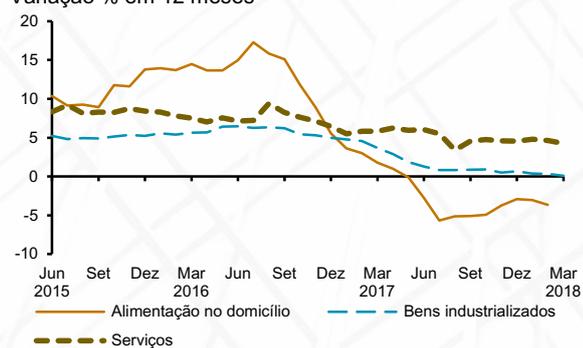
Em relação aos indicadores de oferta, a atividade industrial no estado apresentou acomodação, recuando 1,5% no trimestre finalizado em fevereiro, após avanço robusto no trimestre anterior. O resultado do trimestre refletiu retrações tanto do segmento de transformação, principalmente da produção de coque, derivados de petróleo e biocombustíveis, setor impactado pelo incremento das importações de combustíveis, quanto do segmento extrativo, esse último reflexo de uma sequência de cinco meses de diminuição na produção, resultante de ocorrências operacionais em algumas plataformas. Cabe ressaltar que os financiamentos destinados às indústrias de refino de petróleo, coque e álcool e às indústrias extrativas (com exceção de petróleo e gás) registraram recuos expressivos no trimestre, -12,5% e -32,2%, após decréscimos de -4,2% e -1,4% no trimestre anterior, respectivamente. A forte contração dos empréstimos concedidos às empresas desses dois ramos de atividade foram, em parte, responsáveis pela redução de 5,1% na carteira de pessoas jurídicas no trimestre encerrado em fevereiro.

De acordo com dados da Federação das Indústrias do Estado do Rio de Janeiro (Firjan), o desempenho negativo da indústria no período ocorreu em cenário de queda do Nuci, que decresceu 0,3 p.p. no trimestre, atingindo 74,8% (contra média histórica de 80,0%), apesar do aumento da confiança dos empresários fluminenses. O Icei alcançou 52,8 pontos na média do trimestre terminado em fevereiro (50,8 pontos no encerrado em novembro). Ressalte-se, no entanto, que o resultado desse último indicador está apoiado especialmente nos componentes (condição atual e expectativas) relativos à economia nacional, já que a média dos componentes associados à economia do estado ainda está em patamar de pessimismo (abaixo de 50 pontos).

A balança comercial fluminense apresentou *superavit* de US\$3,0 bilhões no primeiro trimestre de 2018 (US\$3,2 bilhões em igual período de 2017), de acordo com o MDIC, refletindo tanto o incremento das importações, quanto a queda nas exportações, com destaque para as compras e vendas de óleos brutos de petróleo.

Gráfico 4.2.4 – Evolução dos preços livres – Rio de Janeiro

Varição % em 12 meses



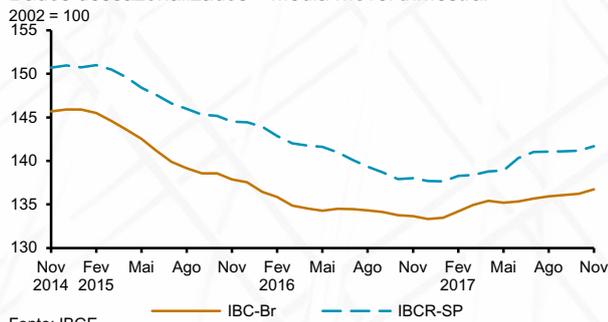
O IPCA da Região Metropolitana do Rio de Janeiro (RMRJ), divulgado pelo IBGE, variou 1,26% no primeiro trimestre de 2018, ante 0,90% no quarto trimestre de 2017. O resultado refletiu, em especial, a aceleração dos preços monitorados, de 1,21% para 2,51%, com destaque para os aumentos em ônibus urbano, plano de saúde e gasolina. A inflação no setor de serviços acelerou para 1,33% no trimestre, após alta de 1,11% no trimestre anterior, ressaltando-se a alta sazonal dos cursos regulares e as elevações nos preços do subgrupo alimentação fora do domicílio. Em trajetória similar, os preços dos serviços subjacentes aceleraram de 0,55% para 1,40% nos trimestres mencionados. O índice de difusão médio alcançou 47,1% no período, ante 50,1% no trimestre anterior.

Considerados períodos de doze meses, o IPCA da RMRJ variou 2,82% em março, ante 4,93% em março de 2017, repercutindo o impacto favorável da deflação dos preços de alimentação no domicílio, -3,63%, ante 3,00% em março do ano anterior, e as desacelerações dos preços de bens industrializados, de 3,68% para 0,09%, e de serviços, de 5,82% para 4,28%.

4.3 São Paulo

Gráfico 4.3.1 – Índice de Atividade Econômica do Banco Central – Brasil e São Paulo

Dados dessazonalizados – Média móvel trimestral



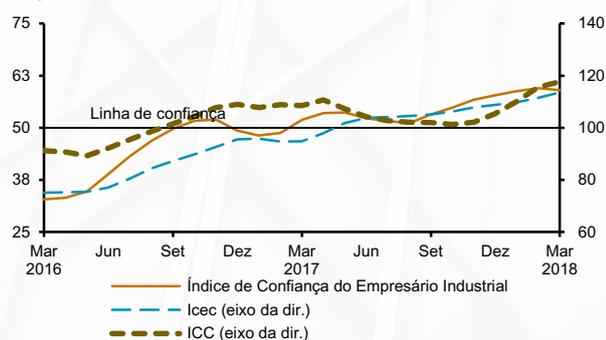
Fonte: IBGE

A economia paulista cresceu 0,8% no quarto trimestre de 2017, de acordo com dados do PIB trimestral divulgados pela Fundação Sistema Estadual de Análise de Dados (Seade), resultado consistente com o atual ciclo de recuperação da atividade econômica. A alta na margem ocorreu em ritmo menos intenso do que o observado no terceiro trimestre, quando crescera 1,2%, considerados dados com ajuste sazonal. Em 2017, o PIB do estado cresceu 1,6%, ante a retração de 2,2% em 2016, sendo a primeira elevação anual desde 2013.

Estatísticas mais recentes confirmam a continuidade do processo de recuperação, com relativa acomodação da intensidade. O IBCR-SP cresceu 0,1% no trimestre finalizado em fevereiro (0,5% em novembro), segundo dados ajustados sazonalmente. O movimento de desaceleração na margem foi impactado principalmente pelo arrefecimento do comércio varejista (excluído o segmento de veículos automotores).

Gráfico 4.3.2 – Confiança dos agentes – São Paulo

Em pontos – Média móvel trimestral



Fontes: Fecomercio-SP e CNI

Os indicadores de confiança relacionados ao consumo, em movimento ascendente, alcançaram níveis próximos aos observados no período pré-crise, endossando a perspectiva de continuidade do cenário benigno para a economia do estado. O Icec atingiu 115,5 pontos em março (109,1 pontos em dezembro) e o ICC, ao alcançar 115,6 pontos em março frente a 109,5 em dezembro, consolidou-se em zona de otimismo (acima de 100 pontos).

Gráfico 4.3.3 – Comércio, serviços e indústria – São Paulo

Dados dessazonalizados – Média móvel trimestral



Fonte: IBGE

Asustentação de um ambiente otimista, predominante entre os agentes econômicos, tem contribuído para a recuperação do consumo das famílias, refletindo-se favoravelmente sobre as vendas do comércio varejista que cresceram 0,9%, no conceito ampliado, no trimestre encerrado em fevereiro (+0,2% em novembro), segundo dados dessazonalizados da PMC, do IBGE, com destaque para os segmentos de veículos, motocicletas, partes e peças (+7,9%), que tem maior dependência das condições do crédito, e de hipermercados, supermercados, produtos alimentícios, bebidas e fumo, associado à evolução da renda. No mesmo sentido, o volume de serviços não financeiros aumentou 0,9% no trimestre encerrado em fevereiro (-2,2% em novembro), de acordo com dados dessazonalizados da PMS, do IBGE.

As perspectivas para a continuidade da retomada das vendas do comércio e de serviços seguem favoráveis

Tabela 4.3.1 – Evolução do emprego formal – São Paulo
Novos postos de trabalho

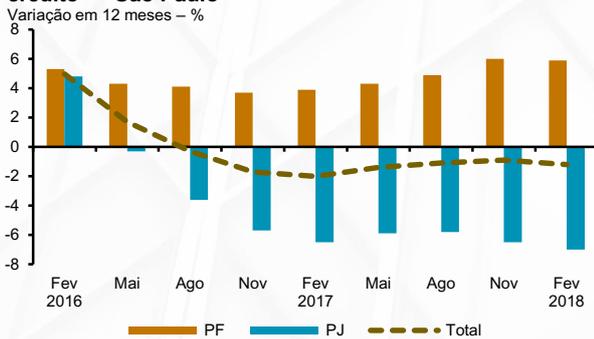
Discriminação	Acumulado no trimestre (em mil) ^{1/}				
	2017			2018	
	Fev	Mai	Ago	Nov	Fev
Total	-138,3	37,8	40,1	-6,5	-66,1
Indústria de transformação	-24,2	10,1	-3,9	-8,6	-6,2
Comércio	-28,7	-8,7	17,5	25,9	-23,2
Serviços	-41,2	13,5	15,5	3,4	-3,4
Construção civil	-18,7	-9,9	-6,8	-10,8	-4,8
Agropecuária	-17,5	29,4	18,3	-14,3	-22,9
Serv. industr. de utilidade pública	-0,7	-0,5	-0,8	-0,6	0,1
Outros ^{2/}	-7,3	3,8	0,3	-1,4	-5,6

Fonte: Ministério do Trabalho

1/ Refere-se ao trimestre encerrado no mês assinalado.

2/ Inclui extrativa mineral, administração pública e outros.

Gráfico 4.3.4 – Evolução do saldo das operações de crédito^{1/} – São Paulo



1/ Operações com saldo superior a R\$1 mil.

em contexto de recuperação do emprego e do crédito, mas com alguma desaceleração na margem. Em relação ao mercado de trabalho, o rendimento médio real no estado interrompeu trajetória consistente de alta observada nos últimos cinco trimestres, apresentando ligeiro recuo, de 0,4%, no trimestre finalizado em dezembro, ante a elevação de 2,0% em setembro. A taxa de desocupação, mensurada pela PNAD Contínua, do IBGE, recuou de 13,2% no terceiro trimestre de 2017 para 12,7% no quarto, mas ainda permanece em patamar superior ao verificado em igual período de 2016 (12,4%), em razão da força de trabalho ter aumentado 2,0%, acima do 1,7% registrado para a população ocupada. O emprego formal vem apresentando melhora continuada em relação a iguais períodos do ano anterior, tendo registrado eliminação líquida de 66,1 mil postos de trabalho no trimestre encerrado em fevereiro (-138,3 mil em igual período de 2017), com destaque para o comércio e a agropecuária, segundo o Caged/MTb.

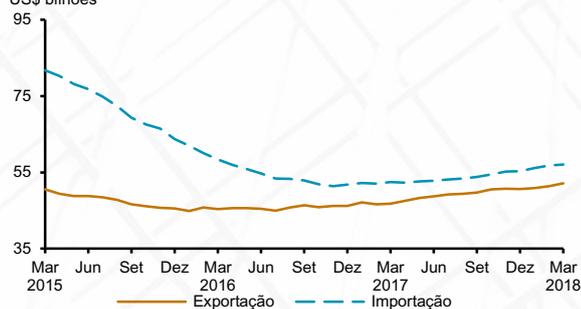
O mercado de crédito em São Paulo mostra recuperação no segmento de pessoas físicas, refletindo a melhora da situação financeira das famílias – elevação do emprego, da renda real e menor grau de endividamento. A carteira de empréstimos superiores a R\$1 mil contratados por pessoas físicas aumentou 0,7% no trimestre encerrado em fevereiro (1,8% em novembro) e 5,9% no acumulado de doze meses, destacando-se o financiamento imobiliário, de veículos, e o crédito pessoal. Em sentido contrário, e ainda refletindo o elevado grau de alavancagem das empresas, o segmento de operações com pessoas jurídicas apresentou recuo de 2,0% no trimestre e de 7,0% na análise em doze meses, predominantemente em função dos empréstimos com recursos do BNDES e do capital de giro. Como resultado da dinâmica distinta entre os segmentos de crédito às pessoas físicas e jurídicas, o saldo total de crédito segue em retração nas avaliações trimestral (0,7%) e em doze meses (1,2%).

No âmbito fiscal, a arrecadação tributária apresenta melhora sistemática, repercutindo a evolução recente da atividade econômica. Em São Paulo, de acordo com a Secretaria da Fazenda de São Paulo, a arrecadação do ICMS cresceu 7,8% e as transferências da União caíram 1,3% (deflacionadas pelo Índice Geral de Preços – Disponibilidade Interna – IGP-DI) na comparação do acumulado de doze meses até fevereiro de 2018 ante o mesmo intervalo de 2017.

Gráfico 4.3.5 – Balança comercial – São Paulo

Acumulado em 12 meses

US\$ bilhões



Fonte: MDIC/Secex

Sob a ótica da oferta, a produção industrial segue em perspectiva de recuperação. A indústria do estado, segundo a PIM-PF/IBGE, cresceu 1,0% no trimestre encerrado em fevereiro, em comparação à elevação de 0,6% do trimestre encerrado em novembro, com doze dos dezoito setores apresentando expansão, em especial, a fabricação de produtos farmoquímicos e farmacêuticos, veículos automotores e máquinas e equipamentos.

No cenário de recuperação da atividade industrial, o total de horas trabalhadas na produção aumentou 0,8% no trimestre encerrado em fevereiro, após alta de 0,7% no trimestre finalizado em novembro, segundo dados dessazonalizados da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (Fiesp). Esse desempenho, porém, não se refletiu na melhora da confiança do empresário industrial no trimestre, cujo índice (Icei) recuou de 59,8, em dezembro, para 58,5, em março, com retração nos componentes relativos às expectativas e às condições atuais. Esse recuo da confiança empresarial pode estar sinalizando frustração quanto às expectativas em relação ao ritmo de recuperação da economia do estado, para o que vem contribuindo o elevado nível de ociosidade da capacidade instalada (Nuci), estável há vários trimestres no patamar ao redor de 75,0 – atingiu 75,4 no trimestre encerrado em fevereiro, ante a 75,6 no finalizado em novembro.

Tabela 4.3.2 – IPCA – São Paulo

Discriminação	Pesos ^{1/}	2017		2018	
		Ano	IV Tri	I Tri	12 meses
IPCA	100,0	3,64	1,71	0,72	3,54
Livres	74,6	2,33	1,21	0,63	2,28
Alimentação no domicílio	13,5	-3,53	-0,12	0,40	-2,70
Bens industrializados	23,0	1,92	1,67	0,24	2,15
Serviços	38,1	4,84	1,43	0,96	4,27
Monitorados	25,4	7,70	3,19	0,97	7,41
Principais itens					
Alimentação	23,1	-0,49	0,73	0,45	-0,22
Habitação	15,2	6,46	3,07	-0,53	4,53
Artigos de residência	3,5	-0,61	-0,87	0,11	-0,50
Vestuário	5,3	4,31	1,73	-1,18	2,96
Transportes	19,8	3,20	3,43	1,58	5,98
Saúde	12,8	7,67	1,60	1,53	7,06
Despesas pessoais	11,6	5,69	1,19	0,42	4,34
Educação	5,3	6,66	0,08	4,08	4,62
Comunicação	3,5	0,71	-0,02	-0,13	-0,07

Fonte: IBGE

1/ Referente a março de 2018.

O *deficit* da balança comercial, refletindo o movimento de reativação da indústria paulista, cresceu 21,6% no primeiro trimestre de 2018, em relação ao registrado em igual intervalo do ano anterior. O movimento repercutiu, em especial, a elevação de 14,0% das importações, com destaque para as aquisições de bens intermediários, além de combustíveis e lubrificantes. As exportações cresceram 12,8%, estimuladas principalmente pelo aumento de 12,1% no *quantum*, sobretudo pela expansão nas vendas de óleos brutos de petróleo, e de máquinas e aparelhos para terraplanagem e perfuração.

O IPCA da Região Metropolitana de São Paulo (RMSP) desacelerou de 1,71% no quarto trimestre de 2017 para 0,72% no primeiro trimestre de 2018. O resultado refletiu menores variações nos preços livres e, principalmente, nos monitorados. No primeiro segmento, destacou-se a contribuição sazonal da queda dos custos das passagens aéreas e a desaceleração da elevação dos preços de alimentação fora do domicílio. Entre os monitorados, prevaleceram a desaceleração dos preços da gasolina

e do botijão de gás, a retração das tarifas de energia elétrica residencial além do esgotamento dos efeitos da elevação da taxa de água e esgoto ocorrida no último trimestre de 2017. No acumulado em doze meses, o IPCA desacelerou de 4,37% em março de 2017 para 3,54% em igual período de 2018, movimento favorecido pelo comportamento dos preços do grupo alimentação e bebidas, que reverteu variação de 4,12% para -0,22%, no período.

Gráfico 5.1 – Índice de Atividade Econômica do Banco Central – Brasil e Região Sul

Dados dessazonalizados
Média móvel trimestral (2002 = 100)

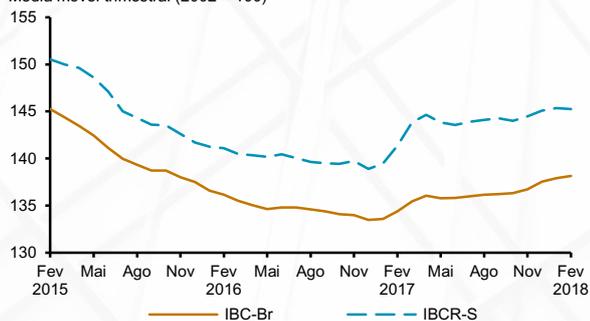
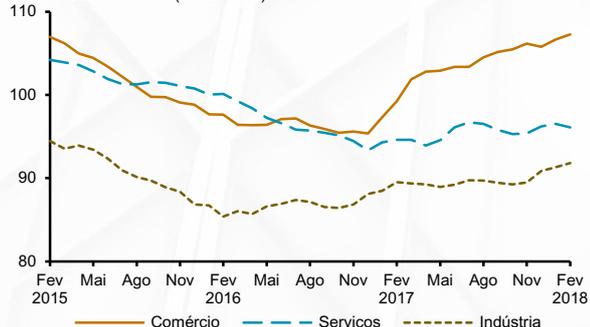


Gráfico 5.2 – Comércio, serviços e indústria – Sul

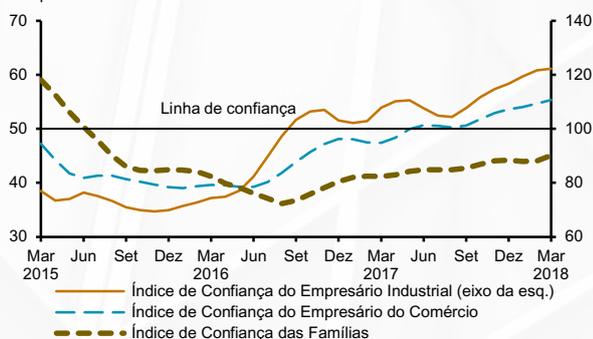
Dados dessazonalizados
Média móvel trimestral (2012 = 100)



Fonte: IBGE

Gráfico 5.3 – Confiança dos agentes – Sul

Em pontos



Fontes: CNI e CNC

Após dois trimestres com acentuada oscilação dos indicadores econômicos setoriais, a região Sul registrou, no trimestre encerrado em fevereiro, quadro de recuperação consistente da atividade evidenciado pelos desempenhos do comércio, da indústria e do setor de serviços e, em menor grau, pela agricultura, em meio ao início do período de colheita das safras de verão. O IBCR-S avançou 0,5% no trimestre finalizado em fevereiro, ante 0,2% no trimestre encerrado em novembro, dados dessazonalizados. Em doze meses até fevereiro, o IBCR acumulou crescimento de 2,7% sobre igual período do ano anterior.

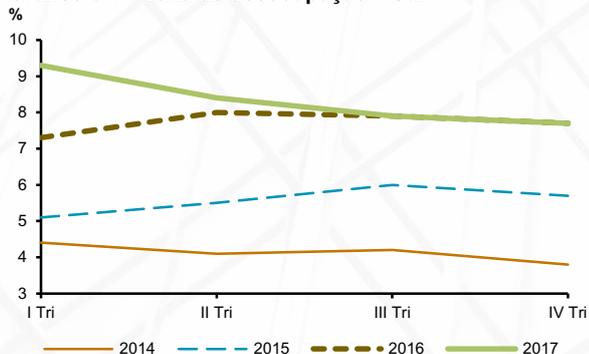
No âmbito da demanda, as vendas do varejo ampliado cresceram 1,3% no trimestre encerrado em fevereiro, após alta de 2,1% no finalizado em novembro. Destacam-se dados dessazonalizados da PMC do IBGE para os segmentos de hipermercados, supermercados, produtos alimentícios, bebidas e fumo; e de veículos, motos, partes e peças. Complementarmente, dados do licenciamento de automóveis e comerciais leves – antecedentes das vendas do segmento – indicaram maior ritmo de vendas na região no primeiro trimestre de 2018, com expansão de 5,2% na comparação com o quarto trimestre de 2017, dados dessazonalizados da Fenabrave.

Os resultados positivos do comércio, em contexto de inflação em patamares baixos e expansão do crédito às famílias, traduziram-se em manutenção das expectativas positivas dos empresários no setor no primeiro trimestre de 2018 – o Icec da CNC atingiu 110,6 pontos⁸ no período.

O segmento de serviços reverteu trajetória de retração recente, ratificando o ambiente de retomada da economia regional. Nesse contexto, no trimestre encerrado em fevereiro, o setor variou 0,8%, ante -1,2% no trimestre finalizado em novembro, segundo dados dessazonalizados da PMS do IBGE.

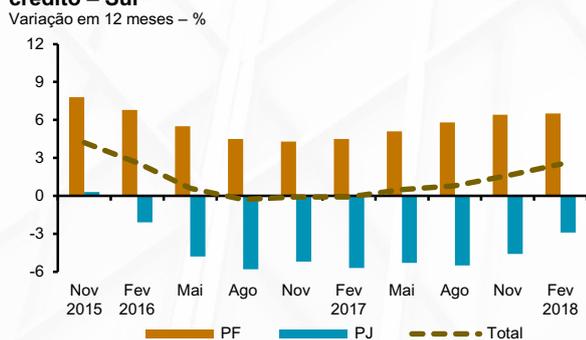
8/ 100 pontos indicam neutralidade.

Gráfico 5.4 – Taxa de desocupação – Sul



Fonte: IBGE (PNAD Contínua)

Gráfico 5.5 – Evolução do saldo das operações de crédito – Sul^{1/}



1/ Operações com saldo superior a R\$ 1 mil.

Tabela 5.1 – Produção agrícola – Sul

Itens selecionados

Discriminação	Pesos ^{1/}	Em mil toneladas	
		Produção ^{2/} 2018	Variação % 2018/2017
Grãos	73,2	78 839	-6,1
Soja	45,4	39 512	-3,6
Milho	11,9	22 803	-17,0
Arroz (em casca)	9,3	9 542	-4,9
Trigo	3,6	4 955	36,6
Feijão	2,5	937	-1,3
Outras lavouras			
Fumo	7,8	828	-3,2
Cana-de-açúcar	3,7	47 849	2,7
Mandioca	2,8	4 751	4,3
Uva	1,5	948	-12,1

Fonte: IBGE

1/ Por valor da produção – PAM 2016.

2/ Estimativa segundo o LSPA de março de 2018.

O desempenho do setor de serviços influenciou positivamente a evolução do mercado de trabalho formal, com saldo positivo na geração de postos de trabalho em Santa Catarina e no Rio Grande do Sul. Na região, no trimestre encerrado em fevereiro, foram criados 11,8 mil postos, ante extinção de 25,7 mil no mesmo período de 2017, de acordo com o Caged/MTb. Ressalte-se a geração de emprego no setor de serviços (administração de imóveis, serviços técnicos e profissionais) e na agropecuária (contratações sazonais na produção de lavouras permanentes).

De forma geral, o mercado de trabalho segue em ritmo de recuperação gradual. A taxa de desocupação atingiu 7,7%, no quarto trimestre de 2017, mesmo percentual de igual período de 2016 e 0,2p.p. abaixo da registrada no terceiro trimestre de 2017, de acordo com dados da PNAD Contínua do IBGE. Na comparação trimestral, o recuo refletiu aumentos de 0,4% na força de trabalho e de 0,6% na população ocupada, destacando o maior número de trabalhadores sem carteira assinada e domésticos. O rendimento médio e a massa salarial elevaram-se 0,6% e 1,1%, respectivamente, na margem, favorecidos pelo ambiente de inflação baixa e pelo aumento da ocupação.

O mercado de crédito tem sido impulsionado pelo desempenho das operações com pessoas físicas. O saldo das operações de crédito total, em fevereiro, atingiu R\$562,8 bilhões, com expansão de 1% no trimestre e 2,5% em doze meses. Enquanto o crédito para pessoas físicas aumentou 1,6% na margem, destacando os financiamentos imobiliários e de veículos, o crédito à pessoa jurídica se manteve estável. Nesse segmento, observam-se trajetórias divergentes, com elevação no crédito destinado a outros serviços (atividade de serviços financeiros) e recuo no contratado pelo Serviços Industriais de Utilidade Pública (SIUP) (geração, transmissão e distribuição de eletricidade e gás) e comércio. A inadimplência total alcançou 2,9% da carteira, mesmo patamar de novembro de 2017.

No âmbito dos indicadores de oferta, as estimativas iniciais para a safra de 2018 sinalizam redução na produção de grãos da região, após safra recorde em 2017. Conforme a LSPA de março, divulgada pelo IBGE projeta-se redução de 6,1% da safra de grãos em relação ao ano de 2017, com recuos generalizados nas principais culturas (3,6% em soja, 4,9% em arroz, 17% em milho), excetuando-se trigo,

Tabela 5.2 – Produção industrial – Sul

Geral e setores selecionados

Discriminação	Variação % no período				
	Pesos ^{1/}	2017		2018	
		Nov ^{2/}	Fev ^{2/}	12 meses	12 meses
Indústria geral	100,0	-0,3	2,6	2,8	
Produtos alimentícios	19,7	-1,9	2,5	-0,8	
Veículos, reboques e carrocerias	13,6	6,7	5,3	9,3	
Máquinas e equipamentos	8,8	-5,4	-2,7	5,1	
Deriv. petróleo e biocombustíveis	8,3	-2,5	-6,5	-2,1	
Outros produtos químicos	5,7	-2,9	0,6	0,2	

Fonte: IBGE

1/ Ponderação de atividades no VTI, conforme a PIA 2010/IBGE.

2/ Variação relativa aos trimestres encerrados nos períodos t e t-3. Dados dessazonalizados.

Tabela 5.3 – Comércio exterior – Sul

Janeiro-março

Discriminação	US\$ milhões		
	2017	2018	Var. %
Exportações	9 246	11 635	25,8
Básicos	4 232	4 481	5,9
Industrializados	5 014	7 153	42,7
Semimanufaturados	841	1 061	26,2
Manufaturados	4 173	6 092	46,0
Importações	7 754	8 878	14,5
Bens de capital	922	1 121	21,6
Bens intermediários	4 950	5 240	5,9
Bens de consumo	1 243	1 668	34,2
Combustíveis	639	849	32,9
Saldo comercial	1 492	2 757	84,8

Fonte: MDIC/Secex

Tabela 5.4 – Dívida líquida e necessidades de financiamento – Sul^{1/}

UF	R\$ milhões					
	Dezembro de 2017			Fevereiro de 2018		
	Dívida	Fluxos 12 meses		Dívida ^{2/}	Fluxos 12 meses	
		Primário	Nominal ^{3/}		Primário	Nominal ^{3/}
PR	13 655	- 277	800	12 014	- 205	812
RS	80 373	403	3 747	84 290	2 089	4 927
SC	13 507	1 145	2 150	12 790	1 076	2 002
Total (A)	107 536	1 272	6 697	109 094	2 961	7 740
Brasil^{4/} (B)	800 969	-11 707	38 679	796 488	-5 004	42 550
(A/B) (%)	13,4	-10,9	17,3	13,7	-59,2	18,2

1/ Por UF, totalizando gov. estadual, capital e principais municípios. Dados preliminares.

2/ A dívida líquida no momento t+1 é a dívida no momento t, mais o resultado nominal e o resultado de outros fluxos.

3/ O resultado nominal é a soma dos juros com o resultado primário.

4/ Refere-se à soma de todas as regiões.

com expectativa de moderada recuperação, tendo em vista as perdas apresentadas em 2017.

A produção industrial elevou-se 2,6% no trimestre finalizado em fevereiro, após recuo de 0,3% no trimestre anterior, de acordo com dados dessazonalizados da PIM-PF do IBGE. A expansão da atividade fabril ocorreu, sobretudo, na fabricação de celulose, papel e produtos de papel, produtos têxteis, produtos de madeira e metalurgia.

A atividade industrial na região ainda apresenta volatilidade nos resultados trimestrais, refletindo o ajuste nos estoques na margem. De acordo com a Sondagem Industrial da CNI, o Sul foi a única região a apresentar estoques efetivos acima do planejado no trimestre até fevereiro, ainda que em patamar inferior ao dos dois trimestres anteriores. Mesmo com estoques em patamares acima do planejado, a confiança dos empresários industriais continuou em área de otimismo – o Icei somou 61,2 pontos⁹ no primeiro trimestre de 2018.

Com relação aos investimentos, observou-se ampliação de 57,2% nas vendas de caminhões, ônibus e implementos rodoviários no primeiro trimestre de 2018, em relação a igual intervalo de 2017.

O comércio externo da região apresentou *superavit* de US\$2,8 bilhões no primeiro trimestre de 2018, segundo o MDIC, ante US\$1,5 bilhão no mesmo período do ano anterior. A elevação do saldo da balança comercial, foi impactada pelo registro da venda de uma plataforma de petróleo no RS em fevereiro, no valor de US\$1,5 bilhão. As exportações totais aumentaram 25,8%, destacando-se, adicionalmente, os embarques de celulose e fumo. Houve expansão das importações, 14,5%, com ênfase nas aquisições de combustíveis e automóveis de Argentina e Uruguai.

Na esfera fiscal, o *deficit* primário consolidado da região em doze meses até fevereiro foi superior ao acumulado em 2017, repercutindo o agravamento do resultado para o Rio Grande do Sul. Nessa base de comparação, o *deficit* nominal consolidado da região elevou-se refletindo a expressiva piora no resultado primário, que mais que compensou a redução nos juros nominais, apropriados por competência, em decorrência da renegociação com menor variação do indexador das dívidas estaduais. A dívida líquida regional aumentou 1,4%, para R\$109,1 bilhões.

9/ 50 pontos indicam neutralidade.

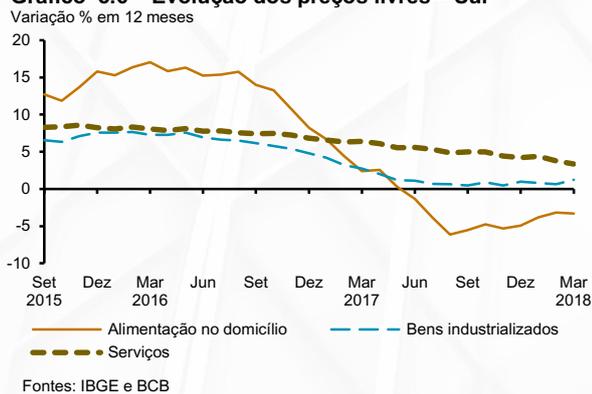
Tabela 5.5 – IPCA – Sul

Discriminação	Pesos ^{1/}	Variação % no período				
		2017				2018
		II Tri	III Tri	IV Tri	I Tri	
IPCA	100,0	0,33	0,62	1,14	0,67	
Livres	75,1	0,15	-0,47	0,76	0,71	
Alimentação no domicílio	16,0	-1,47	-3,38	0,11	1,44	
Bens industrializados	25,1	0,17	-0,19	1,03	0,22	
Serviços	34,0	0,95	0,75	0,86	0,73	
Monitorados	24,9	0,92	4,12	2,33	0,56	
Principais itens						
Alimentação	24,7	-0,73	-2,16	0,33	0,90	
Habitação	15,6	0,51	2,46	1,52	0,07	
Artigos de residência	4,2	-0,64	-0,40	-0,39	0,27	
Vestuário	6,3	1,99	-0,69	1,59	-1,16	
Transportes	19,2	-0,20	3,53	2,55	0,67	
Saúde	11,9	2,25	0,80	0,77	1,21	
Despesas pessoais	10,4	0,52	1,02	1,07	0,59	
Educação	4,3	0,50	0,26	0,55	4,26	
Comunicação	3,4	1,17	0,03	0,90	-0,25	

Fonte: IBGE

1/ Referentes a março de 2018.

Gráfico 5.6 – Evolução dos preços livres – Sul



O IPCA na região¹⁰ desacelerou no primeiro trimestre de 2018, na comparação com o último de 2017. O comportamento benigno da inflação resultou, especialmente, do arrefecimento nos preços monitorados, com redução em energia elétrica residencial e alta menos intensa em gasolina. A trajetória dos preços livres incorporou a evolução favorável nos bens industrializados e em serviços, com destaque para deflação em passagens aéreas, -20,16%. Em oposição, a inflação do grupo alimentação no domicílio acelerou, principalmente devido à alta de alimentos *in natura* (frutas e tubérculos).

Em doze meses até março, o IPCA acumulou variação de 2,80%, ante 2,96% em 2017, com recuo da inflação nos preços monitorados e ligeira alta em preços livres, movimento associado à redução do ritmo de queda nos preços de alimentos. O índice de difusão atingiu 51,7% no trimestre findo em março, ante 49,7% no anterior e 53,3% no mesmo período de 2017.

Prospectivamente, a região será favorecida pelas colheitas de verão, sobretudo de soja e milho, que, embora com safras menores do que no ano anterior, terão impactos positivos sobre a renda regional. Ao longo do ano, a recuperação do mercado de trabalho, aliada à manutenção da inflação baixa e aos efeitos defasados do atual ciclo de política monetária, deverão seguir repercutindo positivamente sobre a atividade econômica na região.

10/ Calculada com base nos pesos e variações dos subítemos que compõem o IPCA das regiões metropolitanas de Porto Alegre e de Curitiba, ponderados pelos pesos destas regiões na composição do IPCA nacional.

5.1 Paraná

Gráfico 5.1.1 – Índice de Atividade Econômica do Banco Central – Brasil e Paraná



Gráfico 5.1.2 – Comércio, serviços e indústria – PR

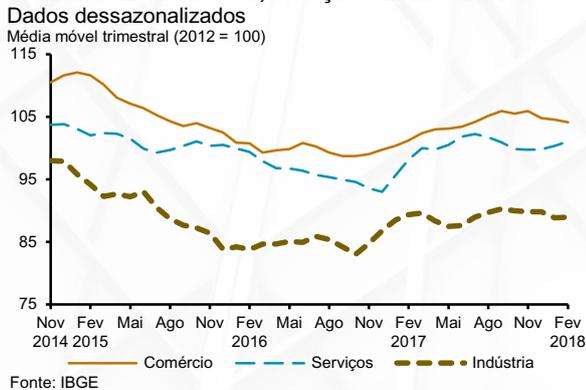
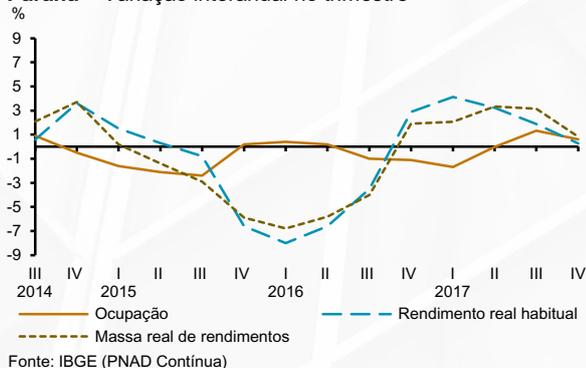


Gráfico 5.1.3 – Ocupação, rendimento e massa no Paraná – Variação interanual no trimestre



O PIB paranaense expandiu 2,5% em 2017 de acordo com o Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social (Ipardes), refletindo crescimento no valor adicionado da agropecuária (11,5%), e a reversão nos desempenhos negativos da indústria (1,8% ante -2,8% em 2016) e de serviços (1,5% ante -1,9% em 2016)¹¹. O IBCR-PR avançou 0,4% no trimestre finalizado em fevereiro, em relação ao encerrado em novembro, quando crescera 0,1%, segundo dados dessazonalizados.

Embora com oscilações e variações de intensidade na margem, estatísticas recentes continuam sinalizando trajetória de recuperação econômica.

O volume de vendas do comércio ampliado retraiu 0,7% no trimestre encerrado em fevereiro, após quatro trimestres de expansão, segundo dados dessazonalizados da PMC do IBGE. O resultado, na margem, repercutiu redução no volume comercializado nos segmentos de material de construção e de hipermercados e supermercados, produtos alimentícios, bebidas e fumo. Ainda segundo a PMC, as vendas de veículos mostraram avanço no período, resultado consistente com a expansão de 9,5% no licenciamento de automóveis e veículos comerciais leves segundo dados dessazonalizados da Fenabrave.

O volume de serviços expandiu 1,3% no trimestre encerrado em fevereiro, após retração de 2,0% no trimestre anterior, com destaque para o segmento de outros serviços, conforme a série dessazonalizada da PMS do IBGE.

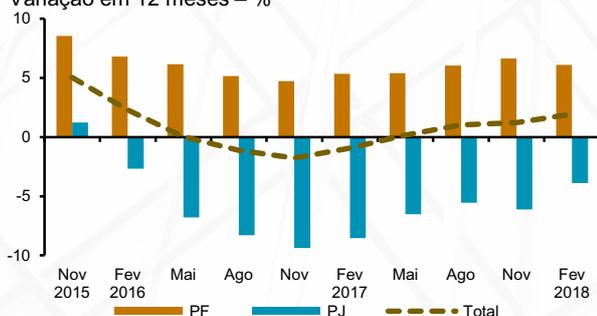
Dados qualitativos relacionados ao consumo sugerem continuidade de movimento de recuperação da demanda. Destaquem-se, nesse sentido, a elevação na intenção de consumo das famílias curitibanas (ICF) no primeiro trimestre de 2018, comparativamente ao anterior e o aumento na confiança dos empresários paranaenses do comércio no primeiro semestre de 2018, comparativamente a igual período do ano anterior.

O mercado de trabalho formal sinaliza estabilização na margem com redução das perdas de postos de trabalho. De fato, houve decréscimo de 5,7 mil vagas formais no trimestre encerrado em fevereiro,

11/ A estimativa do Ipardes para a economia paranaense em 2018 é de crescimento de 2,0%, com destaque para a indústria e os serviços, que tendem a compensar a menor contribuição esperada para a agropecuária.

Gráfico 5.1.4 – Evolução do saldo das operações de crédito – Paraná^{1/}

Variação em 12 meses – %



1/ Operações com saldo superior a R\$1 mil.

Tabela 5.1.1 – Produção agrícola – Paraná

Itens selecionados

Discriminação	Peso ^{1/}	Em mil toneladas		Variação %
		Produção ^{2/} 2017	2018	
Grãos ^{3/}	77,2	41 555	39 019	-6,1
Soja	47,4	19 818	19 312	-2,6
Milho	19,2	18 312	15 150	-17,3
Trigo	5,3	2 212	3 315	49,8
Feijão	4,6	715	696	-2,7
Outras lavouras				
Cana-de-açúcar	7,2	45 500	46 761	2,8
Mandioca	3,4	3 047	3 286	7,9
Batata-inglesa	2,7	926	855	-7,6
Fumo	2,6	188	190	1,3

Fonte: IBGE

1/ Por valor da produção – PAM 2016

2/ Estimativa segundo o LSPA de março de 2018.

3/ Cereais, leguminosas e oleaginosas.

Tabela 5.1.2 – Produção industrial – Paraná

Geral e setores selecionados

Setores	Pesos ^{1/}	Variação % no período		
		2017		2018
		Nov ^{2/}	Fev ^{2/}	12 meses
Indústria geral	100,0	0,1	-0,9	3,3
Produtos alimentícios	22,7	-3,1	1,5	-3,7
Deriv. petróleo e biocomb.	19,1	-3,4	-4,4	-1,2
Veículos, reb. e carrocerias	18,4	17,4	-4,4	14,8
Máquinas e equipamentos	6,7	-7,2	-11,7	17,8
Celulose e prod. papel	5,5	-1,5	0,4	5,0
Outros produtos químicos	4,7	-6,7	-0,5	-3,6

Fonte: IBGE

1/ Ponderação de atividades no VTI conforme a PIA 2010/IBGE.

2/ Variação relativa aos trimestres encerrados nos períodos t e t-3. Dados dessazonalizados.

relativamente à redução de 15,5 mil ocorrida em igual período do ano anterior, conforme dados do Caged/MTb.

Nesse cenário, a taxa de desocupação atingiu 8,3% no quarto trimestre de 2017 (8,1% em igual período do ano anterior). Mesmo com a ligeira alta do desemprego, houve crescimento do rendimento médio habitual real e da massa salarial, 0,3% e 0,8%, respectivamente, na mesma base de comparação, de acordo com os dados da PNAD Contínua do IBGE.

O mercado de crédito evoluiu de forma positiva no trimestre registrando expansão tanto no segmento de pessoa física quanto no de pessoa jurídica. A variação interanual no saldo dos empréstimos passou de 1,2% em novembro para 1,9% em fevereiro. Enquanto o saldo das operações com pessoas físicas aumentou 1,7%, com destaque para as modalidades de financiamentos rurais, imobiliários, e de veículos, o saldo da carteira de pessoas jurídicas expandiu 1,0%, impactado pelo maior volume de financiamentos à exportação, e financiamentos rurais. A inadimplência total alcançou 3,1% da carteira, registrando estabilidade comparativamente ao trimestre anterior.

Em termos dos componentes da oferta, o LSPA de março do IBGE estima recuo de 6,1% na produção paranaense de grãos em 2018, destacando-se as menores colheitas previstas de soja, milho e feijão. A situação dos estoques é favorável, não se registrando, até o momento, pressões significativas sobre os preços.

A atividade da indústria tem-se mostrado oscilante no estado. De acordo com os dados dessazonalizados da PIM-PF Regional do IBGE, a produção industrial registrou retração de 0,9% no trimestre encerrado em fevereiro, ante a expansão de 0,1% no finalizado em novembro. Dados qualitativos, entretanto, assinalaram ambiente favorável para retomada gradual da atividade fabril. Nesse sentido, o Índice de Confiança da Indústria de Transformação (ICIT) e o Índice de Confiança da Indústria da Construção (ICIC), elaborados pela Federação das Indústrias do Estado do Paraná (Fiep), registraram, na ordem, 61,6 pontos e 59,7 pontos em março (60,4 pontos e 65,2 pontos em dezembro), acima do nível de indiferença de 50 pontos.

A balança comercial do Paraná registrou *superavit* de US\$1,1 bilhão no primeiro trimestre de 2018, ante

Tabela 5.1.4 – IPCA – RMC

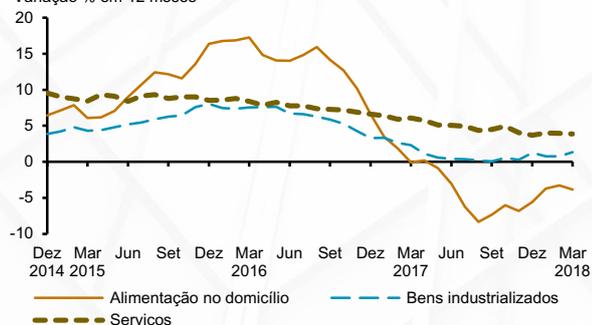
Discriminação	Pesos ^{1/}	Variação % no período				
		2017				2018
		II Tri	III Tri	IV Tri	I Tri	
IPCA	100,0	0,24	0,98	1,13	0,46	
Livres	75,6	-0,04	-0,33	0,89	0,91	
Alimentação no domicílio	14,5	-1,22	-3,32	0,33	0,36	
Bens industriais	26,3	-0,52	0,11	1,03	0,72	
Serviços	34,8	0,85	0,63	1,02	1,29	
Monitorados	24,4	1,18	5,30	1,88	-0,94	

Fonte: IBGE

1/ Referentes a março de 2018.

Gráfico 5.1.5 – Evolução dos preços livres – RMC

Variação % em 12 meses



Fontes: IBGE e BCB

superavit de US\$1,2 bilhão no mesmo período de 2017. O resultado refletiu redução nas exportações, devido principalmente ao recuo no valor das vendas de soja para a China. As importações também apresentaram contração, com destaque para a variação negativa das compras dos Estados Unidos da América (EUA).

A inflação na Região Metropolitana de Curitiba (RMC) desacelerou no primeiro trimestre de 2018, impactada pelo recuo nos preços monitorados, favorecido pela manutenção da tarifa de ônibus urbano e pela queda no preço de energia elétrica residencial. Dentre os preços livres houve desaceleração nos preços dos bens industriais e aceleração nos de serviços, em parte devido ao comportamento sazonal dos preços de educação. O grupo alimentação no domicílio foi favorecido pelo recuo no preço de alimentos industrializados (açúcar e óleos e gorduras) e semi-elaborados (cereais e carnes).

Em doze meses até março, o IPCA da RMC acumulou variação de 2,84% (3,31% em 2017), com aceleração dos preços monitorados, arrefecimento em serviços e bens industriais e intensificação da queda em alimentação no domicílio. O índice de difusão alcançou 47,24% no trimestre findo em março, ante 50,00% no encerrado em dezembro.

5.2 Rio Grande do Sul

Gráfico 5.2.1 – Índice de Atividade Econômica do Banco Central – Brasil e Rio Grande do Sul

Dados dessazonalizados
Média móvel trimestral (2012 = 100)

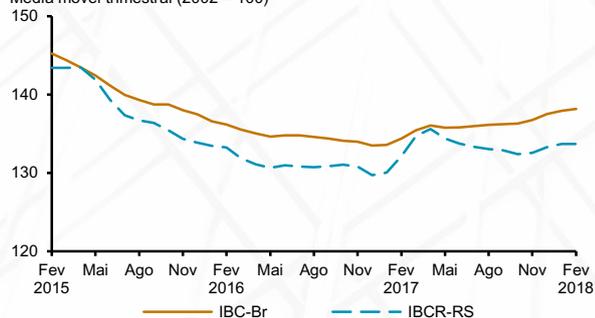
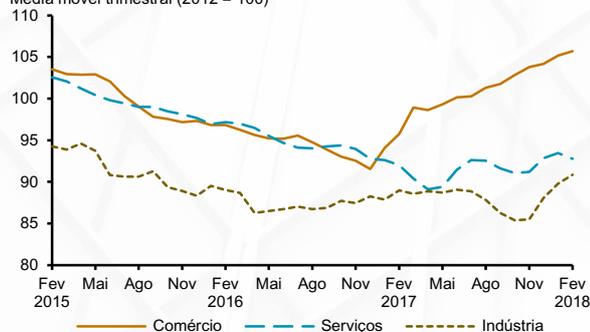


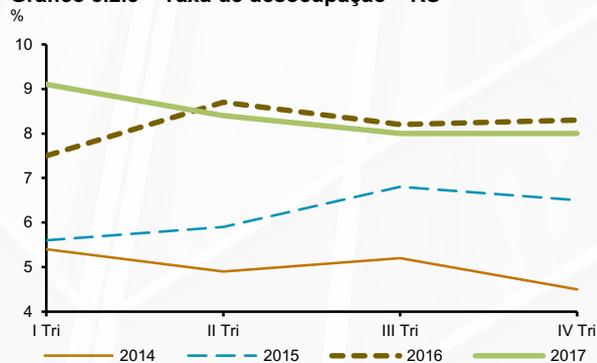
Gráfico 5.2.2 – Comércio, serviços e indústria – RS

Dados dessazonalizados
Média móvel trimestral (2012 = 100)



Fonte: IBGE

Gráfico 5.2.3 – Taxa de desocupação – RS



Fonte: IBGE (PNAD Contínua)

A atividade econômica do estado encontra-se em processo de retomada gradual. Nesse sentido, o IBCR-RS cresceu 0,8% no trimestre finalizado em fevereiro ante trimestre anterior, dados dessazonalizados, e 0,5% comparativamente ao mesmo período de 2017. A recuperação fica mais evidenciada na avaliação de doze meses, quando o indicador registrou elevação de 1,6%, no período finalizado até fevereiro de 2018, ante queda de 4% nos doze meses anteriores.

No âmbito da demanda, o comércio tem contribuído positivamente para a dinamização da economia. O varejo ampliado cresceu 2,4% no trimestre encerrado em fevereiro, em relação ao terminado em novembro (1,6%), com destaque para os segmentos de veículos, motos, partes e peças e de tecidos, vestuário e calçados, de acordo com dados da PMC do IBGE, ajustada sazonalmente.

Outros indicadores corroboram perspectiva positiva para o consumo. O licenciamento de veículos e comerciais leves totalizou 31,4 mil unidades no primeiro trimestre, segundo a Fenabreve, volume 16,2% superior ao mesmo período do ano anterior. A confiança dos empresários do comércio atingiu 107,9 pontos no primeiro trimestre de 2018, ante 104,5 pontos no trimestre anterior¹², dados da Fecomércio-RS.

Dados relativos ao setor terciário sinalizam reversão na trajetória de consumo de serviço. Nesse sentido, o volume de prestação de serviços aumentou 1,7% no trimestre encerrado em fevereiro ante -1,5% no finalizado em novembro de 2017, segundo dados dessazonalizados da PMS do IBGE.

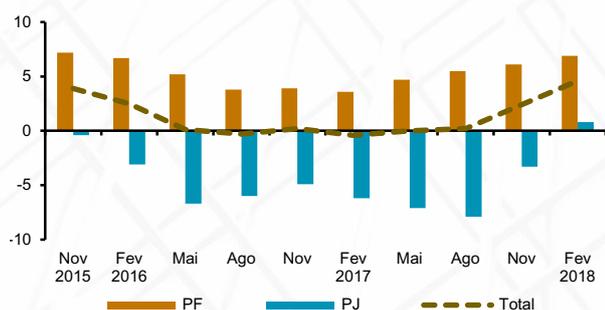
O emprego formal manteve o processo de recuperação, criando 5,3 mil postos no trimestre encerrado em fevereiro (-10 mil vagas em igual período de 2017), de acordo com o Caged/MTb. O movimento sazonal influenciou o resultado, destacando a evolução positiva na agropecuária (produção de lavouras permanentes) e na indústria de transformação (borracha, fumo e couro), e, por outro lado, a eliminação de postos no comércio.

A taxa de desocupação permaneceu em 8,0% no quarto trimestre do ano, mesmo patamar do trimestre anterior e 0,3 p.p. abaixo da assinalada no mesmo período de 2017, de acordo com a PNAD

¹²/ 100 pontos indicam neutralidade.

Gráfico 5.2.4 – Evolução do saldo das operações de crédito – Rio Grande do Sul^{1/}

Varição em 12 meses – %



1/ Operações com saldo superior a R\$1 mil.

Tabela 5.2.1 – Produção agrícola – Rio Grande do Sul

Itens selecionados

Discriminação	Pesos ^{1/}	Em mil toneladas	
		Produção ^{2/} 2018	Varição % 2018/2017
Grãos	75,7	33 286	-6,0
Soja	47,2	17 816	-5,0
Arroz	18,5	8 319	-4,7
Milho	6,6	4 881	-19,5
Trigo	2,1	1 505	22,8
Feijão	0,7	97	-2,2
Outras lavouras			
Fumo	9,0	388	-6,4
Mandioca	3,3	1 045	-2,1
Uva	2,4	834	-12,8

Fonte: IBGE

1/ Por valor da produção – PAM 2016.

2/ Estimativa segundo o LSPA de março de 2018.

Tabela 5.2.2 – Produção industrial – Rio Grande do Sul

Geral e atividades selecionadas

Setores	Pesos ^{1/}	Variação % no período		
		2017		2018 12 meses
		Nov ^{2/}	Fev ^{2/}	
Indústria geral	100,0	-2,7	6,3	0,9
Produtos alimentícios	16,4	-0,9	4,0	-2,1
Veículos, reboques e carrocerias	13,8	2,9	8,9	3,0
Máquinas e equipamentos	12,0	-7,3	1,0	-4,0
Outros produtos químicos	10,3	0,5	0,7	1,7
Artef. couro e calçados	8,9	1,1	4,0	-1,7
Produtos de metal	8,5	-1,1	2,6	7,0
Produtos de borracha e plástico	5,0	-2,0	-3,6	4,9

Fonte: IBGE

1/ Ponderação de atividades no VTI, conforme a PIA 2010/IBGE.

2/ Variação relativa aos trimestres encerrados nos períodos t e t-3. Dados dessazonalizados.

Contínua do IBGE. Na comparação trimestral, a ocupação contraiu 0,1%, influenciada pela redução no número de trabalhadores com carteira assinada e conta própria, enquanto a força de trabalho recuou 0,2%. Nesta mesma base de comparação, o rendimento médio e a massa de rendimentos não registraram alterações.

O mercado de crédito no estado apresentou dinâmica mais favorável, com alta nos segmentos de pessoas jurídicas e de pessoas físicas. O montante de operações de crédito atingiu R\$205,9 bilhões em fevereiro, variando 1,8% no trimestre e 4,6% em doze meses. Na margem, as operações contratadas por pessoas jurídicas elevaram-se 1,5%, destacando o crescimento do crédito para outros serviços (atividade de serviços financeiros). O crédito para pessoas físicas totalizou R\$129,8 bilhões, 1,9% acima do trimestre anterior, sobressaindo os empréstimos pessoais, com e sem consignação. A inadimplência total situou-se em 3% da carteira, com recuo de 0,2 p.p. em relação ao trimestre anterior.

Seguindo tendência similar à da região Sul, o estado deverá apresentar queda na produção de grãos, com estimativa de redução de 6% em comparação à 2017, ano em que o RS obteve a maior safra de sua história (35,4 milhões de toneladas). Além da alta base de comparação, devem contribuir para esse decréscimo o atraso no plantio das lavouras de arroz e a estiagem que atingiu todo estado.

A produção industrial assinalou expressivo avanço no trimestre até fevereiro, após recuo nos três trimestres anteriores, conforme dados dessazonalizados da PIM-PF Regional do IBGE, destacando-se a recuperação da fabricação de celulose, papel e produto de papel, de bebidas, de veículos automotores, reboques e carrocerias e de móveis. Refletindo melhora nas perspectivas do setor, observou-se aumento da confiança dos empresários – o Ipei da Índice de Confiança do Empresário Industrial (Fiergs) atingiu 61,4 pontos¹³ no primeiro trimestre de 2018, com elevação em todos os componentes de condições atuais e de expectativas, na margem.

O *superavit* da balança comercial do estado alcançou US\$3,4 bilhões no primeiro trimestre de 2018. Enquanto as exportações cresceram 75,6% no período, impulsionada pelo registro da venda de uma plataforma de petróleo (US\$1,5 bilhão) e pelos incrementos nas vendas de soja, fumo e celulose,

13/ 50 pontos indicam neutralidade.

Tabela 5.2.3 – Comércio exterior – RS

Janeiro-março

Discriminação	US\$ milhões		
	2017	2018	Var. %
Exportações	3 318	5 827	75,6
Importações	2 114	2 477	17,2
Saldo comercial	1 204	3 350	178,2

Fonte: MDIC/Secex

Tabela 5.2.4 – IPCA – RMPA

Discriminação	Pesos ^{1/}	Variação % no período				
		2017			2018	
		II Tri	III Tri	IV Tri	I Tri	
IPCA	100,0	0,42	0,28	1,15	0,87	
Livres	74,7	0,34	-0,60	0,63	0,52	
Alimentação no domicílio	17,4	-1,66	-3,43	-0,06	2,29	
Bens industrializados	24,0	0,86	-0,49	1,04	-0,27	
Serviços	33,3	1,05	0,86	0,70	0,19	
Monitorados	25,3	0,70	3,07	2,75	1,92	

Fonte: IBGE

1/ Referentes a março de 2018.

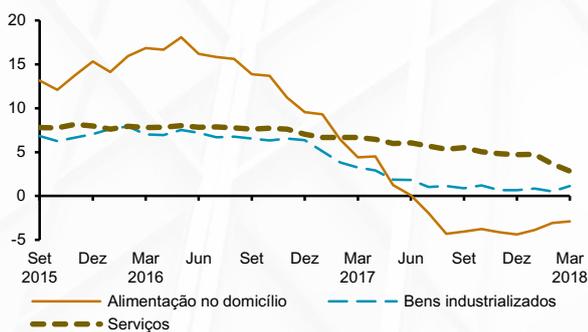
as importações elevaram-se 17,2%, destacando-se aquisições de naftas, automóveis, veículos de carga e combustíveis.

O IPCA da Região Metropolitana de Porto Alegre (RMPA) desacelerou no primeiro trimestre de 2018, em comparação com o último de 2017. A trajetória dos preços livres foi favorecida pela deflação nos bens industrializados e pela menor variação nos preços de serviços que mitigaram o impacto da alta em alimentação no domicílio, especialmente, em alimentos *in natura*. O arrefecimento dos preços monitorados foi influenciado pela desaceleração nos preços da gasolina.

Em doze meses até março, o IPCA da RMPA acumulou variação de 2,73% (2,54% em 2017), com aceleração dos preços monitorados e arrefecimento dos preços livres, este influenciado pela inflação menos intensa de serviços. O índice de difusão situou-se em 50,8% no trimestre findo em março, ante 49,6% no encerrado em dezembro.

Gráfico 5.2.5 – Evolução dos preços livres – RMPA

Variação % em 12 meses



Fontes: IBGE e BCB

Inferências nacionais a partir dos indicadores regionais

6

Tabela 6.1 – Índice de Atividade Banco Central – IBC
Brasil e regiões^{1/}

Discriminação	%				
	2017				2018
	Fev	Mai	Ago	Nov	Fev
Brasil	0,3	1,0	0,3	0,4	1,0
Norte	0,6	2,4	-0,3	0,9	2,1
Nordeste	0,1	1,3	-0,4	0,5	0,3
Centro-Oeste	0,6	0,9	1,8	-1,1	-0,5
Sudeste	0,3	0,3	0,7	0,8	-0,1
Sul	1,2	1,7	0,2	0,2	0,5

^{1/} Variação do trimestre em relação ao anterior; séries com ajuste sazonal.

O resultado nacional não representa necessariamente a média dos resultados regionais.

Tabela 6.2 – Índice de volume de vendas
Brasil e regiões^{1/}

Discriminação	Variação percentual				
	2017				2018
	Fev	Mai	Ago	Nov	Fev
Comércio varejista					
Brasil	2,0	1,2	1,4	0,1	0,0
Norte	2,3	2,6	2,5	2,0	0,2
Nordeste	1,4	0,6	0,4	0,3	0,3
Centro-Oeste	1,1	-1,9	1,0	0,0	-2,6
Sudeste	0,9	0,5	2,4	0,1	-1,0
Sul	3,8	3,7	1,5	1,6	1,0
Comércio ampliado					
Brasil	3,0	1,4	3,1	0,9	0,7
Norte	3,5	3,2	3,3	3,3	1,5
Nordeste	2,5	0,9	2,3	0,6	-0,6
Centro-Oeste	1,5	0,6	1,4	0,4	-1,0
Sudeste	2,5	0,2	3,5	0,8	1,1
Sul	4,9	4,9	2,7	2,1	1,3

Fontes: IBGE e BCB

^{1/} Variação do trimestre em relação ao anterior; séries com ajuste sazonal.

A evolução do conjunto de indicadores econômicos no início de 2018 mostrou a continuidade do crescimento da atividade. Os resultados reforçam a expectativa de expansão mais equilibrada da economia no corrente ano, considerados os comportamentos dos componentes de oferta e demanda, e evidencia maior consistência do processo de recuperação da economia brasileira. Em termos regionais, o quadro de retomada apresenta desempenhos distintos, refletindo particularidades da estrutura das economias locais.

Ratificando o cenário de recuperação, o Índice de Atividade Econômica do Banco Central – Brasil (IBC-Br) cresceu pelo quinto trimestre consecutivo, atingindo 1,0% em fevereiro, em relação ao trimestre terminado em novembro. Regionalmente, o crescimento da produção industrial no Norte, especialmente a fabricação de equipamentos de informática e produtos eletrônicos no Polo Industrial de Manaus, e de produtos de madeira, no Pará, impuseram maior dinamismo a atividade econômica na região. Por outro lado, a atividade no Centro-Oeste recuou, repercutindo resultados adversos na indústria de transformação e na construção civil. A expansão da economia do Sudeste mostrou acomodação, com heterogeneidade no desempenho dos estados da região. No Sul, o quadro de recuperação se mostrou mais disseminado entre os principais setores da economia, enquanto no Nordeste o crescimento refletiu oscilação dos resultados setoriais.

As vendas do comércio ampliado mostraram arrefecimento do ritmo de expansão no trimestre encerrado em fevereiro, comparativamente ao finalizado em novembro, evolução compatível com o cenário de acomodação do consumo das famílias. À exceção do Sudeste, as regiões apresentaram desaceleração das vendas do comércio ampliado, em especial, o Centro-Oeste e o Nordeste. Apesar desse arrefecimento no varejo, o Icec da CNC, indicador antecedente das vendas do comércio, seguiu situando-se em zona que aponta otimismo nas avaliações dos empresários do setor.

Tabela 6.3 – Volume de serviçosBrasil e regiões^{1/}

Discriminação	%				
	2017				2018
	Fev	Mai	Ago	Nov	Fev
Brasil	0,1	-1,6	0,9	-0,7	0,4
Norte	-2,6	-0,3	0,2	-1,9	-1,6
Nordeste	-0,5	-3,0	-0,9	-1,4	-1,6
Centro-Oeste	1,1	0,3	0,6	0,5	-1,4
Sudeste	0,2	-1,3	0,8	-0,7	0,8
Sul	0,2	-0,1	2,1	-1,2	0,8

Fontes: IBGE e BCB

1/ Variação do trimestre em relação ao anterior; séries com ajuste sazonal.

Tabela 6.4 – Operações de crédito do SFN^{1/}

Fevereiro de 2018

Discriminação	R\$ bilhões								
	Saldo			Variação percentual (%)					
	PJ	PF	Total	Trimestre			12 meses		
				PJ	PF	Total	PJ	PF	Total
Brasil	1 380	1 635	3 015	-1,7	1,1	-0,2	-6,6	6,0	-0,2
Norte	39	79	118	-1,6	1,1	0,2	-4,0	6,7	2,9
Nordeste	141	259	401	0,1	1,0	0,7	-7,8	6,5	1,0
Centro-Oeste	128	212	341	0,5	2,1	1,5	-2,4	7,3	3,4
Sudeste	842	750	1 592	-2,8	0,6	-1,2	-8,1	5,2	-2,3
Sul	228	334	563	0,0	1,6	1,0	-2,9	6,5	2,5

1/ Operações com saldo superior a R\$1 mil.

Tabela 6.5 – Geração de postos de trabalho^{1/}

Discriminação	Mil				
	2017				2018
	Fev	Mai	Ago	Nov	Fev
Brasil	-467,6	30,5	81,2	98,7	-189,5
Norte	-30,4	-8,8	10,5	9,2	-16,9
Nordeste	-134,2	-30,2	31,6	71,2	-66,3
Centro-Oeste	-12,7	16,5	25,2	-17,0	0,0
Sudeste	-264,6	56,4	22,7	-11,9	-117,4
Sul	-25,7	-3,3	-8,7	47,2	11,1

Fonte: MTb

1/ Refere-se ao trimestre encerrado no mês indicado.

Tabela 6.6 – Taxa de desocupação

Discriminação ^{1/}	%				
	2016		2017		
	IV Tri	I Tri	II Tri	III Tri	IV Tri
Brasil	12,0	13,7	13,0	12,4	11,8
Norte	12,7	14,2	12,5	12,2	11,3
Nordeste	14,4	16,3	15,8	14,8	13,8
Centro-Oeste	10,9	12,0	10,6	9,7	9,4
Sudeste	12,3	14,2	13,6	13,2	12,6
Sul	7,7	9,3	8,4	7,9	7,7

Fonte: IBGE

1/ Taxa trimestral.

O volume de serviços não financeiros no país retornou patamar positivo na margem. Apesar da expansão do setor neste início de ano, os resultados regionais mostram disparidades significativas – crescimento no Sudeste e Sul e redução nas demais regiões. Os desempenhos do setor terciário vêm apresentando oscilação nos últimos trimestres; nesse sentido, após registrar recuo no trimestre encerrado em novembro, o volume de serviços aumentou 0,4% no finalizado em fevereiro.

O mercado de crédito manteve a tendência de melhora, com manutenção da taxa de expansão no segmento de pessoas físicas e redução na contração dos financiamentos às empresas. O estoque das operações de crédito¹⁴ realizadas no país recuou 0,2% em fevereiro, considerada a variação em doze meses, ante queda de 0,8% em novembro de 2017. A contração interanual dos empréstimos às pessoas jurídicas evoluiu de -7,7%, para -6,6% nesse período, sendo mais intensa no Sudeste e no Nordeste. O crédito às famílias manteve taxa de crescimento anual relativamente estável em 6,0%, com aceleração no Norte, impulsionada por financiamentos de veículos e crédito rural, e desaceleração no Nordeste, influenciado pelo aumento mais moderado nos financiamentos imobiliários.

O mercado de trabalho formal, refletindo a sazonalidade desfavorável, eliminou vagas no trimestre encerrado em fevereiro, mas em ritmo inferior ao ocorrido no mesmo período de 2017. Ressalte-se, a despeito do movimento de contração, a criação de postos no setor de serviços, e a redução dos desligamentos líquidos nos demais setores, com exceção da agropecuária, que praticamente manteve o mesmo ritmo de demissões. Regionalmente, o Sul gerou novos postos de trabalho no trimestre, em especial, nas atividades de serviços e agropecuária (contratações sazonais na produção de lavouras permanentes).

A taxa de desocupação, divulgada pela PNAD Contínua do IBGE, apresentou trajetória de redução, na margem, no último trimestre de 2017, em decorrência de melhora da economia e do movimento sazonal favorável, com contratações temporárias de final de ano. Essa evolução benigna abrangeu todas as regiões e se caracterizou pelo aumento generalizado da população ocupada. Na avaliação interanual, a taxa de desocupação média para o país situa-se em patamar semelhante ao de igual período de 2016, com redução no Norte, Nordeste e Centro-Oeste,

14/ Consideraram-se as operações superiores a R\$1 mil.

Tabela 6.7 – Necessidades de financiamento de estados e municípios^{1/}

Região	R\$ milhões	
	Resultado primário (Fluxo 12 meses)	
	Fev/2017	Fev/2018
Norte	-2445	-681
Nordeste	-3 001	1 029
Centro-Oeste	-1125	-1101
Sudeste	1698	-7 212
Sul	-2 687	2 961
Total	-7 560	-5 004

1/ Inclui informações dos estados e de seus principais municípios.

(-) *superavit* (+) *deficit*

Tabela 6.8 – Estimativa da produção anual de grãos^{1/}

Brasil e regiões

Discriminação	Peso ^{2/}	Em milhões de toneladas		
		Produção ^{3/}		Variação % 2018/2017
		2017	2018	
Brasil	100,0	240,6	229,3	-4,7
Norte	3,8	8,9	8,3	-6,3
Nordeste	6,2	17,9	19,5	9,3
Centro-Oeste	40,1	105,9	100,5	-5,1
Sudeste	11,9	23,9	22,0	-7,9
Sul	38,0	84,0	78,8	-6,1

Fonte: IBGE

1/ Cereais, leguminosas e oleaginosas.

2/ Participação no valor da produção nacional de cereais, leguminosas e oleaginosas – PAM 2016.

3/ Estimativa segundo o LSPA de março de 2018.

Tabela 6.9 – Produção física da indústria

Brasil e regiões^{1/}

Discriminação	Peso ^{2/}	2017					%
		2018					2018
		Fev	Mai	Ago	Nov	Fev	
Brasil	100,0	2,7	-0,4	1,8	0,6	2,0	
Norte	5,9	5,0	-0,3	5,2	0,8	5,0	
Nordeste	9,5	0,1	0,5	0,2	-0,3	-0,1	
Centro-Oeste	3,5	7,2	-1,0	3,3	1,8	-2,4	
Sudeste	62,7	1,3	0,4	2,9	1,1	0,6	
Sul	18,5	3,1	-0,7	0,9	-0,3	2,6	

Fontes: IBGE e BCB

1/ Variação do trimestre em relação ao anterior; séries com ajuste sazonal.

2/ Participação no Valor da Transformação Industrial (VTI), segundo a PIA 2010.

e estabilidade no Sul, onde a taxa de desocupação apresenta historicamente o menor patamar entre as regiões.

A recuperação da atividade econômica repercutiu na arrecadação do ICMS, que cresceu em termos reais¹⁵, no acumulado de doze meses encerrados em fevereiro, em todas as regiões do país. Apesar da melhora da arrecadação, o resultado primário dos governos subnacionais, em conjunto, situou-se em patamar inferior ao observado no mesmo período de 2017. Essa trajetória decorreu, em grande parte, pela reversão de *superavit* para *deficit* dos resultados fiscais no Sul e no Nordeste. Não obstante, a redução na apropriação dos juros nominais – repercutindo a renegociação das dívidas estaduais e a redução dos custos do endividamento – contribuiu para que dívida líquida dos governos subnacionais recuasse nos dois primeiros meses de 2018, quando totalizou R\$796,5 bilhões ao final do período, ante R\$801,0 bilhões em 2017.

Sob a ótica da oferta, após a produção agrícola recorde de 2017, que dinamizou a economia em diversas regiões, estima-se recuo moderado da produção em 2018. A safra nacional de grãos deverá totalizar 229,3 milhões de toneladas, de acordo com o LSPA de março do IBGE, 4,7% abaixo da observada no ano anterior. Regionalmente, estima-se crescimento na safra nordestina e redução nas demais. No Centro-Oeste, principal região produtora, projeta-se retração de 5,1%, com recuos mais acentuado nas lavouras de milho, feijão e arroz. No Nordeste, após incremento de 85,6% na produção de grãos em 2017, estima-se expansão de 9,3% na safra atual.

A indústria nacional assinalou, em fevereiro, crescimento pelo terceiro trimestre consecutivo, com avanço de 2,0%, em comparação ao trimestre anterior. A despeito dessa evolução, o setor continua operando com baixo nível de utilização da capacidade instalada. Na margem, o resultado nacional refletiu, especialmente, o desempenho do Norte, sobretudo pela indústria de transformação e do Sul, região favorecida pelo desempenho de fabricação de celulose e papel, produtos têxteis, e produtos de madeira.

A combinação de resultados positivos na indústria e as perspectivas de recuperação mais consistente da produção contribuíram para que as expectativas dos empresários industriais, em todas as regiões, continuassem em zona de otimismo. Na média

15/ Corrigidas pelo IGP-DI.

Tabela 6.10 – Balança comercial regional – FOB
Janeiro-Março

Região	US\$ bilhões					
	Exportações		Importações		Saldo	
	2017	2018	2017	2018	2017	2018
Total	50,5	54,4	36,0	40,4	14,4	14,0
Norte	4,1	4,1	2,4	3,5	1,6	0,7
Nordeste	3,8	4,0	5,3	5,2	-1,4	-1,2
Centro-Oeste	6,1	6,5	2,0	2,0	4,1	4,5
Sudeste	25,9	26,1	18,6	20,9	7,3	5,2
Sul	9,2	11,6	7,8	8,9	1,5	2,8
Outros ^{1/}	1,3	2,0	0,0	0,0	1,4	2,0

Fonte: MDIC/Secex

1/ Referem-se a operações não classificadas regionalmente.

Tabela 6.11 – IPCA
Variação trimestral^{1/}

Discriminação	Peso	2017					2018
							%
		Mar	Jun	Set	Dez	Mar	
IPCA							
Brasil	100,0	0,96	0,22	0,59	1,14	0,70	
Norte	4,2	0,85	-0,12	0,21	0,18	0,68	
Nordeste	14,8	1,31	0,35	0,31	0,57	0,42	
Centro-Oeste	7,1	0,45	0,30	0,57	2,09	0,07	
Sudeste	57,6	0,98	0,17	0,71	1,26	0,77	
Sul	16,3	0,84	0,33	0,62	1,14	0,67	
Livres							
Brasil		0,68	0,25	-0,27	0,68	0,60	
Norte		0,46	-0,05	-0,96	-0,10	0,70	
Nordeste		0,98	-0,03	-0,45	0,15	0,34	
Centro-Oeste		0,10	0,47	-0,10	0,89	0,39	
Sudeste		0,70	0,36	-0,09	0,87	0,57	
Sul		0,63	0,15	-0,47	0,76	0,71	
Monitorados							
Brasil		1,87	0,11	3,28	2,53	0,98	
Norte		2,31	-0,37	4,45	1,15	0,61	
Nordeste		2,49	1,67	2,93	1,96	0,70	
Centro-Oeste		1,57	-0,23	3,05	5,62	-0,55	
Sudeste		1,82	-0,40	3,09	2,38	1,32	
Sul		1,52	0,92	4,12	2,33	0,56	

Fontes: IBGE e BCB

1/ Refere-se ao trimestre indicado no mês indicado

nacional, o Ipei da CNI totalizou 58,9 pontos no primeiro trimestre, permanecendo em área que indica otimismo pelo sétimo trimestre seguido.

O comércio externo, favorecido pelo cenário internacional benigno, registrou *superavit* comercial elevado no primeiro trimestre de 2018, em patamar semelhante ao do mesmo período do ano anterior. Na avaliação por regiões, o resultado nacional repercutiu, de um lado, o maior saldo positivo no Sul, onde as exportações foram favorecidas pelo registro da venda de uma plataforma de petróleo no RS e pelos embarques de celulose e fumo. Por outro lado, observou-se redução do saldo no Sudeste, com destaque para a elevação de 12,2% das importações, em contexto de crescimento da atividade industrial, com ênfase nas compras de bens intermediários, combustíveis e lubrificantes.

A trajetória da inflação, medida pela variação do IPCA, seguiu favorável no primeiro trimestre de 2018, com desaceleração da taxa em comparação com o mesmo trimestre de 2017, de forma disseminada em todas as regiões. As diversas medidas de inflação subjacente permaneceram em níveis baixos, inclusive os componentes mais sensíveis ao ciclo econômico e à política monetária. A desaceleração no trimestre refletiu a menor variação dos preços monitorados e a relativa estabilidade da inflação dos preços livres. Considerando a variação em doze meses, o IPCA acumulou 2,68% em março de 2018 comparativamente a 2,95% em 2017. Em termos regionais, as menores variações, em doze meses, são observadas nos preços no Norte (0,95%) e Nordeste (1,66%) relativamente às demais regiões, explicado, em parte, pela maior representatividade do grupo alimentação nas cestas de consumo locais.

A economia brasileira repercute a retomada da atividade nas diversas regiões, observando-se, no início deste ano, maior disseminação desse processo entre os indicadores setoriais. Não obstante a dinâmica de crescimento, ressalve-se que o nível de incerteza relativo ao ritmo de implementação de reformas e de ajustes na economia segue como principal fator de risco para o processo sustentado de crescimento.

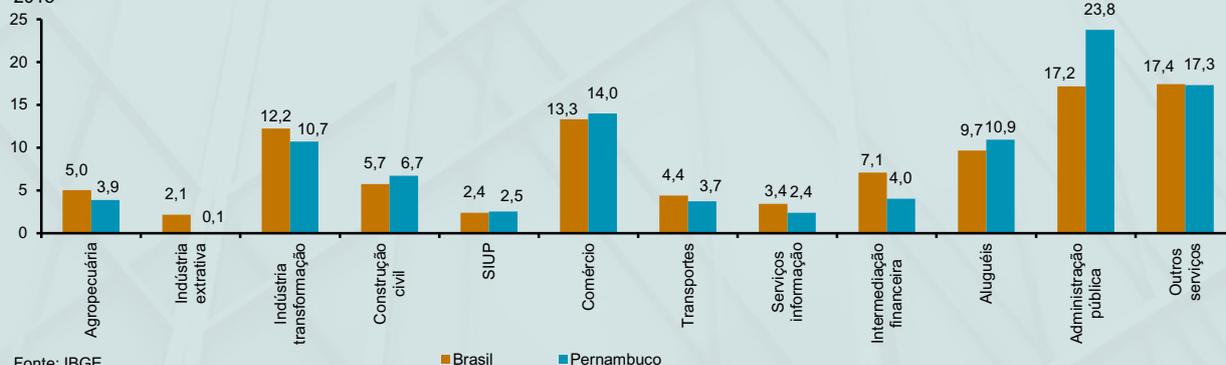
Conjuntura econômica pernambucana

Este boxe analisa a evolução da economia pernambucana e suas perspectivas de curto prazo.

Pernambuco é a segunda maior economia do Nordeste, com o Produto Interno Bruto (PIB) de R\$157,0 bilhões, em 2015, correspondendo a 2,6% do país. O PIB *per capita* situou-se em R\$16,8 mil, comparativamente aos R\$15,0 mil do Nordeste e R\$29,3 mil do país.

Gráfico 1 – Valor Agregado Bruto (VAB)

2015



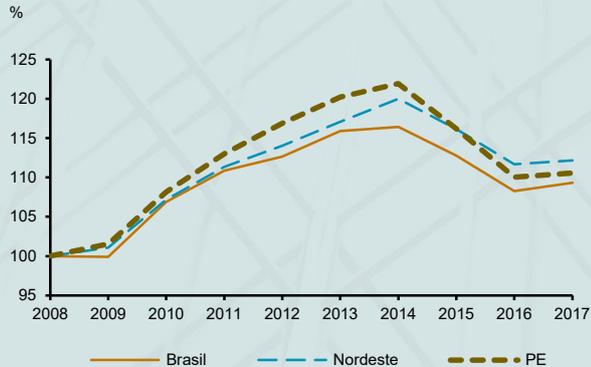
Fonte: IBGE

A composição do Valor Adicionado Bruto (VAB) do estado em relação ao nacional (Gráfico 1) mostra menor representatividade relativa da agropecuária, fato relacionado a aspectos geográficos, na medida que 75% do território pernambucano encontra-se no semiárido. Não-obstante, destaca-se, nesse setor, a cultura de cana-de-açúcar quando se considera a cadeia sucroalcooleira; e a fruticultura irrigada do Vale do Rio São Francisco.

Os setores de alimentos e químico são os vetores principais da indústria de transformação no estado embora observe-se processo de maior diversificação industrial nos últimos anos. Nos serviços, sobressai a maior presença da administração pública na atividade local, característico de regiões de menor renda *per capita*.

Especialmente, o PIB do estado é concentrado na Região Metropolitana do Recife (RMR), 61,0% em 2015, onde localiza-se o complexo industrial-portuário de Suape. Em seguida vem o Agreste

Gráfico 2 – PIB real – Série encadeada^{1/}



Fontes: IBGE e Banco Central (para as regiões em 2016 e 2017)

(região do polo de confecções e bacia leiteira), 15,8% e a Mata Pernambucana (da agroindústria canavieira), 11,8%.

Quanto à dinâmica da atividade econômica, o período 2009-2017 pode ser segmentado em três fases (Gráfico 2): (i) 2009-2014 quando a economia do estado cresceu acima da média do país e da região; (ii) 2015-2016: retração intensa; (iii) a partir de 2017: recuperação moderada.

Na primeira fase (2009-2014) além dos efeitos das políticas de transferência assistenciais de renda e de aumento real do salário mínimo¹ – com reflexos no comércio varejista e no mercado de crédito – destacaram-se os investimentos em empreendimentos de grande porte² no estado, em setores como refino de petróleo, petroquímicos, indústria naval, fabricação de automóveis e alimentos, além daqueles destinados a obras públicas, como a Transposição do Rio São Francisco e a Ferrovia Transnordestina. O PIB de Pernambuco, Nordeste e Brasil avançaram 3,4% a.a., 3,1% a.a. e 2,6% a.a., respectivamente, nesse período.

Ainda na primeira fase, o produto da construção civil cresceu de forma vigorosa (6,4% a.a.), estimulando segmentos da indústria de transformação que produzem insumos para a atividade. Os serviços foram favorecidos pelas políticas de estímulos ao consumo e ao investimento, com destaque para a expansão do comércio varejista (3,7% a.a.) e dos serviços prestados a empresas (6,9% a.a.).

Embora, em sua maior parte, os investimentos tenham se destinado à Suape (na RMR) o maior crescimento do PIB nominal³ ocorreu na mesorregião da zona da mata pernambucana⁴, especialmente devido a instalação da montadora de automóveis e seus prestadores de serviços, além de unidades do setor de alimentos. Dessa forma, identifica-se certa desconcentração produtiva (Figura 1).

No segundo período assinalado (2015-2016) houve queda acentuada dos investimentos a

1/ Considerando que o salário mínimo serve de referência nas negociações salariais, formais ou informais, seu impacto é diretamente proporcional à participação de trabalhadores que ganham próximo ao seu valor. Em Pernambuco 82,3% dos ocupados ganham até 2 salários mínimos, acima dos 67,8% no país, de acordo com a PNAD/IBGE. Acrescente-se que 67,2% das aposentadorias e pensões em Pernambuco são de um salário mínimo ante 53,9% no país.

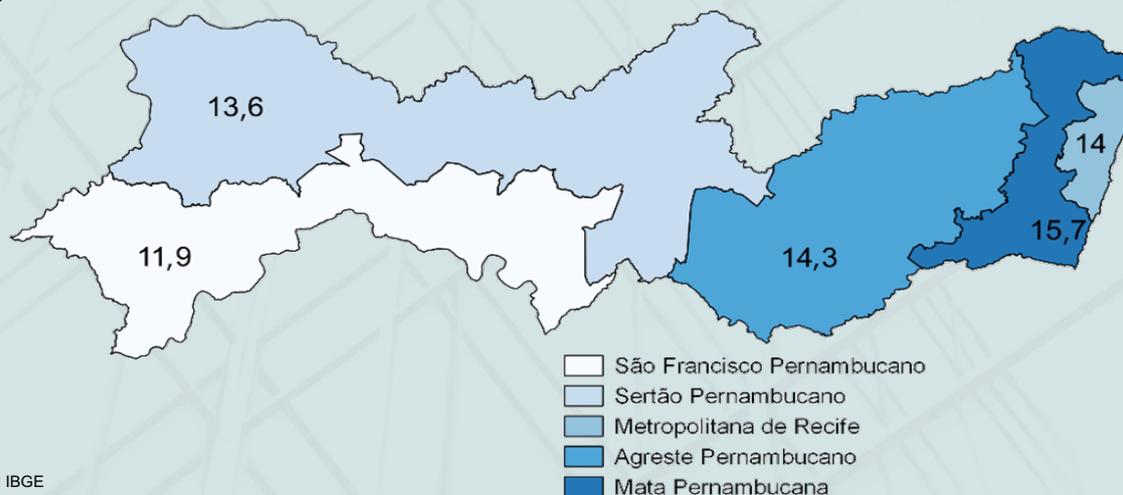
2/ Para mais informações vide o boxe “Conjuntura Econômica Pernambucana em Perspectiva” da edição de abril de 2014 deste Boletim.

3/ Os dados de PIB municipal divulgados pelo IBGE são exclusivamente em termos nominais. Nesses termos o estado cresceu, em média, 14,1% a.a. nesse período.

4/ Em janeiro de 2018 o município de Goiana, onde se localiza a montadora, passou a integrar a RMR.

Figura 1 – Variação do PIB Nominal das Mesorregiões de Pernambuco (2014/2008)

%a.a.



Fonte: IBGE

Gráfico 3 – Índice de Atividade Econômica do Banco Central

Variação % acumulada em 12 meses

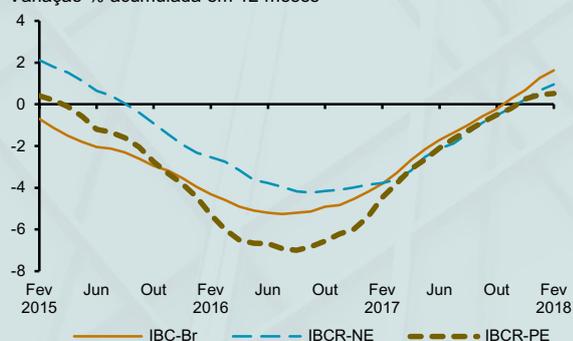


Gráfico 4 – Taxa de desocupação – PE, Nordeste e Brasil

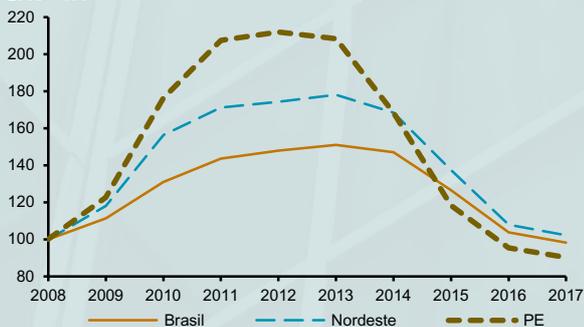
%



Fonte: PNAD Contínua (IBGE)

Gráfico 5 – Emprego formal na construção civil – PE, Nordeste e Brasil

2008 = 100



Fontes: MTb e IBGE

nível nacional, com impactos expressivos sobre a economia pernambucana. Nesse contexto o Índice de Atividade Econômica Regional de Pernambuco (IBCR-PE) evidencia retração em magnitude superior à registrada em nível nacional atingindo -7,0%, no acumulado de doze meses, em meados de 2016 ante -5,2% no país com redução da diferença ao longo do tempo (Gráfico 3).

Cabe destacar que a recessão no estado foi acompanhada por desligamentos expressivos no mercado de trabalho, levando a taxa de desocupação a atingir 18,9% no segundo trimestre de 2017 segundo a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNAD Contínua), nível mais elevado de todos os estados do país (Gráfico 4).

Houve demissões associadas a conclusão parcial de alguns projetos (refinaria) e interrupção de obras de infraestrutura. Nesse sentido, o total de empregados na construção civil, de acordo com o Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (Caged) do Ministério do Trabalho (MTb), recuou 29,8% e 19,5% (Gráfico 5) em 2015 e 2016, respectivamente.

Ressalte-se também os efeitos da longa estiagem, iniciada em 2012, sobre o produto do setor primário. Embora o peso da agropecuária no VAB seja modesto, o segmento responde por cerca de 10% da população ocupada (PO), segundo a PNAD Contínua – fora da RMR supera 20% – composto principalmente pela agricultura familiar. Nos anos de 2015 e 2016 a seca contribuiu para que a PO do setor diminuísse 22,6% no estado, ante retrações correspondentes de 13,1% na região e 5,9% no país.

Gráfico 6 – VAB da agropecuária – Série encadeada^{1/}



Fonte: IBGE, estimativas para as regiões em 2016 e 2017 com base na LSPA e PPM

Ainda que o ano de 2017 tenha apresentado condições climáticas melhores, a produção agropecuária local mantém-se em patamar próximo ao assinalado em 2008, contrastando com o observado na região Nordeste⁵ e no país, regiões beneficiadas pela safra recorde de soja naquele ano (Gráfico 6).

Efetivamente, a desagregação da PO mostra quedas acentuadas e setorialmente generalizadas (onze dos catorze segmentos), sugerindo que a retração do produto foi disseminada na economia (Tabela 1).

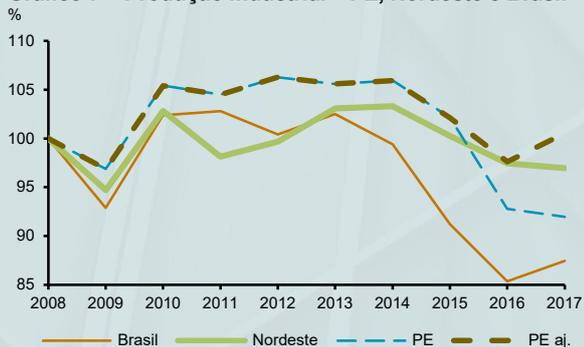
Tabela 1 – Total de ocupados

Discriminação	Brasil		PE		RMR		Demais PE	
	Peso	2016/2014	Peso	2016/2014	Peso	2016/2014	Peso	2016/2014
Total	100,0	-1,9	100,0	-4,3	100,0	0,2	100,0	-7,8
1. Agropecuária	10,4	-5,9	12,9	-22,6	1,1	6,5	22,3	-23,8
2. Indústria	14,4	-17,4	11,9	-13,9	10,7	-11,7	12,9	-15,4
Têxtil	3,1	-17,6	4,3	-24,1	1,6	-4,8	6,5	-27,9
Alimentos	2,1	-16,8	1,9	3,3	1,6	6,5	2,1	1,4
Demais atividades industriais	9,2	-17,5	5,8	-11,8	7,6	-16,9	4,3	-4,8
3. Construção civil	8,5	-9,2	8,9	-15,6	8,8	-14,6	9,0	-16,4
4. Serviços	66,7	1,9	66,2	-0,0	79,4	3,4	55,7	-3,9
Comércio	18,9	-0,1	19,4	5,1	19,6	10,8	19,3	0,4
Serviços às famílias ^{1/}	14,6	12,0	13,3	25,7	17,1	18,7	10,3	34,8
Administração Pública	6,3	-14,9	7,5	-31,1	6,7	1,6	8,2	-52,6
Alojamento	4,6	13,0	4,8	-10,1	5,7	-1,8	4,1	-19,3
Atividades administrativas	4,4	-10,6	4,9	-13,1	8,4	-5,9	2,2	-35,3
Atividades profissionais	3,4	-8,4	2,9	-28,7	4,5	-33,8	1,6	-17,0
Demais serviços	14,5	4,4	13,4	-1,0	17,5	-3,6	10,1	2,6

Fonte: IBGE

1/ Corresponde as atividades de educação, saúde, serviços pessoais, artes, cultura, esporte, recreação e outras atividades de serviços.

Gráfico 7 – Produção industrial – PE, Nordeste e Brasil



Fontes: IBGE e BCB (PE ajustado)

Importante observar que os indicadores da indústria publicados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e aqui utilizados para avaliação da atividade econômica do estado e para o cálculo do IBCR-PE, foram ajustados a partir de 2016, para incorporar os segmentos refino de petróleo e fabricação de automóveis – que em conjunto representam cerca de 10% do setor⁶.

Em termos espaciais, a variação do PIB nas mesorregiões em 2015⁷/2014 mostrou contrastes importantes: recuos na RMR (liderada pelas perdas nos serviços) e no sertão (seca), enquanto que a Zona

5/ Maranhão, Piauí e Bahia.

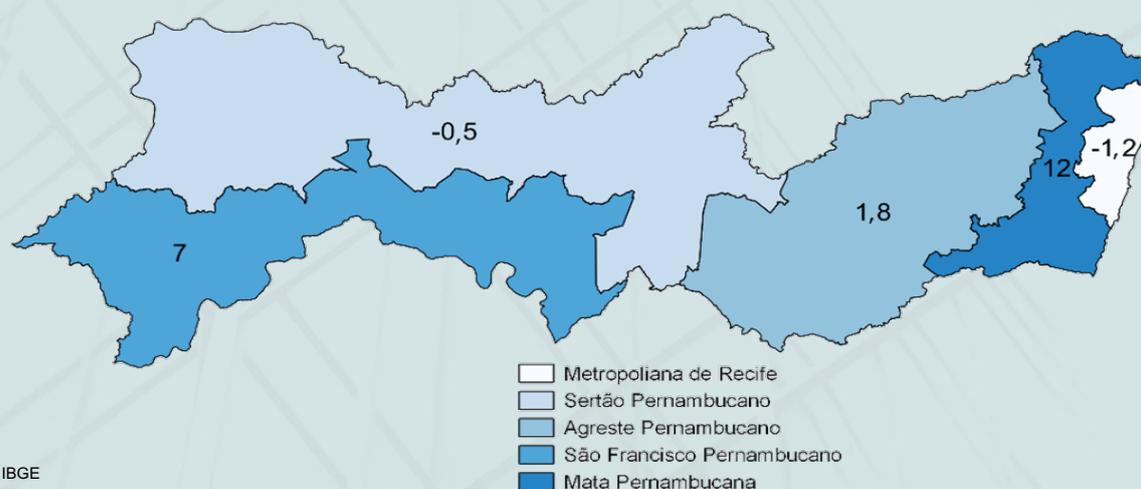
6/ A PIM-PF do IBGE baseia-se na estrutura produtiva de 2010, quando tais atividades ainda não existiam em Pernambuco. Considerando que as atividades mencionadas são pesquisadas na PIM-PF do Nordeste e concentram-se na Bahia, o procedimento utilizado foi atribuir a Pernambuco o diferencial entre a produção nordestina destes segmentos e a produção da Bahia, com base nos pesos do VTI relativos a 2015, extraídos da Pesquisa Industrial Anual do IBGE.

7/ Última informação disponível.

da Mata teve o maior crescimento, impulsionado pelas operações da montadora de automóveis (Figura 2).

Figura 2 – Variação do PIB Nominal das Mesorregiões de Pernambuco (2015/2014)

%



Fonte: IBGE

Tabela 2 – Exportação/Importação Pernambuco
Itens selecionados

Discriminação	2008	2018 ^{1/}
Exportação (US\$ milhões)	938	2 064
Peso (%)		
Produtos Básicos	20,0	8,8
Frutas	14,8	7,8
Semimanufaturados	19,3	5,0
Açúcar em bruto	10,7	1,4
Borracha de butad.	6,4	0,7
Manufaturados	60,7	86,1
Açúcar refinado	18,6	2,0
Veículos	0,0	37,0
Combustíveis e lubrificantes	2,0	22,6
Importações (US\$ milhões)	2 461	6 301
Peso (%)		
Bens de capital	11,9	9,9
Bens intermediários	62,6	42,5
Peças para veículos	0,0	9,2
Bens de consumo	9,1	10,0
Duráveis	3,0	4,1
Semiduráveis e não duráveis	6,1	5,9
Combustíveis e lubrificantes	16,5	37,6

Fonte: MDIC/Secex

1/ Dados acumulados em 12 meses até março.

A balança comercial de Pernambuco, historicamente deficitária, tem se alterado substancialmente, com aumento da corrente de comércio, diversificação e agregação de valor das exportações, refletindo as novas plantas industriais. Os embarques passaram de US\$938 milhões em 2008 para US\$2,1 bilhões nos doze meses encerrados em março de 2018. A participação do tradicional açúcar, 29,3% em 2008, atualmente alcança 3,4%; Veículos e combustíveis passaram de 2,0% para 59,6%.

As importações expandiram de US\$2,5 bilhões para US\$6,3 bilhões, de 2008 a 2018, com ênfase em combustíveis – parcialmente a outros estados da região – e peças para veículos. Como resultado, o grau de abertura do estado passou de 9% para cerca de 15%, se aproximando da média do país.

Passados os primeiros meses de 2017 observa-se recuperação da atividade econômica pernambucana, conforme indica o IBCR-PE, embora, na margem, em ritmo inferior ao do país (Gráfico 8).

A recuperação mais vigorosa da economia pernambucana está condicionada à manutenção de trajetória favorável do consumo das famílias – que cresceu em 2017 estimulado pelo incremento da massa real de rendimentos, em ambiente de inflação baixa, e pela liberação de recursos de contas inativas do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS) – e à retomada dos investimentos. A recuperação das expectativas dos empresários, os efeitos do ciclo atual da política monetária e as evidências

Gráfico 8 – Índice de Atividade Econômica do Banco Central – Brasil e Pernambuco

Dados dessazonalizados

Variação no trimestre – %



relacionadas a novas inversões – entre as quais investimentos em novas plantas nos segmentos de energia eólica e de bebidas e a expansão das operações da montadora de automóveis, que passará a funcionar em três turnos – ratificam perspectivas de recuperação dos investimento no médio prazo no estado.

Evolução do Índice de Atividade Econômica Regional em 2017

Figura 1 – Índice de Atividade Econômica Regional
Variação anual, em % (2017)

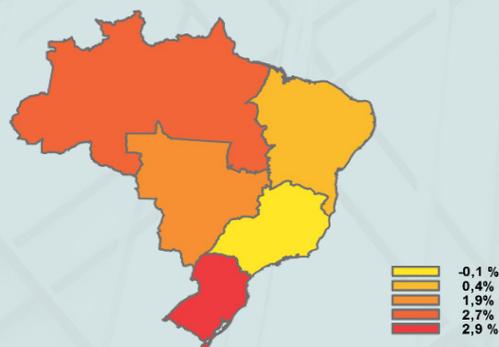


Tabela 1 – Índice de Atividade Econômica Regional

Discriminação	Peso ^{1/}	Variação % anual		
		2015	2016	2017
Norte	5,4	-2,2	-3,4	2,7
Amazonas	1,4	-7,1	-6,4	3,2
Pará	2,2	1,1	-1,4	2,3
Nordeste	14,2	-2,4	-3,8	0,4
Ceará	2,2	-4,1	-3,7	0,1
Pernambuco	2,6	-4,5	-5,3	0,5
Bahia	4,1	-2,5	-5,6	-0,2
Centro-Oeste	9,7	-1,2	-2,6	1,9
Goiás	2,9	-2,9	-3,1	1,5
Sudeste	54,0	-2,9	-4,1	-0,1
Minas Gerais	8,7	-3,8	-2,8	0,4
Espírito Santo	2,0	-1,6	-8,2	1,5
Rio de Janeiro	11,0	-1,8	-3,3	-1,9
São Paulo	32,4	-3,1	-4,5	0,2
Sul	16,8	-3,8	-3,9	2,9
Paraná	6,3	-3,1	-3,3	2,7
Santa Catarina	4,2	-3,9	-3,6	4,2
Rio Grande do Sul	6,4	-4,0	-5,5	2,1

1/ Contas Regionais 2015 (IBGE).

O Índice de Atividade Econômica Regional (IBCR)¹ cresceu nas regiões brasileiras em 2017, com exceção do Sudeste que registrou relativa estabilidade, após dois anos de recuos expressivos. Não obstante o caráter generalizado da recuperação, a evolução da atividade econômica regional ocorreu em ritmos e características distintos, cuja avaliação constitui-se o objeto deste box.

A agricultura contribuiu positivamente em todas as regiões para o maior dinamismo econômico em 2017. De forma destacada, o setor teve papel fundamental nas recuperações da atividade no Centro-Oeste, Sul e Norte, onde a participação da agropecuária é mais expressiva, e no Nordeste, refletindo a expressiva reação da produção de grãos (crescimento anual de 86%) após a quebra de safra em anos anteriores. Além dos impactos diretos decorrentes da expansão na produção, o melhor desempenho da agricultura exerceu efeitos indiretos relevantes sobre a cadeia produtiva, cuja intensidade dependeu do grau de desenvolvimento de outros segmentos relacionados, destacando-se os industriais e de serviços associados à armazenagem e ao escoamento da produção.

A recuperação na indústria favoreceu o resultado da atividade em quatro regiões, com influência destacada no Norte, seguida do Sudeste e Sul, onde o setor possui participações mais relevantes. A expansão da indústria extrativa alavancou a atividade no Norte, seguido da fabricação de equipamentos de informática e produtos eletrônicos. No Sul e Sudeste, destacou-se a atividade de produção de veículos, reboques e carrocerias. No Centro-Oeste, embora a participação da indústria seja a menor dentre as regiões, a dinamização do setor repercutiu a produção de alimentos, estimulada pela safra agrícola, como também a expressiva expansão na fabricação de produtos farmacêuticos. Houve recuo na produção industrial do Nordeste, ressaltando-se a retração nos segmentos de veículos e têxteis.

1/ O IBCR é calculado para as cinco regiões e treze estados (Amazonas, Pará, Ceará, Pernambuco, Bahia, Goiás, Minas Gerais, Espírito Santo, Rio de Janeiro, São Paulo, Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul. Para informações sobre a metodologia do índice, ver box no Boletim Regional de abril de 2017 (<http://www.bcb.gov.br/pec/boletimregional/port/2017/04/br201704b3p.pdf>).

Por outro lado, o setor de serviços, que reage com maior defasagem ao ciclo de recuperação, recuou em todas as regiões. Atividades mais correlacionadas a indústria, no entanto, como serviços prestados às famílias e transportes apresentaram desempenho positivo em algumas regiões (Sul e Nordeste, e Sul e Sudeste, nessa ordem).

Considerada por regiões, a atividade econômica apresentou em 2017 maior crescimento no Sul do país, com avanço disseminado entre os seus estados. Ressalte-se o desempenho da economia de Santa Catarina, que registrou maior expansão dentre os treze estados para os quais o IBCR é calculado. Na região, houve avanço no setor agrícola, embora em magnitude inferior ao assinalado para o país, enquanto a atividade comercial cresceu em ritmo significativamente superior ao das demais regiões. No setor industrial, sobressaíram os resultados de segmentos, como o de fabricação de máquinas e equipamentos, inclusive agrícolas. O setor de prestação de serviços apontou recuo em menor magnitude do que a média das regiões, com avanço relevante em atividades de prestação de serviços às famílias e de transporte.

O Norte alcançou a segunda maior taxa de crescimento do IBCR em 2017, notadamente favorecido pelo desempenho da agricultura – sobretudo pela recuperação das safras de milho e soja – e do comércio. Além dessas atividades, mereceram destaques, no Amazonas, o crescimento da pecuária, dos serviços de transporte e, de modo destacado, da fabricação de equipamentos de informática, produtos eletrônicos e ópticos repercutindo o aumento da demanda em nível nacional. No Pará, ganharam realce as expansões da atividade na indústria extrativa e da prestação de serviços às famílias.

O Centro-Oeste foi a região mais beneficiada pelos bons resultados da agricultura, reflexo da expansão da safra agrícola – a produção anual de grãos cresceu 41% – e da elevada participação do setor no produto regional². Adicionalmente, a indústria de transformação – concentrada na fabricação de produtos alimentícios – também foi favorecida pelo desempenho do setor primário. O crescimento da atividade na região não foi mais intenso em 2017, em parte, pelo desempenho da administração pública, setor que responde por cerca de um quarto

Gráfico 1 – Índice de Atividade Econômica Regional
Variação % a.a.

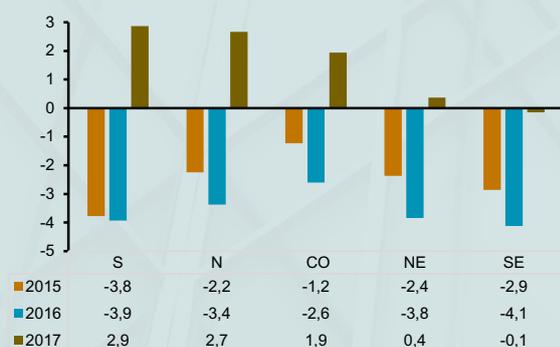
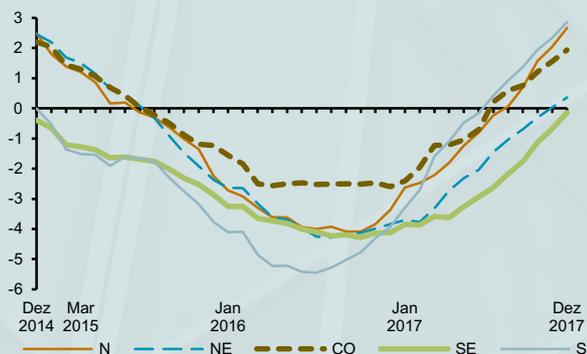


Gráfico 2 – IBCR
Variação % em 12 meses



2/ Conforme dados das Contas Regionais do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) de 2015, a participação da agricultura no VA (6,4%) equivale ao dobro da média brasileira.

da economia local³ e que foi afetado por restrições orçamentárias no período.

A economia do Nordeste, apesar da significativa recuperação do setor agrícola, experimentou crescimento modesto em 2017. Os impactos positivos oriundos do setor primário foram mitigados pela retração da atividade industrial, em especial nos segmentos de produtos alimentícios e de fabricação de coque, produtos derivados do petróleo e biocombustíveis, ramo afetado pela redução na extração de petróleo e gás natural na região no ano. Adicionalmente, a retração na atividade na construção civil nordestina mostrou-se relativamente mais intensa que nas demais regiões, conforme sugerem os dados de emprego setorial do Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (Caged) do Ministério do Trabalho (MTb).

O Sudeste assinalou em 2017 a menor variação da atividade econômica entre as regiões do país, assinalando -0,1% para o IBCR. O resultado refletiu a expressiva contração da economia no estado do Rio de Janeiro, cujo impacto se sobrepôs ao da expansão verificada nos outros três estados da região.

O desempenho da economia fluminense esteve influenciado, principalmente, pelo recuo na atividade na construção civil e a pela retração na prestação de serviços na maior parte dos segmentos do setor – exceção para as atividades imobiliárias e alugueis.

Os produtos dos estados de São Paulo e Minas Gerais voltaram a crescer em 2017, revertendo as trajetórias dos anos anteriores. As indústrias de transformação, sobretudo com a retomada da fabricação de veículos, e da extrativa agregaram as principais contribuições para a expansão da economia. Em São Paulo, destacaram-se, ainda, o maior dinamismo no comércio, na prestação de serviços de informação e na construção civil. Na economia mineira, outras contribuições para o aumento da atividade vieram da pecuária e da prestação de serviços às famílias, em especial, de alojamento e de alimentação. No Espírito Santo, o crescimento da atividade econômica foi favorecido pela base comparação deprimida, visto que em 2016 os resultados da economia capixaba sofreram os impactos negativos importantes em decorrência da paralisação na produção da importante empresa mineradora⁴.

3/ Conforme as Contas Regionais de 2015, do IBGE, última edição disponível.

4/ Empresa mineradora, responsável pela barragem de rejeitos de Fundão, em Mariana (MG), que se rompeu em 5.11.2015.

Prospectivamente⁵, a atividade econômica deve manter crescimento consistente em 2018, refletindo a melhora gradual de indicadores do mercado de trabalho, os estímulos da política monetária, a redução do nível de endividamento das famílias e das empresas e o cenário de crescimento global favorável. Considerando os grandes segmentos produtivos, o setor agrícola, embora não repetindo o mesmo desempenho de 2017, seguirá como importante vetor do dinamismo econômico – estima-se que a safra de 2018 seja a segunda maior da história, abaixo da observada no ano anterior. Ressalte-se que para o Nordeste, diferente das demais regiões, há perspectiva de crescimento na produção de grãos. No segmento industrial, a expansão da demanda doméstica e o crescimento global contribuem para ampliação de atividades mineradoras exportadoras – favorecendo regiões como o Norte (Pará) e Sudeste (Minas Gerais) – bem como atividades destinadas ao mercado interno com estímulos às economias com maior participação fabril na composição do produto local, notadamente o Sudeste (São Paulo) e o Sul. Finalmente, o setor de serviços, reagindo a reboque dos demais segmentos, tende a manter a expansão consistente de atividades como transportes e comércio, enquanto ramos direcionados à prestação de serviços às famílias e de comunicação tendem a crescer de modo mais gradual nas diversas regiões.

5/ Além das informações disponíveis para o início do ano, as perspectivas sintetizam avaliações feitas por representantes dos setores, em reuniões regionais com o BCB.

Rendimentos e mudanças qualitativas no mercado de trabalho

O rendimento médio real do pessoal empregado cresceu à taxa média anual de 0,9% entre 2012 e 2017, segundo a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNAD Contínua). Este boxe busca identificar influências de alterações qualitativas no mercado de trabalho sobre essa dinâmica. Com esse propósito, analisou-se a evolução do rendimento nas categorias e grupos apresentados no Quadro 1.

Quadro 1

Categorias	Grupos
Grandes Regiões	Norte; Nordeste; Sudeste; Sul; Centro-Oeste
Atividades econômicas	Agricultura; Indústria; Construção; Comércio, reparação de veículos; Transporte e armazenagem; Alojamento e alimentação; Informação, comunicação e atividades financeiras, imobiliárias, profissionais e administrativas; Administração pública; Serviço doméstico; Outros serviços.
Categorias de emprego	Empregado privado com e sem carteira; Trabalhador doméstico com e sem carteira; Empregado público com e sem carteira e estatutário; Empregador; Conta própria
Tipos de ocupação	Gerentes; Profissionais das ciências; Profissionais de nível médio; Trabalhadores administrativos; Trabalhadores de serviços e comércio; Trabalhadores qualificados da agropecuária; Trabalhadores da construção; Operadores de instalações e máquinas; Membros das forças armadas, policiais e bombeiros; Ocupações elementares
Idades	14 a 17; 18 a 24; 25 a 39; 40 a 59; 60 ou mais
Níveis de instrução	Fundamental incompleto; Fundamental completo; Médio completo; Superior completo

Entende-se como efeito de mudança qualitativa os impactos, sobre o rendimento médio, decorrentes da redistribuição entre grupos de uma mesma categoria. Esse impacto pode ser obtido comparando-se a variação do rendimento médio geral efetivamente observada, com a variação de rendimento médio se, hipoteticamente, os grupos em cada categoria mantivessem a mesma representatividade que a observada em 2012.

Entre 2012 e 2017, houve redistribuição da população ocupada entre as diversas atividades econômicas. Na Tabela 1, pode-se verificar o aumento relativo de ocupados principalmente em segmentos do setor de serviços – Alojamento e Alimentação, Administração Pública, Comércio e Reparação de Veículos e Outros Serviços. Por outro lado, Agricultura, Indústria e Construção perderam peso na ocupação.

Para calcular o impacto das redistribuições, aplicaram-se as variações anuais do rendimento (Tabela 2) para

Tabela 1 – Participação da população ocupada por atividade econômica

											%
	Agricultura	Indústria	Construção	Comércio, reparação de veículos	Transporte armazenagem	Alojamento e alimentação	Informação, comunicação e atividades fin., imob. e outras	Administração pública	Outros serviços	Serviço doméstico	
2012	11,6	14,6	8,4	18,6	4,6	4,3	10,6	16,2	4,3	6,9	
2013	11,3	14,2	8,7	18,9	4,7	4,4	10,7	16,1	4,4	6,6	
2014	10,4	14,4	8,5	18,9	4,6	4,6	11,2	16,4	4,5	6,5	
2015	10,3	14,0	8,1	19,1	4,7	4,8	11,2	16,7	4,5	6,6	
2016	10,2	12,8	8,1	19,3	5,0	5,1	10,7	17,3	4,7	6,9	
2017	9,5	12,9	7,6	19,3	5,0	5,7	11,0	17,2	4,9	6,9	

Fonte: IBGE

Tabela 2 – Variação anual do rendimento por atividade econômica

												%
	Total Agricultura	Indústria	Construção	Comércio, reparação de veículos	Transporte armazenagem	Alojamento e alimentação	Informação, comunicação e atividades fin., imob. e outras	Administração pública	Outros serviços	Serviço doméstico		
2013	3,6	4,2	1,9	7,3	2,7	1,6	4,9	3,7	3,1	5,1	4,3	
2014	1,2	3,1	1,8	-2,3	-1,2	1,8	0,9	0,8	0,6	0,4	4,9	
2015	-0,4	-1,4	1,4	-3,1	-1,6	-2,8	-4,1	-0,8	1,9	-1,6	-0,1	
2016	-1,9	-3,4	-3,6	0,1	-2,4	0,9	-4,5	0,3	-0,5	-5,9	0,1	
2017	2,1	7,8	1,5	-2,1	0,6	8,8	-3,3	2,3	1,7	1,3	0,8	

Fonte: IBGE

cada uma das atividades, mantendo as respectivas participações observadas em 2012 (Tabela 1).

Sem as redistribuições entre as atividades econômicas, a variação anual do rendimento médio real no período considerado teria sido de 0,8%, muito próxima da variação geral de 0,9% efetivamente observada. Portanto, pode-se considerar que a redistribuição dos ocupados entre os setores não teve impacto significativo no rendimento.

Tabela 3 – Variação do rendimento mantendo constantes as participações de 2012

								%
	Geral	Regiões	Atividades econômicas	Categorias de emprego	Tipos de ocupação	Idades	Nível de instrução	
2013	3,6	3,4	3,6	3,1	3,2	3,0	2,9	
2014	1,2	1,6	0,9	1,2	1,2	0,7	0,0	
2015	-0,4	-0,6	-0,7	-0,8	-2,0	-1,3	-2,9	
2016	-1,9	-2,2	-1,8	-1,4	-2,2	-2,7	-3,5	
2017	2,1	2,1	2,0	1,6	2,0	1,4	0,4	
Média anual	0,9	0,9	0,8	0,7	0,5	0,2	-0,6	

Fonte: IBGE

O mesmo exercício foi feito para as demais categorias e os resultados podem ser observados na Tabela 3.

Regionalmente, os dados mostram que, mesmo sem a redistribuição dos ocupados, o rendimento médio

real teria crescido 0,9% ao ano. Assim, embora o Nordeste tenha perdido 1,1 ponto percentual na participação da ocupação no Brasil, essa mudança não implicou impacto significativo¹.

No que se refere às categorias de emprego, a formalização e o aumento da quantidade de empregadores contribuiu para que a elevação do rendimento não se limitasse a 0,7% no período.

Nesses três critérios de classificação dos ocupados – regional, atividade econômica e categoria de emprego – o impacto da redistribuição dos trabalhadores sobre a evolução dos rendimentos foi limitado, não sendo relevante para explicar o aumento de salários observado no período.

Por outro lado, quando se considera o nível de instrução, a redistribuição entre os diferentes grupos implicou diferença expressiva nos resultados. Se a distribuição educacional dos trabalhadores tivesse permanecido constante, o rendimento médio real teria recuado à taxa anual de 0,6%. Observou-se, assim, ganho anual de 1,5 ponto percentual do rendimento real, no período em análise, devido à maior qualificação da mão de obra.

Ressalte-se que nos últimos anos verificou-se significativo aumento do nível de instrução da população ocupada. Entre 2012 e 2017, a participação de trabalhadores que não haviam completado o ensino fundamental passou de 33,4% para 27,5% enquanto a participação de empregados com curso superior passou de 14,4% para 18,8% (Tabela 4).

Quanto à categoria “nível de instrução”, observa-se que apenas o grupo relativo ao ensino fundamental incompleto apresentou elevação de rendimentos no período. Esse conjunto de trabalhadores, pela baixa qualificação, recebe salários muito próximos ao mínimo legal, que subiu acima da inflação nos últimos anos². A queda de rendimento nos demais grupos reflete, em parte, o crescimento da ocupação em atividades que exigem qualificação menor do que a efetivamente detida pelo empregado. Segundo a PNAD Contínua, entre 2012 e 2017, o número de ocupados nas funções de gerentes e profissionais das ciências passou de 13,1 milhões para 14,0 milhões. No mesmo período, a quantidade

Tabela 4 – Nível de instrução (% do total de ocupados)

	%			
	Fundamental incompleto	Fundamental completo	Médio completo	Superior completo
2012	33,4	17,3	34,9	14,4
2013	32,1	17,1	35,8	14,9
2014	30,6	17,2	36,6	15,7
2015	29,8	16,6	36,7	16,9
2016	28,5	15,7	37,7	18,2
2017	27,5	15,4	38,4	18,8

Fonte: IBGE

Tabela 5 – Rendimento médio real habitual

	R\$			
	Fundamental incompleto	Fundamental completo	Médio completo	Superior completo
2012	1 125	1 358	1 849	4 921
2013	1 168	1 410	1 892	4 963
2014	1 186	1 420	1 855	4 960
2015	1 151	1 366	1 803	4 879
2016	1 112	1 319	1 726	4 667
2017	1 133	1 329	1 717	4 726
2017/2012	0,8%	-2,1%	-7,1%	-4,0%

Fonte: IBGE

1/ De fato, houve um pequeno impacto positivo, de 0,05 p.p., pela perda de participação do Nordeste, que tem o menor rendimento médio do Brasil.

2/ O salário mínimo subiu de R\$ 622,00 em 2012 para R\$ 937,00 em 2017.

de trabalhadores com curso superior passou de 12,9 milhões para 17,3 milhões.

As duas últimas categorias de avaliação, “idade” e “tipos de ocupação”, tiveram seus resultados diretamente relacionados ao nível de instrução. A redução da participação dos mais jovens no mercado de trabalho contribuiu para que o nível médio de instrução aumentasse. Quanto ao tipo de ocupação, o aumento de participação dos profissionais de ciências, que exige curso superior, e a significativa redução de trabalhadores em ocupações elementares foram decisivos para gerar ganho de rendimento oriundo da transferência entre grupos.

Em síntese, entre 2012 e 2017, o rendimento médio real cresceu influenciado, em parte, pelo aumento de qualificação dos ocupados. O maior nível de instrução pode ter induzido maior produtividade favorecendo aumentos na remuneração dos trabalhadores.

Índice de difusão industrial por região

A produção industrial no país cresceu 2,5% em 2017, melhor desempenho desde 2010, conforme a Pesquisa Industrial Mensal (PIM) do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). O resultado reverte, parcialmente, retração observada nos três anos anteriores, quando a produção da indústria declinou aproximadamente 14%.

O objetivo deste box é apresentar o indicador – Índice de Difusão Industrial (IDI) – baseado nos dados da PIM-Regional do IBGE com o intuito de avaliar a disseminação/concentração dessa recente recuperação da indústria nacional, considerando, ainda, a análise nas cinco grandes regiões geográficas¹ do país.

O IDI² mensal estimado segue a seguinte fórmula:

$$IDI_i = \frac{\text{Quantidade de séries positivas}_i}{\text{Séries totais}_i} \times 100$$

Onde:

i = abrangência do índice. Brasil ou grandes regiões. Para o Brasil são consideradas as séries das atividades industriais pesquisadas em cada uma das UF's da PIM-Regional³, enquanto para as grandes regiões apenas as séries das atividades industriais das UF's pertencentes aquela região;

Quantidade de séries com variações positivas = número de séries com variação positiva na comparação interanual (mês contra igual mês do ano anterior); e

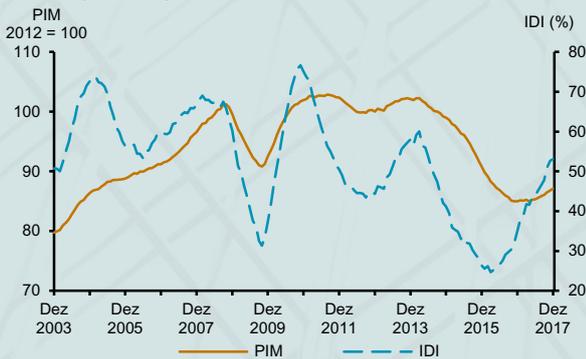
Total de séries = número total de séries na abrangência considerada (Brasil ou grandes regiões).

1/ O IBGE disponibiliza atualmente na PIM, após a última revisão da pesquisa em 2014, dados para o Brasil, região Nordeste e mais 14 UF's. O Banco Central do Brasil (BCB), a partir desses dados, calcula as séries das atividades e da indústria geral para as demais grandes regiões. A metodologia e as séries da indústria geral das grandes regiões podem ser acessados no Sistema Gerenciador de Séries Temporais (SGS) disponível no sítio do BCB na internet.

2/ O IBGE divulga mensalmente, para o Brasil, o índice de "Difusão do Indicador Mensal", que mede o percentual de produtos cuja variação acompanha o sentido do índice mensal (mês contra igual mês do ano anterior).

3/ As séries do Brasil, por serem agregações das séries das UF's, são desconsideradas quando do cálculo do índice nacional. Pelo mesmo motivo as séries da indústria de transformação e da indústria geral de todas as UF's também não são utilizadas.

**Gráfico 1 – PIM vs IDI
Brasil (MM12M)**

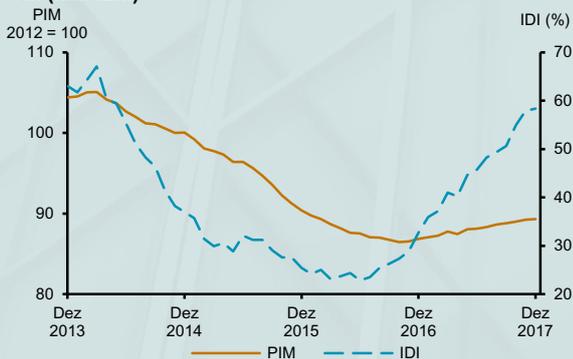


Por construção, o índice varia de 0 a 100%, onde 100% representaria crescimento da produção industrial disseminado por todas as atividades consideradas.

O IDI em nível nacional, considerada a série média móvel doze meses (MM12M) para o período de análise deste estudo, alcançou seu máximo em 2010, ano de expressivo crescimento econômico, mais precisamente em novembro, quando atingiu 76,7%. Seu mínimo histórico, 24,7%, ocorreu em março de 2016, em meio ao ciclo recessivo recente. A série da indústria geral da PIM para o Brasil (MM12M) apresenta seu máximo histórico em agosto de 2011 e um mínimo local em abril de 2017, em movimentos similares ao do IDI com aparente defasagem⁴.

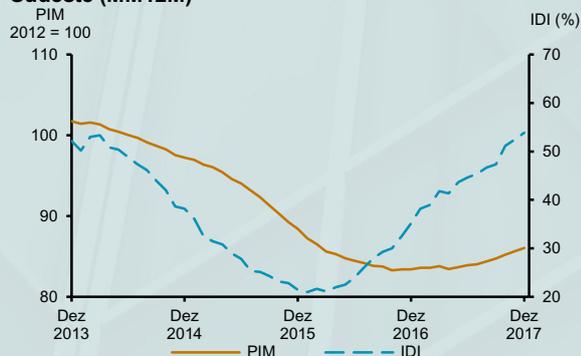
Na margem, a recuperação da indústria em 2017 vinha sendo sinalizada pelo IDI desde meados de 2016, quando este retomou sua trajetória de alta. O IDI atual, porém, em 53,0%, ainda é bem inferior ao máximo de 2010 e à média de 2004 a 2008, período em que a indústria apresentou crescimento consistente. A continuidade do avanço do IDI e sua estabilização em patamar historicamente elevado é indicativo de manutenção da recuperação da produção industrial em 2018 e em anos seguintes.

**Gráfico 2 – PIM vs IDI
Sul (MM12M)**



Regionalmente, a recuperação da indústria em 2017 no Sul e no Sudeste se deu em patamar similar ao observado em nível nacional, +2,8% e +3,2%, respectivamente. A evolução do IDI para essas regiões indica que o movimento de recuperação se iniciou primeiramente no Sudeste (Gráficos 2 e 3).

**Gráfico 3 – PIM vs IDI
Sudeste (MM12M)**



No Sul, a disseminação da recuperação industrial mostrou-se mais intensa e atingiu 58,3% das atividades da região em dezembro de 2017, enquanto no Sudeste o IDI situa-se em 53,8% no mesmo período, ambos ainda distantes das máximas históricas, 73,3% e 79,4%, respectivamente. Parte dessa menor disseminação no Sudeste é explicada pelo fato de aproximadamente 80% da recuperação industrial da região refletir o avanço de apenas um segmento, o de veículos automotores. O desempenho positivo desse setor, porém, acaba repercutindo positivamente, através do encadeamento e das relações intersetoriais, em outros segmentos, como por exemplo, de equipamentos de áudio e vídeo, borracha e plástico, têxteis, metalurgia e outros.

4/ Foi utilizado o procedimento de Toda e Yamamoto (1995), indicado para séries integradas, no intuito de testar a causalidade das séries, no sentido de Granger. Os resultados para os lags de interesse indicam causalidade bidirecional.

Gráfico 4 – PIM vs IDI Norte (MM12M)



Gráfico 5 – PIM vs IDI Nordeste (MM12M)



Gráfico 6 – PIM vs IDI Centro-Oeste (MM12M)



Tanto no Sul quanto no Sudeste o IDI está acima da média nacional.

A produção industrial no Norte experimentou alta de 7,7% em 2017. A recuperação da indústria na região também mostrou-se concentrada em poucos ramos, com destaque para o segmento extrativo, e o setor de equipamentos de informática, produtos eletrônicos e ópticos (principalmente televisores). Em dezembro de 2017 o IDI se situou em 50,0% (máximo histórico de 81,9% em dezembro de 2010), inferior ao indicador nacional. Além disso, apesar da produção industrial em dezembro de 2017 ter retornado ao patamar de meados de 2014, quando iniciou seu recuo, o IDI à época era superior, 57,8%, sugerindo maior robustez do ciclo naquele período.

O Nordeste foi a única região com recuo na indústria em 2017, 0,5%, embora tenha reduzido o ritmo de retração relativamente aos anos anteriores – quedas de 3,0% e 2,8% em 2016 e 2015 respectivamente. O resultado negativo em 2017 refletiu o desempenho do segmento de coque, derivados de petróleo e biocombustíveis, principalmente na Bahia, cujo impacto se sobrepôs ao do bom desempenho do segmento automotivo, e como já observado, ao de seus efeitos positivos sobre toda a cadeia produtiva. A redução do ritmo de queda da produção industrial em 2017 foi precedida pelo aumento do IDI, que atingiu 48,8% das atividades industriais em dezembro de 2017, depois de registrar piso histórico em março de 2016, 24,8%. O indicador, como esperado, é o mais baixo dentre todas as regiões, mas mostra tendência crescente como os demais.

O Centro-Oeste teve o segundo melhor resultado da indústria em 2017 dentre as grandes regiões geográficas, +3,7%, impulsionada pelo bom desempenho do setor agrícola, com reflexos positivos sobre a indústria alimentícia na região. No período recessivo recente (2014/2016), a indústria do Centro-Oeste só recuou em 2016, -1,9%. O IDI antecipou esse movimento, declinando ao longo de 2015, mantendo-se estável em seguida e registrando retomada em 2017. Em dezembro de 2017, metade das atividades da indústria na região apresentaram variação positiva segundo o IDI, comparativamente à média histórica de 57%.

Em síntese, o IDI apresenta potencial para antecipar os movimentos de tendência da atividade industrial. Como esperado, após o período recessivo e alguma recuperação em 2017, o indicador mostrou

importante recuperação, mas ainda está abaixo das máximas e médias históricas em todas as grandes regiões. A continuidade do avanço do IDI, seguido de estabilização em patamar elevado, seriam movimentos compatíveis com uma recuperação consistente da produção industrial em 2018 e anos seguintes.

Apêndice

Banco Central do Brasil

Representações Regionais do Departamento Econômico do Banco Central do Brasil

Banco Central do Brasil

Presidente
Ilan Goldfajn

Diretor de Política Econômica
Carlos Viana de Carvalho

Chefe do Departamento Econômico
Tulio José Lenti Maciel

Representações Regionais do Departamento Econômico

Coordenação Regional do Norte e Nordeste

Núcleo da Coordenação Regional do Norte e Nordeste na Bahia

Núcleo da Coordenação Regional do Norte e Nordeste no Pará

Núcleo da Coordenação Regional do Norte e Nordeste em Pernambuco

Coordenação Regional do Sudeste

Núcleo da Coordenação Regional do Sudeste em Minas Gerais

Núcleo da Coordenação Regional do Sudeste no Rio de Janeiro

Coordenação Regional do Sul

Núcleo da Coordenação Regional do Sul no Paraná

Representações Regionais do Departamento Econômico do Banco Central do Brasil

Coordenação Regional do Norte e Nordeste

Av. Heráclito Graça, 273 – Centro
Caixa Postal 891
60140-061 – Fortaleza (CE)
E-mail: ce.depec@bcb.gov.br

Núcleo da Coordenação Regional do Norte e Nordeste na Bahia

Av. Anita Garibaldi, 1.211 – Ondina
Caixa Postal 44
40210-901 – Salvador (BA)
E-mail: ba.depec@bcb.gov.br

Núcleo da Coordenação Regional do Norte e Nordeste no Pará

Boulevard Castilhos França, 708 – Centro
Caixa Postal 651
66010-020 – Belém (PA)
E-mail: pa.depec@bcb.gov.br

Núcleo da Coordenação Regional do Norte e Nordeste em Pernambuco

Rua da Aurora, 1259 – Santo Amaro
Caixa Postal 1.445
50040-090 – Recife (PE)
E-mail: pe.depec@bcb.gov.br

Coordenação Regional do Sudeste

Av. Paulista, 1804 – Bela Vista
Caixa Postal 8.984
01310-922 – São Paulo (SP)
E-mail: gtspa.depec@bcb.gov.br

Núcleo da Coordenação Regional do Sudeste em Minas Gerais

Av. Álvares Cabral, 1.605 – Santo Agostinho
Caixa Postal 887
30170-001 – Belo Horizonte (MG)
E-mail: mg.depec@bcb.gov.br

Núcleo da Coordenação Regional do Sudeste no Rio de Janeiro

Av. Presidente Vargas, 730 – Centro
Caixa Postal 495
20071-900 – Rio de Janeiro (RJ)
E-mail: rj.depec@bcb.gov.br

Coordenação Regional do Sul

Rua 7 de setembro, 586 – Centro
Caixa Postal 919
90010-190 – Porto Alegre (RS)
E-mail: rs.depec@bcb.gov.br

Núcleo da Coordenação Regional do Sul no Paraná

Av. Cândido de Abreu, 344 – Centro Cívico
Caixa Postal 1.408
80530-914 – Curitiba (PR)
E-mail: pr.depec@bcb.gov.br

Siglas

a.a.	ao ano
BNDES	Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social
Caged	Cadastro Geral de Empregados e Desempregados
CNC	Confederação Nacional do Comércio
CNI	Confederação Nacional da Indústria
Cotepe	Comissão Técnica Permanente do ICMS
Depec	Departamento Econômico
EUA	Estados Unidos da América
Fecomércio-PE	Federação do Comércio de Bens, Serviços e Turismo do Estado de Pernambuco
Fenabrave	Federação Nacional da Distribuição de Veículos Automotores
FGTS	Fundo de Garantia do Tempo de Serviço
Fieam	Federação das Indústrias do Estado do Amazonas
Fiec	Federação das Indústrias do Estado do Ceará
Fiep	Federação das Indústrias do Estado do Paraná
Fiepe	Federação das Indústrias do Estado de Pernambuco
Fiergs	Federação das Indústrias do Estado do Rio Grande do Sul
Fiesp	Federação das Indústrias do Estado de São Paulo
Firjan	Federação das Indústrias do Estado do Rio de Janeiro
FJP	Fundação João Pinheiro
FPE	Fundo de Participação dos Estados
FPM	Fundo de Participação dos Municípios
Fundeb	Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação
IBCR	Índice de Atividade Econômica Regional
IBCR	Índice de Atividade Econômica Regional
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
ICC	Índice de Confiança do Consumidor
Icec	Índice de Confiança do Empresário do Comércio
Icei	Índice de Confiança do Empresário Industrial
ICF	Intenção de Consumo das Famílias
ICIC	Índice de Confiança da Indústria da Construção
ICIT	Índice de Confiança da Indústria de Transformação
ICMS	Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços
IDC Consumidor	Demanda do Consumidor por Crédito
IDI	Índice de Difusão Industrial
IGP-DI	Índice Geral de Preços – Disponibilidade Interna
Ipardes	Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social
IPCA	Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo
Ipead	Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas, Administrativas e Contábeis de Minas Gerais
Ipece	Instituto de Pesquisa e Estratégia Econômica do Ceará

LSPA	Levantamento Sistemático da Produção Agrícola
Mapa	Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento
MDIC	Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior
MTb	Ministério do Trabalho
Nuci	Nível de Utilização da Capacidade Instalada
p.p.	pontos percentuais
PEA	População Economicamente Ativa
PIA	Pesquisa Industrial Anual
PIM	Pesquisa Industrial Mensal
PIM-PF	Pesquisa Industrial Mensal – Produção Física
PMC	Pesquisa Mensal do Comércio
PMS	Pesquisa Mensal de Serviços
PNAD Contínua	Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua
PO	População Ocupada
RMB	Região Metropolitana de Belém
RMC	Região Metropolitana de Curitiba
RMF	Região Metropolitana de Fortaleza
RMPA	Região Metropolitana de Porto Alegre
RMR	Região Metropolitana do Recife
RMRJ	Região Metropolitana do Rio de Janeiro
RMS	Região Metropolitana de Salvador
RMSP	Região Metropolitana de São Paulo
SEI	Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia
SGS	Sistema Gerenciador de Séries Temporais
SIUP	Serviços Industriais de Utilidade Pública
STN	Secretaria do Tesouro Nacional
UFMG	Universidade Federal de Minas Gerais
VAB	Valor Adicionado Bruto
VBP	Valor bruto da produção
VTI	Valor da Transformação Industrial



**BANCO CENTRAL
DO BRASIL**

bcb.gov.br